

SENASP

Secretaria Nacional de Segurança Pública

Relatório Final

Concursos Nacionais de Pesquisas Aplicadas em Justiça Criminal e Segurança Pública

Proponente

Universidade Estadual do Ceará

Autor (a)

Maria Glaucéria Mota Brasil

Título da Pesquisa

Estudo e análise comparativa das dinâmicas, padrões estatísticos espaciais, fatores explicativos da incidência de crimes relacionados à exploração sexual de crianças e adolescentes entre a cidade de Fortaleza e sua Região Metropolitana

Estes relatórios de pesquisa constituem os produtos resultantes do Concurso Nacional de Pesquisas Aplicadas em Segurança Pública e Justiça Criminal. Fornecerão importantes subsídios para a qualificação das políticas nacionais de segurança pública. Destacamos que eles não constituem a opinião oficial do Ministério da Justiça sobre os assuntos tratados.

Abril 2006



**Ministério
da Justiça**

GOVERNO FEDERAL

PESQUISA

Estudo e análise comparativa das dinâmicas, padrões estatísticos espaciais e fatores explicativos da incidência de crimes relacionados à Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes entre a cidade de Fortaleza e Região Metropolitana

RELATÓRIO FINAL (Maio a Outubro de 2005)

**FORTALEZA-CEARÁ-BRASIL
2005**

 Ministério da Justiça



Estudo e análise comparativa das dinâmicas, padrões estatísticos espaciais e fatores explicativos da incidência de crimes relacionados à Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes entre a cidade de Fortaleza e Região Metropolitana.

Financiamento e Apoio

Ministério da Justiça

Secretaria Nacional de Segurança Pública -SENASP

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais-ANPOCS

Realização

Universidade Estadual do Ceará

Laboratório de Estudos e Pesquisas em Direitos Humanos, Cidadania e Ética -
LABVIDA da UECE através do Instituto de Estudos, Pesquisas e Projetos da UECE
– IEPRO.

Equipe Técnica

Coordenação Geral

Maria Glaucéria Mota Brasil

Coordenação de Campo

Ariadna Queltre Nobre Alves

Maria Carmelita Sampaio Colares

Apoio Técnico

Maria Glaíres Dutra e Silva

Pesquisadores de Campo

Emanuel Bruno Lopes de Sousa

Cíntia Daisy Vieira de Almeida

Aline Gomes Ribeiro

Geisa Viana Cavalcante

Vanessa Ferreira Lima de Sousa

Mary Anne Filgueiredo Peixoto

Fortaleza

2005

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

ABRAPIA - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA MULTIPROFISSIONAL DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA
ANPOCS - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS
BPC - BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA
BENFAM - SOCIEDADE CIVIL DE BEM ESTAR FAMILIAR NO BRASIL
BID - BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO
BO - BOLETIM DE OCORRÊNCIA
CADÚNICO - CADASTRO ÚNICO PARA PROGRAMAS SOCIAIS DO GOVERNO FEDERAL
CAGECE - COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ
CCZ - CENTRO DE CONTROLE DE ZOOSES
CAPS - CENTRO DE ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL
CECOVI - CENTRO DE COMBATE À VIOLÊNCIA INFANTIL
CECRIA - CENTRO DE REFERÊNCIA, ESTUDOS E AÇÕES SOBRE CRIANÇAS E ADOLESCENTES
CEDCA - CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
CPB - CÓDIGO PENAL BRASILEIRO
CETREDE - CENTRO DE TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO
CEFET - CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA
CONANDA - CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
CPI - COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
CT - CONSELHO TUTELAR
DCECA - DELEGACIA DE COMBATE A EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES
DCA - DELEGACIA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
ECA - ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
ESCCA - EXPLORAÇÃO SEXUAL COMERCIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES
FUNCAP - FUNDAÇÃO CEARENSE DE AMPARO À PESQUISA
FUNCI - FUNDAÇÃO DA CRIANÇA E DA FAMÍLIA CIDADÃ
FUNDEF - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL
FPM - FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS
IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
ICMS - IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS
IDM - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL
IDH-ÍNDICE DESENVOLVIMENTO HUMANO
IDHM-B - ÍNDICE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL POR BAIRRO
IML - INSTITUTO MÉDICO LEGAL
LABVIDA-UECE – LABORATÓRIO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E ÉTICA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
MJ - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
RDDAR - REDE DE DESENVOLVIMENTO DE DIREITOS, ATENDIMENTO E RESPONSABILIZAÇÃO
RMF - REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA

SAS - SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL
SENTINELA - PROGRAMA DE COMBATE AO ABUSO E À EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES
SER - SECRETARIA EXECUTIVA REGIONAL
SENASP - SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA
SEDH - SECRETARIA ESPECIAL DE DIREITOS HUMANOS
SIPIA - SISTEMA DE INFORMAÇÃO PARA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA
SIP - SISTEMA DE INFORMAÇÕES POLICIAIS
SM - SALÁRIO MÍNIMO
SSPDS - SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
SUS - SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
PIB - PRODUTO INTERNO BRUTO
PHIS - POLÍTICA HABITACIONAL DE INTERESSE SOCIAL DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA
URLBM - UNIDADE DE RECEPÇÃO LUIZ BARROS MONTENEGRO
UNICEF - FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA
UNB - UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
UPAM - UNIDADE PROFISSIONAL DE ATENDIMENTO AO MENOR
UECE - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
UFC - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
URCA - UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI
UVA - UNIVERSIDADE DO VALE DO ACARAÚ
UNIFOR - UNIVERSIDADE DE FORTALEZA

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População por grupo de idade e por Região Administrativa de Fortaleza - 2000.....	27
Tabela 2 Total de notificações recebidas conforme tipologia , registradas no Conselho Tutelar I no ano de 2004.	49
Tabela 3 Total de notificações recebidas conforme tipologia , registradas no Conselho Tutelar I até Junho de 2005.....	49
Tabela 4 Total de notificações recebidas conforme mês e tipologia, registradas no Conselho Tutelar III em 2005.	52
Tabela 5 Total de notificações recebidas conforme mês e tipologia, registradas no Conselho Tutelar IV em 2004.	53
Tabela 6 Total de notificações recebidas conforme mês e tipologia, registradas no Conselho Tutelar IV até março de 2005.	53
Tabela 7 Total de notificações recebidas conforme mês e tipologia, registradas no Conselho Tutelar V em 2004.	55
Tabela 8 Total de notificações recebidas conforme tipologia , registradas no Conselho Tutelar VI, ano de 2004 e período de janeiro a junho de 2005.	57
Tabela 9 Total de notificações recebidas conforme tipologia de violência sexual, registrada no Programa Sentinela/SAS / 2004.	63
Tabela 10 Total de notificações de violência sexual, conforme gênero, registradas no Programa Sentinela/ SAS / 2004.....	63
Tabela 11 Total de notificações recebidas conforme tipologia de violência sexual, registrada no Programa Sentinela/SAS de janeiro a abril de 2005.....	63
Tabela 12 Total de notificações de violência sexual, conforme gênero, registradas no Programa Sentinela/SAS de janeiro a abril de 2005.	63
Tabela 13 Total de notificações de violência sexual, conforme faixa etária registradas no Programa Sentinela/SAS de janeiro a dezembro de 2004.....	64
Tabela 14 Total de notificações de violência sexual, conforme faixa etária registradas no Programa Sentinela/SAS de janeiro a abril de 2005.	64
Tabela 15 Total de notificações acompanhadas conforme tipologia de violência sexual, registrado no Programa Sentinela/SAS em 2004.	64
Tabela 16 Total de notificações acompanhadas conforme tipologia de violência sexual, registrado no Programa Sentinela/SAS de janeiro a abril de 2005.....	65
Tabela 17 Total de notificações aguardando contato e arquivadas por ano, registrado no Programa Sentinela/SAS.....	65
Tabela 18 Total de notificações recebidas conforme o mês e o ano, registradas no Projeto Sentinela Prefeitura.	67
Tabela 19 Notificações segundo motivos de arquivamento – dados absolutos(de fevereiro de 2003 a maio de 2005).....	68
Tabela 20 Notificações arquivadas segundo tipo de violência sexual e a duração do acompanhamento (de fevereiro de 2003 a maio de 2005).....	68
Tabela 21 Crianças e adolescentes atendidos (as) segundo o tipo de violência sexual, faixa etária e gênero (de janeiro a dezembro de 2004).	68
Tabela 22 Crianças e adolescentes atendidos (as) segundo o tipo de violência sexual, faixa etária e gênero(de janeiro a maio de 2005).	69
Tabela 23 Quadro dos crimes de violência sexual contra crianças e adolescentes registrados na DCECA em 2004.....	70

Tabela 24 Quadro dos crimes de violência sexual contra crianças e adolescentes registrados na DCECA de janeiro a março de 2005.	71
Tabela 25 Número de Notificações conforme mês, tipologia ¹⁶ , idade e sexo, registradas no Conselho Tutelar de Aquiraz em 2004.	72
Tabela 26 Notificações registradas no Livro de Tombo conforme mês, tipologia, idade e sexo, registradas na Delegacia de Aquiraz em 2004.	73
Tabela 27 Notificações recebidas conforme período, tipologia, faixa etária, sexo e vitimizador, registradas no Conselho Tutelar Sede de Caucaia em 2004.	75
Tabela 28 Total de notificações recebidas conforme tipologia, faixa etária, sexo, período e vitimizador, registradas no Conselho Tutelar II- Jurema em 2004.	76
Tabela 29 Total de notificações recebidas conforme tipologia, faixa etária, sexo, período e vitimizador, registradas no Conselho Tutelar II- Jurema em 2005.	76
Tabela 30 Notificações recebidas conforme tipologia e sexo registradas no SOS Disque Criança/Família de Caucaia no ano de 2004 e no período de janeiro a maio de 2005.	79
Tabela 31 Total de notificações recebidas conforme tipologia e faixa-etária registradas no SOS Disque Criança/Família de Caucaia no ano de 2004 e no período compreendido entre janeiro a maio de 2005.	79
Tabela 32 Notificações recebidas conforme tipologia e sexo registradas no Programa Sentinela de Caucaia no ano de 2004 e no período compreendido entre janeiro a maio de 2005.	80
Tabela 33 Notificações recebidas conforme tipologia e faixa-etária registradas no Programa Sentinela de Caucaia no ano de 2004 e no período compreendido entre janeiro a maio de 2005.	81
Tabela 34 Total de notificações, segundo tipologia, sexo e faixa etária, registradas no conselho Tutelar de Chorozinho em 2004.	83
Tabela 35 Total de notificações recebidas conforme mês e tipologia registradas no Conselho Tutelar de Guaiúba em 2004.	86
Tabela 36 Crianças e adolescentes atendidos (as) segundo o tipologia de violência sexual, faixa etária e gênero, Conselho Tutelar de Guaiúba em 2004.	87
Tabela 37 Total de notificações recebidas conforme mês e tipologia, registradas no Conselho Tutelar de Guaiúba em 2005.	87
Tabela 38 Total de notificações recebidas conforme tipologia, faixa etária e sexo, registradas no Conselho Tutelar de Guaiúba em 2005.	87
Tabela 39 Total de notificações recebidas conforme tipologia, faixa-etária, sexo, período, vitimizador registradas no Conselho Tutelar de Guaiuba e no SIP.	89
Tabela 40 Total de notificações recebidas conforme Tipologia, faixa etária e sexo, registradas no Conselho Tutelar de Horizonte em 2004.	91
Tabela 41 Total de notificações recebidas conforme mês e tipologia, registradas no Delegacia Municipal de Horizonte em 2004.	92
Tabela 42 Total de notificações recebidas conforme mês e tipologia, registradas no Delegacia Municipal de Horizonte em 2005.	92
Tabela 43 Total de notificações, segundo tipologia, sexo e faixa etária, registradas na Delegacia Metropolitana de Itaitinga em 2004-2005.	94
Tabela 44 Notificações recebidas em 2004 (conforme mês, tipologia, sexo, faixa etária e vitimizador) e encaminhadas através de Relatório pelo Conselho Tutelar de Maracanaú à Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a Exploração Sexual e Comercial de Criança e Adolescentes no Ceará.	97

Tabela 45 Notificações recebidas conforme tipologia , sexo e faixa etária, registradas no Livro de Atendimento do Conselho Tutelar de Maracanaú em 2004.	98
Tabela 46 Notificações recebidas em 2005 (conforme mês, tipologia , sexo, faixa etária e vitimizador) e encaminhadas através de Relatório pelo Conselho Tutelar de Maracanaú à Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a Exploração Sexual e Comercial de Criança e Adolescentes no Ceará	98
Tabela 47 Notificações recebidas conforme tipologia , sexo e faixa etária, registradas no Livro de Atendimento do Conselho Tutelar de Maracanaú em 2005.	99
Tabela 48 Ocorrências registradas no livro de tombo da Delegacia de Polícia do Acaracuzinho em 2004.	103
Tabela 49 Ocorrências registradas no livro de tombo da Delegacia de Polícia do Acaracuzinho em 2005.	103
Tabela 50 Ocorrências registradas pelo Conselho Tutelar de Maranguape em 2004.	108
Tabela 51 Ocorrências registradas pelo Conselho Tutelar de Maranguape em 2005.	108
Tabela 52 Total de notificações recebidas conforme mês e tipologia , sexo e faixa etária, registradas no Conselho Tutelar de Pacajus em 2004.....	111
Tabela 53 Total de notificações recebidas conforme mês e tipologia , sexo e faixa etária, registradas no Conselho Tutelar de Pacajus em 2005.....	111
Tabela 54 Total de notificações recebidas conforme mês e tipologia , registradas na Delegacia Municipal de Pacajus em 2004.....	113
Tabela 55 Total de notificações recebidas conforme mês e tipologia , registradas na Delegacia Municipal de Pacajus em 2005.....	114
Tabela 56 Total de notificações recebidas conforme tipologia , sexo e faixa etária, registradas no Conselho Tutelar de Pacatuba em 2004.	115
Tabela 57 Total de notificações recebidas conforme tipologia , sexo e faixa etária, registradas no Conselho Tutelar de Pacatuba em 2005.	115
Tabela 58 Total de notificações recebidas conforme tipologia , sexo e faixa etária, registradas no Conselho Tutelar de São Gonçalo de Amarante em 2004.....	119
Tabela 59 Total de notificações recebidas conforme tipologia, sexo e faixa etária registradas no Programa Sentinela de São Gonçalo do Amarante em 2004.....	120
Tabela 60 Total de notificações recebidas conforme mês, tipologia e sexo, registradas na Delegacia Municipal de São Gonçalo do Amarante em 2004.....	122
Tabela 61 Total de notificações recebidas conforme mês, tipologia e sexo, registradas na Delegacia Metropolitana de São Gonçalo do Amarante em 2005.....	122

SUMÁRIO

GLOSSÁRIO DE SIGLAS	II
LISTA DE TABELAS	IV
INTRODUÇÃO.....	10
PARTE I	
O TRAJETO DA PESQUISA.....	14
1.1 PREPARAÇÃO DE MATERIAL PARA TREINAMENTO DOS PESQUISADORES	14
1.2 SELEÇÃO DE PESQUISADORES	14
1.3 PREPARAÇÃO DOS INSTRUMENTAIS DE PESQUISA	15
1.4 TREINAMENTO DOS PESQUISADORES	15
1.5 PESQUISA DE CAMPO	15
1.6 ESPAÇO E TEMPO DA PESQUISA	16
1.8 ELABORAÇÃO DOS RELATÓRIOS PARCIAIS DE PESQUISA	18
PARTE II	
O ESTADO DAS ARTES.....	19
PARTE III	
OS MUNICÍPIOS E SEUS CONTEXTOS.....	25
3.1 FORTALEZA	25
3.2 REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA	33
3.2.1 AQUIRAZ	34
3.2.2 CAUCAIA	36
3.2.3 CHOROZINHO	37
3.2.4 EUSÉBIO	39
3.2.5 GUAIÚBA	39
3.2.6 HORIZONTE	40
3.2.7 ITAITINGA	41
3.2.8 MARACANAÚ	42
3.2.9 MARANGUAPE.....	43
3.2.10 PACAJUS.....	44
3.2.11 PACATUBA.....	45
3.2.12 SÃO GONÇALO DO AMARANTE	46
PARTE IV	
DESCRIÇÃO E ANÁLISE COMPARATIVA DO FUNCIONAMENTO DA REDE DE PROTEÇÃO DOS MUNICÍPIOS	48
4.1 FORTALEZA	48
4.1.1 Conselho Tutelar I.....	48
4.1.2 Conselho Tutelar II	50
4.1.3 Conselho Tutelar III.....	50
4.1.4 Conselho Tutelar IV	52
4.1.5 Conselho Tutelar V	54
4.1.6 Conselho Tutelar VI.....	56
4.1.7 Programa SOS Criança.....	57
4.1.8 Programa Sentinela.....	60
4.1.9 Programa Sentinela Estadual	61
4.1.10 Programa Sentinela (Municipal)	65
4.1.11 DCECA – Delegacia de Combate à Exploração de Crianças e Adolescentes	69

4.2 REGIÃO METROPOLITANA	72
4.2.1 AQUIRAZ	72
4.2.1.1 Conselho Tutelar	72
4.2.1.2 Delegacia Metropolitana de Aquiraz	73
4.2.2 CAUCAIA	74
4.2.2.1 Conselho Tutelar/Sede	74
4.2.2.2 Conselho Tutelar II – Jurema	75
4.2.2.3 Delegacia Metropolitana de Caucaia	76
4.2.2.4 SOS Disque Criança/Família – Caucaia	77
4.2.2.5 Centro de Referência – Programa Sentinela de Caucaia	79
4.2.3 CHOROZINHO	81
4.2.3.1 Conselho Tutelar	81
4.2.3.2 Unidade Policial de Chorozinho	83
4.2.4 EUSÉBIO	83
4.2.4.1 Conselho Tutelar	83
4.2.4.2 Delegacia Metropolitana de Eusébio	85
4.2.5 GUAÍÚBA	85
4.2.5.1 Conselho Tutelar	85
4.2.5.2 Delegacia Metropolitana de Guaiúba	88
4.2.6 HORIZONTE	90
4.2.6.1 Conselho Tutelar	90
4.2.6.2 Delegacia Municipal de Horizonte	91
4.2.7 ITAITINGA	92
4.2.7.1 Conselho Tutelar	92
4.2.7.2 Delegacia Metropolitana de Itaitinga	93
4.2.8 MARACANAÚ	94
4.2.8.1 Conselho Tutelar e SOS Criança/Família	94
4.2.8.2 Delegacias de Polícia de Maracanaú	100
4.2.8.3 Delegacia Metropolitana de Maracanaú	100
4.2.8.4 Delegacia de Polícia do Conjunto Industrial – 14º Distrito Policial	101
4.2.8.5 Delegacia de Polícia do Acaracuzinho – 20º Distrito Policial	102
4.2.8.6 Delegacia de Polícia da Pajuçara – 29º Distrito Policial	104
4.2.8.7 Delegacia de Polícia do Novo Maracanaú – 28º Distrito Policial	105
4.2.8.8 Delegacia de Polícia do Timbó – 21º Distrito Policial	106
4.2.9 MARANGUAPE	106
4.2.9.1 Conselho Tutelar	106
4.2.9.2 Delegacia Metropolitana de Maranguape	109
4.2.10 PACAJUS	110
4.2.10.1 Conselho Tutelar	110
4.2.10.2 Delegacia Municipal de Pacajus	112
4.2.11 PACATUBA	114
4.2.11.1 Conselho Tutelar	114
4.2.11.2 Delegacia Metropolitana de Pacatuba	116
4.2.12 SÃO GONÇALO DO AMARANTE	117
4.2.12.1 Conselho Tutelar	117
4.2.12.2 Programa Sentinela	119
4.2.12.3 SOS – Criança/Família	120
4.2.12.4 Delegacia Municipal de São Gonçalo do Amarante	121
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES CRÍTICAS	123
REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO	140
ANEXO I	142
RELAÇÃO DOS INSTRUMENTAIS USADOS PELAS INSTITUIÇÕES PARA NOTIFICAÇÃO DE VIOLÊNCIA SEXUAL	142
1. Conselho Tutelar - Ofício ao Ministério Público	143

2. Conselho Tutelar - Formulário utilizado para descrição de casos	144
3. Conselho Tutelar - Formulário para Medida de Proteção.....	145
4. Conselho Tutelar - Relatório de atendimento a alunos encaminhados pelas escolas.....	146
5. Conselho Tutelar - Termo de audiência	147
6. Conselho Tutelar - Notificação – Violação de direitos	148
7. Conselho Tutelar - Notificação para comparecimento - prestar esclarecimentos	149
8. SOS Criança - Registro de ocorrência	150
9. SOS Criança - Estatística de atendimentos	151
10. SOS Criança/Sentinela – Ficha de abrigo provisório	152
11. SOS Criança – Termo de entrega	153
12. SOS Criança – Encaminhamento de Criança/Adolescente	154
13. SOS Criança – Solicitação de comparecimento	155
14. SOS Criança – Solicitação de Cesta Básica	156
15. Ficha de evolução dos casos atendidos.....	157
16. SOS Criança – Termo de ocorrência - Desaparecimento	158
17. SOS Criança – Ficha de Recepção	159
ANEXO II.....	160
QUESTIONÁRIO 1	161
PROJETO SENTINELA / SOS CRIANÇA / DELEGACIAS.....	161
<i>I – IDENTIFICAÇÃO.....</i>	<i>161</i>
QUESTIONÁRIO 2	168
CONSELHOS TUTELARES.....	168
<i>I – IDENTIFICAÇÃO.....</i>	<i>168</i>

INTRODUÇÃO

Em 2004, de acordo com a Matriz Intersetorial de Enfrentamento da Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes (fruto da parceria realizada entre a Secretaria Especial dos Direitos Humanos - SEDH, o UNICEF, a Comissão Intersetorial de Enfrentamento ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes e a Universidade de Brasília – UnB), foram identificados 937 municípios e localidades brasileiras com ocorrências de práticas de exploração sexual comercial contra a população infanto-juvenil. Dentre estes, 298 (31,8%) estão no Nordeste, ficando o Ceará na 3^a posição do *ranking* da Região, com um total de 41 municípios. Frente a essa realidade, faz-se mister a realização de estudos e pesquisas que enfoquem a temática em suas várias dimensões para que se busquem iniciativas de enfrentamento. Nesse sentido, o presente relatório de pesquisa integra uma dessas iniciativas, referenciado pelas diretrizes estabelecidas em congressos nacionais e internacionais, pactuadas e regulamentadas no Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual de Crianças e Adolescentes. De acordo com o Plano, um dos eixos estratégicos – análise da situação – prevê a realização de diagnóstico da situação de enfrentamento. Esse diagnóstico inclui uma análise qualitativa e explicativa da dinâmica dos registros de notificações de crimes relacionados à exploração sexual comercial de crianças e adolescentes no País. Por outro lado, pesquisas realizadas sobre a temática vêm denunciando a dificuldade de avaliações quantitativas do fenômeno. Isto se dá por vários motivos, dentre os quais, as diferentes dinâmicas e padrões estatísticos utilizados para registrar e tipificar as notificações de crimes praticados contra crianças e adolescentes. Diante da problemática em tela, e, no sentido de contribuir com as ações de enfrentamento ao fenômeno no Ceará, o estudo em questão se propõe a realizar uma análise comparativa das dinâmicas, padrões estatísticos espaciais e fatores explicativos da incidência de crimes relacionados à exploração sexual de crianças e adolescentes na cidade de Fortaleza e Região Metropolitana.

Desta maneira, o presente relatório trata das atividades de pesquisa realizadas no período de maio a outubro de 2005 com a execução do projeto de pesquisa aplicada: *“Estudo e análise comparativa das dinâmicas, padrões estatísticos espaciais e fatores explicativos da incidência de crimes relacionados à exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, entre a cidade de Fortaleza e sua Região Metropolitana”*. Foram nomeados como sujeitos da pesquisa os agentes ligados ao campo institucional das denominadas “portas de entrada” de casos de violência sexual: os Conselhos Tutelares; a Delegacia de Combate à Exploração da Criança e do Adolescente; as demais Delegacias de Polícia, os Projetos Sentinela e/ou S.O.S Criança implantados e funcionando. Definiu-se como objetivo geral da pesquisa: desenvolver um estudo de análise comparativa das dinâmicas de notificação e registro dos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes realizados em Fortaleza e Região Metropolitana, compreendendo um total de 13 municípios, com a finalidade de recomendar a implementação de um sistema único para notificação/registro desses casos no Estado do Ceará. E como objetivos específicos:

- Analisar os procedimentos técnico-metodológicos utilizados pelas instituições responsáveis pelo registro das notificações de violência sexual contra crianças e adolescentes;
- Avaliar o processo de alimentação do SIPIA em Fortaleza e Região Metropolitana;
- Levantar dados mais precisos sobre os casos notificados de acordo com os tipos de violência sexual;
- Propor a unificação do sistema de registro de ocorrências das denúncias de violência sexual.

O relatório é um trabalho composto de cinco partes: A primeira aborda a *Trajectoria da Pesquisa*, ou seja: as aproximações sucessivas ao objeto da investigação, as idas e vindas do pensamento na sua relação com a realidade complexa e dinâmica da pesquisa. As aproximações teórico-metodológicas nortearam o planejamento e execução do processo de pesquisa através das seguintes etapas: 1- Preparação de material para treinamento dos pesquisadores; 2- Seleção de pesquisadores; 3- Preparação dos instrumentais de Pesquisa; 4-Treinamento dos pesquisadores; 5- Pesquisa de campo; 6- Espaço e tempo da pesquisa; 7- Identificação das instituições pesquisadas por municípios;

8- Elaboração dos relatórios parciais de pesquisa e 9- Relatório final da pesquisa. A segunda parte, nomeada de *O Estado das Artes*, apresenta o fenômeno da violência sexual, seus conceitos e filiações teóricas tendo como pano de fundo o contexto sócio-histórico de constituição das políticas de enfrentamento ou ainda, as condições de possibilidades onde são gestadas e executadas essas políticas. O estado das artes é, sobretudo, uma discussão que busca recuperar o dito e o feito nesse cenário contraditório e pulsante das ações políticas. A terceira parte, intitulada *Os Municípios e seus contextos*, descreve cartograficamente os municípios (Capital e Região Metropolitana), escolhidos como universo da pesquisa, em seus aspectos populacionais, político-administrativos, geográficos, sócio-históricos e econômicos. A quarta, *Descrição e análise comparativa do funcionamento da rede de proteção dos municípios*, é o resultado concreto da pesquisa de campo. Descreve com riqueza de detalhes o funcionamento das “portas de entrada” do fenômeno da violência sexual, a partir de dados levantados através da aplicação de questionários, realização de visitas e conversas informais com os gestores e operadores dessas instituições. Ao mesmo tempo em que configura essas instituições como dispositivos na rede de proteção existente nos municípios, a pesquisa descreve comparativamente as ações desenvolvidas por esses dispositivos para o enfrentamento do fenômeno da violência sexual praticada contra crianças e adolescentes nesses mesmos municípios. Considerando a realidade de cada município, a pesquisa faz uma descrição de como essas “portas de entrada” desempenhavam/elaboravam suas dinâmicas, padrões estatísticos espaciais e fatores explicativos da incidência do fenômeno geral da violência sexual para poder identificar, a partir dessa questão geral, como se davam quando relacionados à Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes. A partir desses dados é possível fazer uma análise comparativa e cartográfica do funcionamento da rede na cidade de Fortaleza e Região Metropolitana. Por fim, na parte intitulada *Algumas considerações críticas*, são identificados e analisados os avanços, limites e dificuldades no funcionamento estratégico das políticas públicas criadas para operacionalizar a rede de proteção nos municípios pesquisados, assim como se destaca uma série de ações necessárias ao bom funcionamento da rede de enfrentamento. Finalizando o trabalho ressaltam-se algumas condições de possibilidades para a unificação dos procedimentos e

dinâmicas operados pelas “portas de entrada” do fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes nos municípios pesquisados.

PARTE I

O TRAJETO DA PESQUISA

A pesquisa em tela fez uso de um amplo estudo bibliográfico, de levantamento documental e institucional, das entrevistas realizadas e das anotações dos cadernos de campo obtidas através da observação direta. A mesma está circunscrita à Fortaleza e sua Região Metropolitana, compreendendo esta 12 municípios (Aquiraz, Eusébio, São Gonçalo do Amarante, Caucaia, Itaitinga, Horizonte, Pacajus, Chorozinho, Maracanaú, Pacatuba, Maranguape e Guaiúba). A trajetória metodológica da pesquisa se desenvolveu a partir de seis grandes etapas que nortearam todo o exercício do *pensar x fazer x pensar* que alimentou o seu processo de planejamento, execução e avaliação. Essas etapas foram as seguintes:

1.1 Preparação de material para treinamento dos pesquisadores

Elaboração teórico-didática de um documento para orientar as discussões e os conceitos relativos à violência sexual contra crianças e adolescentes, bem como noções básicas da legislação vigente referente a esse tipo específico de violência e informações acerca das instituições que serviriam de campo empírico da pesquisa. Constam, ainda, do “Módulo de Treinamento” informações sobre endereços das instituições a serem pesquisadas e modelos de instrumentais utilizados por essas instituições para notificação de violência sexual contra crianças e adolescentes¹.

1.2 Seleção de pesquisadores

A seleção dos pesquisadores foi realizada entre alunos do Curso de Graduação em Serviço Social e do Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade da Universidade Estadual do Ceará com experiência em pesquisa e estudos sobre violência, conflitualidade, direitos humanos e políticas de segurança pública, temáticas relacionadas

¹ Cf: Anexo I

às linhas de pesquisa do Laboratório de Direitos Humanos, Cidadania e Ética da Universidade Estadual do Ceará.

1.3 Preparação dos instrumentais de pesquisa

Foram elaborados dois tipos de questionários: um específico para os Conselhos Tutelares e outro para as demais instituições (Programa Sentinela, SOS Criança e Delegacias de Polícia) ²;

1.4 Treinamento dos pesquisadores

Após a seleção dos pesquisadores de campo foi efetivado um treinamento com toda equipe técnica, no qual se discutiram conceitos a serem trabalhados pela pesquisa, quais sejam: violência sexual e suas diversas tipologias; as instituições a serem pesquisadas; postura do pesquisador; apresentação, discussão e aplicação de questionários aos técnicos e agentes ligados ao campo institucional, seguida da análise e tratamento destes e da coleta dos dados secundários em prontuários, registros de ocorrências e relatórios disponibilizados pelas instituições. Ao final, foi elaborado um relatório com os resultados e com as recomendações e estratégias de prevenção do fenômeno; os instrumentais da pesquisa de campo (modos de abordagem para aplicação dos questionários, observação direta, uso do diário de campo etc.); organização dos grupos de trabalho responsáveis por cada município a ser pesquisado; definições acerca do pagamento da bolsa de pesquisa e diárias para desenvolvimento dos trabalhos de campo. O treinamento foi realizado durante dois dias.

1.5 Pesquisa de campo

A distribuição dos pesquisadores de campo dentro da área de abrangência da Pesquisa, num primeiro momento, foi pensada levando em consideração o critério da proximidade geográfica dos municípios: 1- Aquiraz e Eusébio; 2- São Gonçalo do Amarante e Caucaia; 3- Itaitinga, Horizonte, Pacajus e Chorozinho; 4- Maracanaú, Pacatuba, Maranguape e Guaiúba 4- Fortaleza. Desta maneira, a proximidade geográfica entre as localidades facilitaria o deslocamento dos pesquisadores de um município para

² Cf: AnexoII

outro. No entanto, os critérios definitivos se deram a partir de uma pesquisa exploratória realizada pela equipe de supervisão que teve por objetivo identificar tanto o número de instituições a serem pesquisadas em cada município, como, quando possível, o número oficial de casos denunciados de violência sexual contra criança e adolescentes divulgados pelos órgãos competentes. Nesta perspectiva, foram levantados os números oficiais de casos denunciados em cada município a ser pesquisado. De acordo com a referida pesquisa exploratória, realizada junto ao Núcleo de Articulação e Enfrentamento à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes no Estado do Ceará, foi observado que para o Município de Fortaleza, por possuir um grande número de casos denunciados, seria necessário o deslocamento de dois pesquisadores. Para os demais municípios, compreendendo a Região Metropolitana, que apresentavam um menor número de denúncias, a pesquisa de campo ficaria sob a responsabilidade dos demais pesquisadores, ficando cada pesquisador de campo com três localidades. Assim, uma nova sistematização foi constituída: Fortaleza (02 pesquisadores); Aquiraz, Eusébio e Maranguape (01 pesquisador); São Gonçalo do Amarante, Caucaia e Itaitinga (01 pesquisador); Horizonte, Pacajus e Chorozinho (01 pesquisador); Maracanaú, Pacatuba, e Guaiúba (01 pesquisador). Em Fortaleza a definição do número de instituições visitadas por cada pesquisador foi acordada entre a equipe de supervisão e os próprios pesquisadores. A distribuição teve como referência, primeiramente, o suposto número de notificações por instituição observada durante a pesquisa exploratória, bem como, em segundo plano, a proximidade do território geográfico onde ficavam situadas as instituições dentro do município.

1.6 Espaço e tempo da pesquisa

A pesquisa junto às entidades e aos programas que compõem a rede de enfrentamento em Fortaleza e Região Metropolitana delimitou a coleta dos dados estatísticos ao ano de 2004 e ao primeiro semestre de 2005. Considerando que a pesquisa de campo foi iniciada em junho do corrente ano, desta maneira a pesquisa buscou fazer uma análise comparativa, dentro desse espaço de tempo, das dinâmicas e dos padrões estatísticos e espaciais dos dados sistematizados por essas entidades e programas em decorrência dos serviços prestados junto aos seus públicos-alvos.

1.7 Identificação das instituições pesquisadas por municípios:**AQUIRAZ**

Número de instituições pesquisadas: 02 (Conselho Tutelar e Delegacia Metropolitana).

CAUCAIA

Número de instituições pesquisadas: 05 (Conselho Tutelar I (Sede de Caucaia); Conselho Tutelar II (Jurema); SOS – Disque-denúncia Criança/Família; Delegacia Metropolitana; Centro de Referência Projeto Sentinela).

CHOROZINHO

Número de instituições pesquisadas: 02 (Conselho Tutelar, 01 Unidade Policial).

EUSÉBIO

Número de instituições pesquisadas: 02 (Conselho Tutelar; Delegacia Metropolitana).

FORTALEZA

Número de instituições pesquisadas: 10 (Projeto Sentinela/SAS (Estado); Projeto Sentinela (Prefeitura); SOS – Criança / SAS (Estado); Conselhos Tutelares I, II, III, IV, V e VI; Delegacia Especializada de Combate à Exploração de Crianças e Adolescentes – DCECA).

GUAÍUBA

Número de instituições pesquisadas: 02 (Conselho Tutelar; Delegacia Metropolitana).

HORIZONTE

Número de instituições pesquisadas: 02 (Conselho Tutelar; Delegacia Municipal).

ITAITINGA

Número de instituições pesquisadas: 02 (Conselho Tutelar; Delegacia Metropolitana).

MARACANAÚ

Número de instituições pesquisadas: 07 (Conselho Tutelar; SOS Criança/ Família; 01 Delegacia Metropolitana e 05 Delegacias Distritais).

MARANGUAPE

Número de instituições pesquisadas: 02 (Conselho Tutelar; Delegacia Metropolitana).

PACATUBA

Número de instituições pesquisadas: 02 (Conselho Tutelar; Delegacia Metropolitana).

PACAJUS

Número de instituições pesquisadas: 02 (Conselho Tutelar; Delegacia Municipal).

SÃO GONÇALO DO AMARANTE

Número de instituições pesquisadas: 04 (Programa Sentinela; SOS – Criança/Família; Delegacia Municipal; Conselho Tutelar).

1.8 Elaboração dos relatórios parciais de pesquisa

Ao final das pesquisas de campo, cada pesquisador elaborou um relatório parcial buscando traçar o perfil de cada município pesquisado focando o olhar, o ouvir e o escrever nas políticas e programas municipais e estaduais de enfrentamento da violência sexual praticada contra crianças e adolescentes, assim como no funcionamento específico e detalhado das instituições, em cada município, que compõem a rede de retaguarda no atendimento e defesa de direitos da criança e do adolescente e responsabilização.

PARTE II

O ESTADO DAS ARTES

A *violência sexual* cometida contra crianças e adolescentes é um fenômeno social que não se restringe a uma determinada classe social ou área geográfica específica. Pode se manifestar de diversas formas, sendo as de maior ocorrência, o *abuso sexual* dentro dos limites do ambiente familiar, na maioria das vezes, com características incestuosas e a *exploração sexual* para fins comerciais, como o turismo sexual, a pornografia e o tráfico para fins sexuais.

Para o entendimento e enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, é necessário observar que o abuso sexual e a exploração sexual comercial são formas diferentes de um mesmo fenômeno que viola direitos fundamentais da pessoa humana, mas que, no entanto, requerem abordagens distintas.

O *abuso sexual* é uma das expressões da violência sexual cometida contra crianças e adolescentes que se incorpora às relações inter-pessoais (intra-familiar e extra-familiar) e deve ser entendido como uma “situação de ultrapassagem (além, excessiva) de limites: de direitos humanos, legais, de poder, de papéis, do nível de desenvolvimento da vítima, do que esta sabe e compreende, do que o abusador pode consentir, fazer e viver, de regras sociais e familiares e tabu” (Faleiros, E. 2000: 15).

Azevedo e Guerra (1988:42) definem abuso sexual “como todo ato ou jogo sexual relação heterossexual ou homossexual, entre um ou mais adultos e uma criança ou adolescente menor de 18 anos, tendo por finalidade estimular sexualmente ou utilizá-la para obter uma estimulação sexual sobre sua pessoa ou de outrem”. Segundo as autoras, o abuso sexual inclui atos classificados em três grupos. Não envolvendo contato físico: abuso verbal, telefonemas obscenos, vídeos/filmes obscenos, *voyeurismo*; envolvendo contato físico: atos físico-genitais, o coito (ou tentativa de), a manipulação de genitais, o contato

oral-genital e anal; envolvendo contato físico com o uso da força: estupro, brutalização e assassinato.

O conceito comporta, assim, dois tipos de abusos específicos, intra e extra-familiar. **O abuso sexual intra-familiar** ocorre dentro do seio familiar e é praticado por pais e/ou familiares (biológicos ou por afinidade), tios, irmãos, avós, primos, tutores. Prática caracterizada como incestuosa, ou seja, praticada entre pessoas que a lei ou os costumes proíbem. O incesto é entendido, segundo Azevedo e Guerra (1988:8) como “toda atividade de caráter sexual, implicando uma criança de 0 a 18 anos e um adulto que tenha para com ela seja uma relação de consangüinidade, de afinidade ou de mera responsabilidade”.

O abuso sexual realiza-se predominantemente em ambiente doméstico, produzindo-se nas relações mais próximas das crianças e dos adolescentes. Na maioria das situações, o vitimizador é do sexo masculino – o pai, irmão mais velho, tio e avô – e os (as) vitimizados³ (as) do sexo feminino, com idade entre 7 e 13 anos, faixa etária que coincide com a fase de transição da infância para adolescência, envolvendo grandes mudanças no corpo e na sexualidade feminina⁴.

O abuso sexual doméstico contra crianças e adolescentes, devido a sua natureza incestuosa, constitui-se um tabu. Nesta perspectiva, o tabu do incesto apresenta-se como necessário à preservação da imagem da família como um lugar ausente de conflitos, símbolo de ordem e equilíbrio.

Existe uma prevalência de casos de abuso sexual cometidos no seio desta suposta família, historicamente vislumbrada como um lugar ideal e completo para o

³ Para Faleiros (2000), o termo vítima deve ser substituído pela expressão vitimizada, por reconhecer no sujeito a capacidade de compreensão e reação de uma ou de outra forma. Trata-se de um sujeito vitimizado e não de um objeto vítima. Para Azevedo e Guerra (1988), no termo vitimização a ênfase da relação é posta no pólo da criança, isto é, aquele que sofre a coação, que recebe a injúria e o dano, nunca podendo ser transformada em ré, pois ele será sempre vítima.

⁴ Informações coletadas a partir da pesquisa “O perfil das crianças e adolescentes vitimizados por abuso sexual doméstico em Fortaleza nos anos 2000-2001”, financiada pela Fundação Cearense de Amparo à Pesquisa- FUNCAP, realizada por Ariadna Queltré Nobre Alves e Maria Loureto Barroso sob a orientação e coordenação das professoras Glaucéria Mota Brasil e Leila Maria Passos.

desenvolvimento da criança e, como unidade básica no processo socializador e de proteção de seus membros, sobretudo, a família nuclear burguesa⁵.

A concepção de “lar doce lar”, o mito da “Sagrada Família”, atravessa todo o âmbito social, contrariando as estatísticas existentes, onde a família aparece como propulsora de violência. A família é a instituição mais difícil para identificar a violência sexual cometida contra a população infanto-juvenil, porque ela se reveste da tradicional característica do sigilo, onde os envolvidos assumem um “pacto de silêncio”.

A ocultação e o silêncio que impera nas famílias são estratégias para manter um clima de violência doméstica, fortalecido pelas práticas coercitivas, pressões psicológicas, físicas, morais e religiosas, impedindo que se tenha uma noção precisa acerca do fenômeno. Neste sentido, enfatiza Faleiros:

O problema da violência sexual doméstica está envolto em relações complexas de família, pois os abusadores são parentes ou próximos das vítimas, vinculam sua ação, ao mesmo tempo, à sedução e à ameaça. A violência se manifesta pelo envolvimento dos atores na relação consanguínea, para proteção da “honra” do abusador e da subsistência da família. A família, nesse caso, funciona como um clã, isto é, fechada e articulada (FALEIROS, 1998:8).

Cabe ressaltar que, nas famílias onde ocorre o abuso sexual, existe uma transgressão do “poder de proteção” dos pais sobre os filhos, evidenciando a desigualdade de geração. Essa desigualdade se realiza numa relação assimétrica de poder, onde crianças e adolescentes são aprisionados e subordinados à vontade do adulto, restando-lhes a submissão e a renúncia aos próprios desejos.

O abuso sexual doméstico envolvendo crianças e adolescentes ocorre, conforme afirmam Azevedo e Guerra (1988), num tipo de família, intitulada incestogênica. Família essa, onde o afeto entre os membros é dado de forma erotizada, cuja organização é fundada

⁵ A Família Nuclear Burguesa foi consolidada nos meados do século XVIII, composta por pai, mãe e filhos, se intitulava como modelo único e ideal a ser seguido. A esfera da vida pessoal passou a ser divorciada dos modos de produção, estabelecendo uma visível separação do privado e do público. A esfera pública passou a ser domínio exclusivo dos homens, provedor material da casa e inspirador de respeito perante a sociedade. A mulher ficou confinada à esfera privada do ambiente doméstico, cabendo-lhe a educação dos filhos e a organização da casa. Cria-se a imagem da família como um espaço de afeição e segurança, local ausente de conflitos, fonte de intimidade, proteção e formação de cidadãos de bem (Ver Curso de Capacitação Técnica no Enfrentamento da Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes do CECOSI).

no segredo e onde impera o complô do silêncio, no qual crianças e adolescentes se calam enquanto os demais membros da família se negam a enxergar a realidade.

O complô do silêncio é um dos fatores que mais favorecem a continuidade e a reprodução da violência dentro do ambiente familiar, em especial, nos casos de abuso sexual. Isso porque os (as) vitimizados (as) costumam receber as mais diversas ameaças (de morte sobre si ou outros familiares), especialmente, por parte dos abusadores, como forma de intimidação, para que não revelem o sucedido. Além das ameaças, o abusador faz com que as crianças e/ ou adolescentes sintam-se culpados e envergonhados, como se tivessem provocado o abuso, dando-lhes a impressão de que serão estigmatizados à medida que revelem os fatos.

Devido, sobretudo, à culpa, à vergonha e ao medo da revelação, a ocorrência desse tipo de crime tende a ser ocultada ou somente denunciada quando o problema se tornou insustentável. Isso quer dizer que crianças e adolescentes podem passar anos sofrendo, sem que os serviços de proteção, defesa e atendimento sejam alertados.

O abuso sexual extra-familiar é a violência praticada por pessoas que não tenham laços familiares com a criança e o adolescente vitimizado. Pode ser praticado pelos conhecidos – amigos, vizinhos, professores, religiosos – ou por pessoas desconhecidas do vitimizado.

A *exploração sexual infanto-juvenil* é uma das mais graves modalidades de violência sexual contra crianças e adolescentes. Ela pode ocorrer com ou sem violência física, mas a violência psicológica estará sempre presente. Seu conceito é recente, segundo a incipiente literatura sobre a temática. Para Maria Lúcia Leal (2001:7),

a exploração sexual comercial é uma violência que se realiza nas relações de produção e mercado, através da venda dos serviços sexuais de crianças e adolescentes pelas redes de comercialização do sexo, pelos pais ou similares, ou pela via do trabalho autônomo.

Ainda na metade da década de 90, a existência de crianças e adolescentes no mercado do sexo era designada como prostituição infanto-juvenil. Pesquisas e estudos realizados sobre a problemática em âmbito mundial mostram uma realidade marcada por uma variedade de fatores e formas, o que exige uma análise não mais focada somente na

prostituição infanto-juvenil⁶, mas nas várias formas de exploração sexual comercial, que vão da própria condição de prostituição infanto-juvenil às formas mais recentes de produção industrial pornográfica (principalmente via *internet*), sexo-turismo e o tráfico com fins de trabalho sexual escravo.

O turismo sexual infanto-juvenil é considerado o mercado mais amplo da espécie exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, porque essa população é atração turística, portanto, bem de consumo.

A pornografia sexual infanto-juvenil e na *internet* acontece quando crianças e adolescentes são induzidas e utilizadas para produção de material pornográfico (fotografias, revistas, filmes, vídeos, etc.), que mostram crianças e adolescentes tendo relações sexuais ou expondo os genitais. Na *internet*, ela ocorre através da troca e venda de materiais pornográficos através de *sites*, salas de bate papo e *e-mail*.

O tráfico de crianças e adolescentes é uma espécie de crime organizado de caráter transnacional que ocorre dentro ou através das fronteiras dos países, onde crianças e adolescentes são levados para outras cidades, estados ou países, a fim de servirem a propósitos sexuais. O tráfico de pessoas é considerado uma forma de escravidão, porque há uma venda de vítima, submetida a trabalhos forçados, à servidão, às práticas idênticas de escravidão.

Conforme o Guia do Sistema Nacional de Combate à Exploração Sexual Infanto-Juvenil da ABRAPIA⁷, no Brasil, o tráfico acontece com maior frequência, das pequenas e médias cidades do interior para os grandes centros urbanos, principalmente nas Regiões Sudeste e Nordeste e ainda, para o exterior. Neste processo, envolvem-se desde caminhoneiros que transportam crianças e adolescentes e os donos de boate que os acolhe até os aliciadores que os induzem a manter relações sexuais e, por vezes, os próprios pais

⁶ Barbosa (2003:217-219) nos informa que especialistas que vêm discutindo a temática, observaram e chegaram a conclusão de que o termo prostituição deve ser empregado apenas à prostituição adulta, pois esta tem a liberdade sexual, portanto, disponibilidade sobre seu corpo. O adulto já alcançou maturidade. O termo prostituição não é, portanto, adequado à criança e ao adolescente, que, por Lei são considerados pessoas em condição peculiar de desenvolvimento, ou seja, são pessoas cuja capacidade de decisão ainda está em formação.

que, sobrevivendo em situação de extrema pobreza, os entregam em troca de dinheiro ou bens materiais. Muitos deles são os próprios agenciadores dos(as) filhos(as) na comercialização sexual.

⁷ ABRAPIA - Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência é uma organização não-governamental, sem fins lucrativos, que atua na defesa e proteção dos direitos das crianças e adolescentes.

PARTE III

OS MUNICÍPIOS E SEUS CONTEXTOS

3.1 FORTALEZA

O município de Fortaleza, criado oficialmente em 11 de março de 1725, possui, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2000), uma população de 2.141.402 habitantes distribuída numa área geográfica de 313,14 km². Apresenta uma densidade demográfica de 6.844,54 hab/km² e uma taxa de urbanização de 100%. Segundo ainda o IBGE, essa população estaria estimada para 2004 em 2.332.657.

Dados contidos no Anuário do Ceará (2005) apontam que o município possuía em 2002 um Índice de Desenvolvimento do Município - IDM de 81,35, ocupando o 1º lugar no *ranking* do Estado. O Índice de Desenvolvimento Humano - IDH em 2000 era de 0,786, ocupando o 1º lugar no Estado e o 927º no Brasil. Segundo ainda o referido Anuário, o Índice de Exclusão Social, em 2003, estava em 0,552, ocupando o 644º lugar em relação aos demais municípios do País. Indicadores econômicos de 2004 mostram que o município possui um PIB de R\$ 11.276.099,98, sendo que 0,1% estão na agropecuária, 42,6% na indústria e 57,3% nos serviços. O PIB *per capita* é de R\$ 4.834,00. Aos benefícios da Previdência Social, no mesmo ano, foram destinados R\$ 1.239.685.218,05.

Com relação à educação, dados oficiais de 2004 apontam a existência de 1.189 escolas de ensino fundamental, 288 escolas de ensino médio e 33 instituições de ensino superior⁸. Os dados mostram ainda que o município realizou no mesmo ano de 2004, 431.665 matrículas no ensino fundamental, 150.008 no ensino médio e 77.607 no ensino de jovens e adultos. A taxa de escolarização no mesmo ano no ensino fundamental e médio foi

⁸ O Ceará tem uma Universidade Federal (UFC), três Estaduais (UECE, URCA e UVA), uma particular (UNIFOR) e os demais estabelecimentos são faculdades isoladas pertencentes às redes de colégios particulares ou a universidades particulares e filantrópicas de outros estados.

Tabela 1 - População por grupo de idade e por Região Administrativa de Fortaleza - 2000

REGIÃO	POPULAÇÃO	FAIXA ETÁRIA (ANOS)				
		0 – 4	5 – 9	10 – 19	20 – 59	60 ou Mais
I	340.134	32.621	32.767	72.759	175.440	26.547
II	311.842	21.868	22.500	63.423	172.848	31.203
III	340.516	31.563	32.039	71.895	177.788	27.231
IV	259.831	19.834	20.732	52.961	140.903	25.401
V	452.875	50.569	49.796	99.475	227.746	25.289
VI	436.204	47.947	48.244	94.414	221.039	24.560
TOTAL	2.141.402	204.402	206.078	454.927	1.115.764	160.231

Fonte: Fundação IBGE, 2000.

A Secretaria Executiva Regional I é composta por 15 bairros e abriga 340.134 mil habitantes. Os bairros que compõem a SER I são Álvaro Weyne, Barra do Ceará, Carlito Pamplona, Cristo Redentor, Farias Brito, Floresta, Jacarecanga, Jardim Guanabara, Jardim Iracema, Monte Castelo, Moura Brasil, Pirambu, São Gerardo, Vila Ellery e Vila Velha.

O potencial turístico e a beleza do litoral oeste de Fortaleza, presente nos bairros da região contrastam com as áreas de risco, ocupações e problemas de infraestrutura que se aglomeram pela costa litorânea e no interior dessa Regional. Na área mais densamente povoada da cidade, as estimativas oficiais são de que a Regional I precise de 6.060 novas moradias e de que outros 9.481 domicílios necessitem de melhorias estruturais como saneamento básico e rede de esgotos.

A falta de uma política habitacional adequada, a ausência de saneamento básico em vários locais e o lixo acumulado em calçadas e terrenos baldios são apenas alguns dos problemas presentes nesta área. Existem 38 favelas e 19 áreas de risco nos bairros da Regional I, sendo que a maioria apresenta problemas de alagamento e desmoronamento. Somente nestas 19 áreas de risco vivem 1.182 famílias

Segundo o estudo Política Habitacional de Interesse Social do Município de Fortaleza (PHIS), elaborado pelo Centro de Treinamento e Desenvolvimento (Cetrede) em junho de 2003, a SER I caracteriza-se pela alta densidade demográfica (142 hab/km²) e elevado número de assentamentos com situações inadequadas de moradia.

Outra característica da SER I é o grande número de pessoas que sobrevivem com baixos salários. No ano 2000, a renda média mensal dos chefes de família da Regional I era de 3,49 SM, bem inferior à média do município que era de 5,61 SM. A situação de renda mais crítica estava no Pirambu e Cristo Redentor, onde o rendimento médio mensal estava, respectivamente, em 1,90 e 2,07 SM. Por conta disso, o orçamento municipal de Fortaleza, de 2005, destinou R\$ 72.532.300 à Regional I, correspondendo a 3,54% do montante total. Focos de violência, criminalidade, envolvendo a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes são comuns em vários locais da SER I, em especial em algumas áreas do Bairro do Pirambu.

A Secretaria Executiva Regional II com uma população de 311.842 habitantes ocupa a região central e a região leste da cidade. É composta por 20 bairros, quais sejam: Aldeota, Cais do Porto, Centro, Cidade 2000, Cocó, Dionísio Torres, Dunas, Luciano Cavalcante, Guararapes, Joaquim Távora, Meireles, Mucuripe, Papicu, Praia de Iracema, Praia do Futuro I, Praia do Futuro II, Salinas, São João do Tauape, Varjota e Vicente Pinzon. A expansão habitacional da região teve início em 1920, momento histórico no qual um grande número de famílias ricas que moravam no centro da cidade, mais precisamente na Av. Francisco Sá e proximidades, fugiram da expansão das indústrias na área e migraram para o lado leste da cidade.

Entre os bairros que integram a SER II, figura o que mais arrecada impostos dentro do Município de Fortaleza. Tais condições são favoráveis à concentração de *shopping centers*, condomínios residenciais e edifícios ocupados por comércio e serviços. Com relação aos índices de saúde, a região apresenta o maior número de unidades de saúde do SUS. Segundo dados do Jornal O Povo (Política, 26/08/2004), a região apresenta o menor percentual relativo à inexistência de rede pública de esgotamento sanitário no município. No que concerne à educação, dados mostram que a população não alfabetizada

representa o índice de 9,5%, inferior ao percentual do município que corresponde à média de 14,9%.

Apesar de a área se configurar como líder em indicadores sociais de educação e economia, abrangendo o principal foco turístico da cidade e o metro quadrado mais caro de Fortaleza, a SER II apresenta também contradições econômicas e sociais. Entre o Bairro Meireles (o melhor IDH-B da capital) e a comunidade do Cais do Porto, por exemplo, a variação do IDHM-B é de 137,31%. Entre outras características, a região apresenta também um trânsito caótico, a multiplicação de áreas de risco, o adensamento populacional e uma agravante verticalização urbana.

A Secretaria Executiva Regional III é composta por 16 bairros (Quintino Cunha, Antonio Bezerra, Autran Nunes, Padre Andrade, Dom Lustosa, Henrique Jorge, Jóquei Clube, João XXIII, Bom Sucesso, Pici, Bela Vista, Amadeu Furtado, Rodolfo Teófilo, Parquelândia, Parque Araxá e Presidente Kennedy). Abriga uma população de 340.516 habitantes e apresenta uma densidade demográfica de 122,6 hab/hec. Na SER III existem 58 favelas e 15 áreas de risco, onde vivem 1.862 famílias.

Na SER III o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal por Bairro IDHM-B¹⁰ é de 0,495, inferior à média de Fortaleza que é de 0,508. O bairro com menor índice é o Autran Nunes (0,380) e com o melhor a Parquelândia (0,648). A renda média mensal dos chefes de família que residem na regional era, em 2000, de 4,10 S/M, número inferior à média da capital, que ficou em 5,61 S/M. A desigualdade salarial entre os bairros é bastante elevada, pois, enquanto no Autran Nunes a renda média de um chefe de família era de 1,61 S/M, na Parquelândia a média situava-se, à época, em 10,14 S/M.

No espaço da Regional III estão instaladas 26 unidades do Sistema Único de Saúde, sendo 14 unidades básicas, 01 unidade de atenção especializada, 01 Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), um Centro de Controle de Zoonoses (CCZ) e uma unidade Hospitalar. Com relação à educação, existem 61 unidades de educação e 31.794 alunos

¹⁰ Para definir o Índice de Desenvolvimento Urbano Municipal por Bairro (IDHM-B) são avaliados os seguintes critérios: taxa de analfabetismo, número médio de anos de estudos e o rendimento médio do chefe de família. No quesito analfabetismo, contabiliza-se moradores acima de 15 anos de idade. Quanto mais próximo de 1, melhor a condição de vida do local (Cf: *O Povo*, Política, p. 24, 29/08/2004).

matriculados, em 2004. Em 2000, 13,91% da população (42.977 pessoas) com cinco anos ou mais era analfabeta. Dos 67,64 hectares do espaço da regional destinados à construção de praças, áreas livres, verdes e parques municipais, 40,05 hectares encontram-se invadidos.

Outras características do espaço SER III são os graves problemas habitacionais, de saneamento básico e criminalidade. O balanço da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social demonstra a expansão da criminalidade. Um estudo comparativo realizado entre os primeiros semestres de 2003 e o de 2004, aponta que os roubos à pessoa passaram de 777 para 998 e, em estabelecimentos comerciais passaram 202 para 284 no período. Os homicídios também tiveram um acréscimo de 30 para 33 (dos 229 homicídios ocorridos em Fortaleza).

Dados do estudo Política Habitacional de Interesse Social do Município de Fortaleza (PHIS) divulgados pelo Jornal O Povo¹¹ indicam que nesta Regional 53.610 domicílios não possuem acesso à rede de esgoto e alguns bairros ainda sofrem com a falta de abastecimento de água. É o caso do Quintino Cunha, bairro onde apenas 64,62% dos domicílios estão ligados à rede geral de esgotos.

A Secretaria Executiva Regional IV é formada por 19 bairros (Serrinha, Parangaba, Vila Peri, Montese, Itaperi, Damas, Bom Futuro, Benfica, Jardim América, Parreão, Fátima, Vila União, Aeroporto (novo e velho), José Bonifácio, Itaóca, Couto Fernandes, Demócrito Rocha, Pan-Americano). A Regional IV apresenta como particularidade o fato de ser favorecida por equipamentos institucionais. No Benfica, por exemplo, encontram-se alguns equipamentos da Universidade Federal do Ceará - UFC (Centro de Humanidades, as Casas da Cultura, a Reitoria, a Casa Amarela Eusélio de Oliveira e a Rádio FM Universitária), o Centro Federal de Educação Tecnológica - CEFET, o Centro de Humanidades da Universidade Estadual do Ceará - UECE, o Estádio Presidente Vargas - PV, e o 23º Batalhão de Caçadores-23º BC. No Bairro Itaperi localiza-se o campus universitário da UECE, no bairro Aeroporto, o antigo aeroporto, as sedes da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE, da Prefeitura de Fortaleza e na Serrinha, o novo aeroporto Internacional Pinto Martins. Dos sete terminais de ônibus de

Fortaleza, dois estão na Regional IV: Parangaba e Lagoa. O terminal da Parangaba é o que possui mais linhas de ônibus na capital (39) e o segundo em número de passageiros/dia, mais de 200 mil, número inferior apenas em relação ao número de passageiros que utilizam o terminal do Papicu. O terminal de ônibus da Lagoa tem 19 linhas de ônibus e um fluxo de cerca de 90 mil passageiros/dia. O bairro do Montese, especificamente, a av. Gomes de Matos, representa um dos maiores pólos de compra e venda da capital, região vocacionada ao comércio pela grande diversidade e concentração de produtos comercializados. É uma das Regionais mais expressivas quanto ao uso e ocupação do solo com base institucional, segundo o geógrafo José Borzacchiello. Contudo, esses equipamentos institucionais não são bem aproveitados, porque não proporcionam o que ele denominou de intervenção qualificada, ou seja, uma intervenção que integre os diversos setores que estão presentes na Regional IV. Essa configuração geográfica espacial talvez seja o motivo pelo qual a mesma possui menos invasões de terra. Em 3.500 hectares, apenas 12 são invadidos. Porém, essas particularidades não têm contribuído para diminuir os problemas sociais da Regional, que possui cerca de 2.500 famílias vivendo de modo subumano em 15 áreas de risco, com déficit habitacional de 5.462 moradias e mais de 4.100 necessitando de melhorias. Possui, ainda, mais da metade de seus domicílios, cerca de 37.425, sem ligação com a rede pública de esgoto. A maioria da população, ainda usa fossa séptica em condições rudimentares. São valas que poluem rios e lagoas, e, em muitos desses bairros, os esgotos estão a céu aberto. As cinco lagoas existentes na área da Regional estão poluídas ou em situações críticas. No bairro Aeroporto, a lagoa do Opaia tem em suas margens 283 famílias vivendo em condições subumanas, expostas às cheias nos períodos das chuvas. Assim, também se encontram 296 famílias, da favela Garibaldi às margens da lagoa da Itaperoaba, na Serrinha. A lagoa da Parangaba assim como as lagoas Secas e do Itaperi no bairro do Itaperi estão abandonadas. Mesmo diante dessas desigualdades locais, a Regional IV, depois da Regional II, é considerada uma região com melhores indicadores sociais, embora conviva com as contradições de uma cidade apartada, uma realidade enganosa ao ser diluída na totalidade da área, os problemas parecem não existir. Contudo, ao se comparar alguns dados específicos dessa mesma realidade constatam-se as desigualdades existentes, tais como, o fato da SER IV abrigar dois bairros com alto IDHM-B como Fátima (0,716) e

¹¹ Jornal O Povo, Caderno Política, p. 21, Domingo, 5 de setembro de 2004.

Benfica (0,664) além de mais nove bairros classificados com IDHM-B acima da média de Fortaleza (0,508). Ao mesmo tempo, também possui oito bairros com IDHM-B abaixo da média da capital e três classificados como locais de baixo IDHM-B, a exemplo do Aeroporto (0,422), Couto Fernandes (0,436) e Serrinha (0,444). As disparidades sociais continuam quando se compara a renda média mensal dos chefes de família. Nos bairros de Fátima e Benfica, elas correspondem a 13,36 e 9,39 SM enquanto no Aeroporto e na Serrinha, os valores caem para 2,84 e 3,23 SM respectivamente (ver Série Mirantes In: Jornal O POVO, 2004: www.noolharopovo.com).

A Secretaria Regional V é composta por 17 bairros e grandes conjuntos habitacionais (Bom Jardim, Canindezinho, Conjunto Ceará I, Conjunto Ceará II, Conjunto Esperança, Genibaú, Granja Lisboa, Granja Portugal, Jardim Cearense, Maraponga, Mondubim, Parque Presidente Vargas, Parque Santa Rosa, Parque São José, Prefeito José Walter, Siqueira, Vila Manoel Sátiro). Abriga, segundo dados do IBGE (2000), uma população de 452.875 habitantes distribuída numa área geográfica de 6.346,70 hectares e apresenta uma densidade demográfica de 71,4 hab/hec.

A SER V responde por uma área onde os chefes de família possuem a menor renda mensal da capital. Apenas 2,78 salários mínimos, quando a média de Fortaleza é de 5,61. O bairro do Siqueira é o mais crítico, com renda mensal em média de 1,95 S/M.

Em sua área geográfica a situação sanitária é alarmante, cerca de 74,5% dos bairros são desprovidos de esgotamento sanitário. Das 112 áreas de risco de Fortaleza, 18 estão situadas na SER V, soma-se a esta realidade mais 40 favelas. No total são 3.700 famílias residindo nesta área. A Regional apresenta ainda, o pior índice de Desenvolvimento Urbano por Bairro (IDHM-B). Apenas 0,444, contra 0,508 de Fortaleza. Dos cinco bairros com pior índice, três pertencem à Regional.

Quanto às unidades de saúde, a SER V é a que possui o menor número de postos. Apenas 25 para atender à demanda populacional dos 17 bairros. Com relação ao abastecimento de água 91,32% dos domicílios particulares são atendidos pela rede geral de água. Com relação à Educação, dados do IBGE (2000) informam que 82,17% da população da Regional é alfabetizada. A População analfabeta compreende 17,03%.

A Secretaria Executiva Regional VI é composta por 28 bairros (Aerolândia, Alagadiço Novo, Alto da Balança, Ancuri, Barroso, Cajazeiras, Cambeba, Castelão, Cidade dos Funcionários, Coaçu, Curió, Dendê, Dias Macedo, Edson Queiroz, Guajeru, Jangurussu, Jardim das Oliveiras, Lagoa Redonda, Mata Galinha, Messejana, Passaré, Paupina, Pedras, Parque Dois Irmãos, Parque Iracema, Parque Manibura, Sabiaguaba e Sapiranga Coité), que abrigam uma população de 436.204 habitantes.

O espaço urbano desta grande região que ocupa 40,26% do território de Fortaleza possui área o maior crescimento econômico da cidade, apresenta, contudo, um quadro de disparidades e desigualdades sociais. Há três décadas atrás, uma boa parte dessa área de Fortaleza era considerada “semi-rural”, hoje é vista como um dos filões do setor imobiliário, processo de transformação que pode ser facilmente percebido com o aumento do número de residências de classe média e alta em alguns bairros da região. Se por um lado, a instalação de grandes equipamentos, como a Universidade, Centro de Convenções, Tribunal de Justiça, Estádio, colégios, bares, centros comerciais, *shopping*, etc. contribuíram para a expansão e valorização dessa parte da cidade, tornando-a em parte, reduto da classe média e alta, contraditoriamente, a região também apresenta áreas com pela extrema pobreza.

A região abrange os bairros mais pobres da capital e a maior quantidade de áreas de risco de Fortaleza, 26% do total, onde habitam 17.078 famílias. Possui ainda o segundo mais baixo Índice de Desenvolvimento Humano por Bairro (IDHM-B), 0,462. Na SER VI, está situado o maior número de bairros com baixo IDHM-B, num total de 15, dentre eles o Curió, detentor do mais baixo índice (0,338) entre todos os bairros de Fortaleza. Além disso, bairros como Curió, Alagadiço Novo, Ancuri e Dias Macedo estão entre aqueles com menor número de domicílios ligados a rede de esgoto, bem como os que mais destinam os dejetos a outros escoadouros, como fossas rudimentares.

3.2 REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA

O fenômeno da concentração urbana, caracterizado pela ocupação, uso e transformação do solo provocado pelas aglomerações e intervenções humanas, atualmente encontra seu ápice de complexidade nas chamadas Regiões Metropolitanas. Estas se

apresentam, fundamentalmente, como cidades com grandes expansões territoriais situadas vizinhas umas das outras e que mantêm entre si uma intensa comunicação econômico-social. Este fenômeno tem gerado questões de ordem comum a todas as cidades, como a escassez de serviços sanitários, deficiências de moradias e serviços básicos, falta de segurança e degradação ambiental, além da vulnerabilidade a acidentes e desastres naturais. O Brasil possui atualmente 26 Regiões Metropolitanas¹², que concentram um total de 413 municípios, onde vivem um pouco mais de 68 milhões de habitantes, distribuídos numa área aproximada de 167 mil km² o que corresponde a aproximadamente 42% de toda população brasileira. A Região Metropolitana da capital do Estado do Ceará é constituída por 13 municípios (Fortaleza, Aquiraz, Caucaia, Chorozinho, Eusébio, Guaiúba, Horizonte, Itaitinga, Maracanaú, Maranguape, Pacajus, Pacatuba e São Gonçalo do Amarante). Os problemas enfrentados pela RMF não se diferem das demais regiões metropolitanas do País, haja vista que seus municípios passam a se constituir em cidades atrativas, ocasionando uma grande mobilidade populacional do interior para a região, com destaque, neste processo, para a capital do Estado. Segundo dados do IBGE (2000), os municípios integrantes da Região Metropolitana de Fortaleza concentram uma população de 2.979.053 habitantes.

3.3 AQUIRAZ

Situada na costa leste do litoral cearense, distante 24,7 km de Fortaleza, a cidade de Aquiraz tem como principal via de acesso a CE-040. O município vem ganhando notoriedade por constitui-se numa região como modernos equipamentos turísticos, onde estão localizadas praias de belezas naturais como Porto das Dunas, Prainha, Presídio e o

¹² As primeiras Regiões Metropolitanas do Brasil foram instituídas em 1973. Através da Lei Complementar Federal 14, de 8 de junho, foram estabelecidas oito: as Regiões Metropolitanas de Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo. No ano seguinte, foi criada a do Rio de Janeiro, pela Lei Complementar 20, de 01/07/74. No início, portanto, as Regiões Metropolitanas no País somavam nove. Hoje, elas totalizam 26, sendo as mais recentes as da Foz do Itajaí, Carbonífera e de Tubarão, estabelecidas em janeiro de 2002 no Estado de Santa Catarina (Cf: <http://www.emplasa.sp.gov.br/metropoles/rmsdobrasil.asp>), consulta em 2005.

complexo turístico *Beack Park*, trazendo impactos à região e explorando potencialidades de seus moradores, como a tradicional arte de trançar linhas com as almofadas de bilros, formando tramas e desenhos peculiares.

Dados do IBGE mostram que o município possuía em 2000 uma população de 60.469 habitantes, distribuídos em uma área de 480,98 km². O município possui uma população urbana de 54.682 e população rural 5.787, apresentando densidade demográfica de 126,01 hab/km² e taxa de urbanização de 90,44%. Esta população, ainda segundo o IBGE, foi estimada para 2004 em 67.736.

Segundo o anuário do Ceará de 2005, o município possuía em 2002 um IDM de 48,28, ocupando o 8º lugar no *ranking* do Estado. O IDH em 2000 foi de 0,670, ocupando o 26º lugar no Estado e o 3.455º no Brasil. Ainda segundo o Anuário, o índice de Exclusão Social em 2003 foi de 0,381, ocupando o 3.455º em relação aos demais municípios do País. Possui um PIB (2004) de R\$ 349.317,47, sendo que 12,41% são referentes à agropecuária, 61,15% à indústria e 26,44% a serviços. O PIB *per capita* em 2004 foi de R\$ 5.157,04. Quanto aos benefícios de Previdência Social em 2004 foram destinados R\$ 16.606.183,77.

A rede de educação no município (2004) possui 89 escolas de ensino fundamental e cinco escolas de ensino médio. O município realizou em 2004, 14.995 matrículas do ensino fundamental e 2.618 matrículas do ensino médio, possuindo uma taxa de escolarização do ensino fundamental de 94,39% e 26,06% do ensino médio. Dados, referentes à saúde (2004), mostram que o município dispõe de um hospital e 48 leitos. O município, em 2001, contava com 14.014 domicílios, tendo em 2003 um índice de 24,36% de rede de abastecimento de água e 14,51% de rede de esgoto. Em 2000, possuía 100% dos domicílios beneficiados com energia elétrica. A receita orçamentária municipal de 2004 foi R\$ 22.186.998,75, sendo o FPM de R\$ 6.105.898,64, a cota-parte do ICMS de R\$ 7.381.657,45, despesa total de 37.625.705,31 e recursos do FUNDEF de R\$ 5.892.093,94 (ver Dados do Anuário, 2005).

3.4 CAUCAIA

O município de Caucaia, criado oficialmente em 05 de fevereiro de 1759, fica a 16,5 km de Fortaleza e tem como principal via de acesso a BR 020/CE-085. Possui 25 km de litoral, com praias como o Cumbuco e o Icaraí, as mais procuradas pelos turistas. Segundo dados do IBGE (2000), o município possui uma população de 294.284 habitantes distribuídos numa área geográfica de 1.228 km². Apresentando uma população urbana de 226.088 e rural de 24.391, com densidade demográfica de 210,22 hab/km² e uma taxa de urbanização de 90,25%. Segundo ainda o IBGE, essa população estaria estimada para 2004 em 294.228.

Em 2002, Caucaia tinha um IDM de 35,82, ocupando o 25º lugar no *ranking* do Estado. O IDH em 2000 era de 0,721, ocupando o 3º lugar no Estado e o 2.602º no Brasil. Segundo ainda o referido Anuário, o Índice de Exclusão Social em 2003 ficava em 0,408, ocupando o 3.121º lugar em relação aos demais municípios do País. Indicadores econômicos de 2004 mostram que o município possui um PIB de R\$ 801.925,63, sendo que 51,22% referentes à indústria e 45,98% a serviços. O PIB *per capita* de R\$ 2.725,01. Quanto aos benefícios de Previdência Social, no mesmo ano foram destinados R\$ 63.635.685,63 (ver Dados do Anuário do Ceará, 2005).

Na educação, dados oficiais de 2004 indicam a existência de 191 escolas de ensino fundamental e 18 escolas de ensino médio, mostram ainda que o município realizou no mesmo ano de 2004, 61.990 matrículas no ensino fundamental e 12.068 matrículas no ensino médio, possuindo uma taxa de escolarização no ensino fundamental e médio de 89,72% e 30,67%, respectivamente. Dados do Anuário do Ceará mostram que o município possuía em 2001, 59.380 domicílios. Já em 2003, 100% dos domicílios cadastrados possuíam abastecimento de água e 49,47% eram abastecidos com serviço de esgoto. Com relação à saúde, dados, referentes ao ano de 2004, mostram que o município dispõe de dois hospitais com 156 leitos.

A receita orçamentária municipal de 2004 foi de R\$ 68.438.354,42, sendo o FPM de R\$ 26.041.422,70, a cota-parte ICMS de R\$ 7.378.744,79 e os recursos do

FUNDEF de R\$27.222.061,26. Quanto à despesa total, foi utilizado o valor de R\$102.919.391,58.

3.5 CHOROZINHO

O Município de Chorozinho, criado oficialmente em 13 de março de 1987, fica a 66,1 km de Fortaleza e tem como principal via de acesso a BR116. Segundo dados do IBGE (2000), o município possuía uma população total de 18.707 habitantes, distribuídos numa área geográfica de 278,40 km². Conforme ainda o censo estima-se que a população em 2004 chegaria em 20.356. Em 2000, o município apresentava uma distribuição regular entre população urbana (9.469) e população rural (9.238), com densidade demográfica de 60,97 hab/km² e taxa de urbanização de 50,65%.

Segundo o Anuário do Ceará (2005), no ano de 2002 o Índice de Desenvolvimento Municipal - IDM foi de 27,90, ocupando o 61º lugar no *ranking* do Estado. O IDH em 2000 era de 0,633, ocupando o 86º lugar no Estado e o 4.065º no Brasil. Ainda de acordo com o Anuário, o Índice de Exclusão Social em 2003 era de 0,353, ocupando o 3.389º lugar em relação aos demais municípios do País.

Indicadores econômicos referentes ao ano de 2004 mostram que o município possui um PIB de R\$ 35.197,04, sendo 30,31% na agropecuária, 17,64% na indústria e 52,04% na área de serviços. O PIB *per capita* em 2004 era de R\$ 1.729,07. Quanto aos benefícios de Previdência Social, em 2004 foram destinados R\$ 3.745.888,43.

Na educação, dados oficiais de 2004 identificam a existência de 29 escolas de ensino fundamental e uma escola de ensino médio, mostram ainda que o município realizou no mesmo ano, 5.212 matrículas do ensino fundamental e 881 matrículas do ensino médio, possuindo uma taxa de escolarização do ensino fundamental e médio de 96,21% e 29,07%, respectivamente. Na área da saúde, o município dispõe de um hospital com 11 leitos. Dados de 2001 mostravam que o município possuía 4.475 domicílios. Já em 2003, 55,94% de todos os domicílios possuíam abastecimento de água e 0,00% de abastecimento de esgoto.

A Receita Orçamentária municipal de 2004 foi de R\$ 7.704.102,65, sendo o FPM de R\$ 4.070.599,23, a cota-parte ICMS de R\$ 744.368,74 e os recursos do FUNDEF de R\$3.006.924,32. Quanto à despesa total, foi utilizado R\$9.131.767,57.

3.6 EUSÉBIO

O município de Eusébio está localizado a 17,7 km da capital cearense, tendo como principal via de acesso a CE-040. O município tinha em 2000, uma população de 31.500, distribuídos em uma área de 76,58 km². Apresentando densidade demográfica (2000) de 405,47 hab/km² e taxa de urbanização de 100%. Esta população, ainda segundo o IBGE, foi estimada para 2004 em 37.190 (Dados do IBGE, 2000).

Segundo o Anuário do Ceará 2005, o município possuía em 2002 um IDM de 66,59, ocupando o 2º lugar no *ranking* do Estado. O IDH em 2000 era de 0,684, ocupando o 16º lugar no Estado e o 3.247º no Brasil. Segundo o Anuário do Ceará 2005, o Índice de Exclusão Social em 2003 era de 0,488, ocupando o 1.799º em relação aos demais municípios do País. Em 2004, possui um PIB de R\$ 603.570,49, sendo que 0,91% são referentes à agropecuária, 80,57% à indústria e 18,52% a serviços. No mesmo ano, o PIB *per capita* foi de R\$ 16.229,38, os benefícios de Previdência Social foram da ordem de R\$ 8.257.797,39. Com relação à educação, dados oficiais indicavam a existência de 35 escolas de ensino fundamental e duas de ensino médio. O município realizou em 2004, 9.845 matrículas do ensino fundamental e 1.842 matrículas do ensino médio, possuindo uma taxa de escolarização do ensino fundamental de 100% e 32,04% do ensino médio.

Com relação à saúde, dados referentes ao ano de 2004 mostram que o município dispõe de um hospital e 54 leitos. O município possuía em 2001, 1.384 domicílios, tendo em 2003 um índice de 39,11% de abastecimento de água e 0,00% de esgoto. Contava em 2000 com 83,16% dos domicílios beneficiados com energia elétrica. A receita orçamentária municipal de 2004 foi R\$ 20.177.666,88 sendo o FPM de R\$ 5.427.465,48, cota-parte ICMS R\$ 7.909.032,57, despesa total de R\$ 25.426.792,34 e os recursos do FUNDEF na ordem de R\$ 5.263.733,39.

3.7 GUAÍÚBA

O município de Guaiúba se localiza a 38 km de Fortaleza, tendo como principal via de acesso a CE-060. Com população segundo dados do IBGE (2000), de 19.884 habitantes, estimada para 2004 em 21.075, distribuída em uma área de 267,20 km²,

apresentando densidade demográfica (2000) de 73,61 hab/km² e taxa de urbanização de 78,51%.

O IDM de Guaiúba em 2002 era de 26,73, ocupando o 74º lugar no *ranking* do Estado. O IDH em 2000 era de 0,652 ocupando o 48º lugar no Estado e o 3.755º no Brasil. O Índice de Exclusão Social em 2003 era de 0,329, ocupando o 4.623º em relação aos demais municípios do País. Com um PIB (2004) de R\$ 31.765,91 sendo que 20,87% são referentes à agropecuária, 21,95% à indústria e 57,18% a serviços. O PIB *per capita* em 2004 era de R\$ 1.506,85. Quanto aos benefícios de Previdência Social em 2004 foram destinados R\$ 4.009.590,32 (ver Dados do Anuário do Ceará, 2005).

Na educação, os dados do IBGE (2004) indicam a existência de 29 escolas de ensino fundamental e uma de ensino médio. O município realizou em 2004, 5.541 matrículas do ensino fundamental e 933 do médio, possuindo uma taxa de escolarização do ensino fundamental de 94,67% e 24,79% do ensino médio. No que concerne à saúde, dados oficiais, de 2004, mostram que o município dispõe de um hospital e 14 leitos. Em 2001, o município apresentava 4.470 domicílios, tendo em 2003 um índice de 77,61% de abastecimento de água e 35,85% de esgoto. Contava em 2000 com 89,19% dos domicílios beneficiados com energia elétrica. A receita orçamentária municipal de 2004 foi R\$ 6.944.703,72, sendo o FPM de R\$ 4.070.599,23, cota-parte ICMS de R\$ 628.789,65, despesas no total de R\$ 7.343.787,97 e os recursos do FUNDEF no valor de R\$ 2.791.355,33.

3.8 HORIZONTE

O município de Horizonte, criado oficialmente em seis de março de 1987, fica a 42,1 km de Fortaleza e tem como principal via de acesso a BR- 116. Tem uma população total de 33.790 habitantes distribuída em uma área de 159,97 km². Uma população urbana de 28.122 e rural de 5.668 habitantes, apresenta densidade demográfica de 176,91 hab/km² e taxa de urbanização de 83,24%. Os dados estimam ainda que a população em 2004 seria de 41.746 habitantes (IBGE, 2000).

Dados contidos no Anuário do Ceará (2005), mostram que Horizonte possuía em 2002 um IDM de 50,85, ocupando o 5º lugar no *ranking* do Estado. O IDH em 2000 era de 0,679, ocupando o 18º lugar no Estado e o 3.308º no Brasil. Ainda segundo o Anuário, o Índice de Exclusão Social em 2003 estava em 0,385, ocupando o 3.392º lugar em relação aos demais municípios do País. Conforme a mesma fonte, o município, em 2004, possuía um PIB de R\$ 518.025,94, sendo que 5,42% são referentes à agropecuária, 79,69% à indústria e 14,89% a serviços. O PIB *per capita* foi de R\$ 12.409,00. Os benefícios da Previdência Social, no mesmo ano, foram de R\$ 9.023.533,15.

Na educação, os dados oficiais de 2004 indicam a existência de 32 escolas de ensino fundamental e três escolas de ensino médio. Mostram ainda, que o município realizou 10.840 matrículas do ensino fundamental e 2.525 matrículas do ensino médio, possuindo uma taxa de escolarização do ensino fundamental e médio de 100% e 39,93%, respectivamente. Dados do Anuário do Ceará(2005) mostram que o município em 2001 possuía 8.049 domicílios. Já em 2004 de todos os domicílios cadastrados, 64,69% possuíam abastecimento de água e 0,73% teriam abastecimento de esgoto.

O município apresentou uma receita orçamentária de R\$ 19.146.194,54, sendo o FPM de R\$ 6.105.898,64, a cota-parte do ICMS de R\$ 7.381.657,45 e os recursos do FUNDEF de R\$ 5.892.093,94. Quanto à despesa total, foi utilizado o valor de R\$24.664.337,12 (ver Dados do Anuário do Ceará, 2005).

3.9 ITAITINGA

O município de Itaitinga se localiza a 29,1 km da capital cearense, tendo como principal via de acesso a BR-116. Dados do IBGE (2000) mostram que o município possuía uma população de 29.217, estimada para 2004 em 32.496 habitantes, distribuída em uma área de 150,79 km². Apresentando densidade demográfica de 188,98 hab/km² e taxa de urbanização de 90,86%..

Itaitinga tinha em 2002 um IDM de 29,19, ocupando o 54º lugar no *ranking* do Estado. O IDH, em 2000, era de 0,680, ocupando o 17º lugar no Estado e o 3.306º no Brasil e o índice de Exclusão Social, em 2003, estava em 0,362, ocupando o 3.795º em relação

aos demais municípios do País. Possui um PIB (2004) de R\$ 55.083,60 sendo que 4,19% são referentes à agropecuária, 38,19% à indústria e 57,62% a serviços. O PIB *per capita* em 2004 era de R\$ 1.695,09. Os benefícios de Previdência Social, em 2004, foram da ordem de R\$ 6.317.786,04 (Dados do Anuário do Ceará, 2005).

Na área da educação, o município apresenta oficialmente a existência de 29 escolas de ensino fundamental e uma de ensino médio, realizando, em 2004, 6.766 matrículas do ensino fundamental, 1.125 do ensino médio e 1.601 matrículas de educação de jovens e adultos. Possui uma taxa de escolarização do ensino fundamental de 84,34% e 19,57% do ensino médio. Com relação à saúde, dados referentes ao ano de 2004, mostram que o município dispõe de um hospital e 26 leitos. Itaitinga possuía em 2001, 6.741 domicílios, tendo em 2003 um índice de 99,99% de abastecimento de água e 3,70% de esgoto. Contava em 2000 com 93,0% dos domicílios beneficiados com energia elétrica. A receita orçamentária municipal de 2003 foi de R\$ 13.166.332,98 sendo o FPM de R\$ 5.427.465,48, a cota-parte do ICMS de R\$ 1.322.968,41, despesa total de R\$ 11.952.110,48 e recursos do FUNDEF de R\$ 3.741.897,72.

3.10 MARACANAÚ

O município de Maracanaú localiza-se a 24,6 km da capital cearense, tendo como principal via de acesso a CE-065/251. Dados do IBGE (2000) mostram que o município possuía uma população de 179.732 habitantes, distribuída em uma área de 98,6 km². Apresentando densidade demográfica (2000) de 1.779,81 hab/km² e taxa de urbanização de 99,68%. Esta população, ainda segundo o IBGE, foi estimada para 2004 em 191.317.

Maracanaú é considerado pólo industrial do Ceará, onde está localizado o distrito industrial do Ceará, com a presença de grandes indústrias, fábricas e setores de serviços. Em 2002, um IDM 59,43, ocupando o 3º lugar no *ranking* do Estado. O IDH em 2000 era de 0,736, ocupando o 2º lugar no Estado e o 2.277º no Brasil. O Índice de Exclusão Social em 2003 estava em 0,436, ocupando o 2.744º em relação aos demais municípios do País. Possui um PIB (2004) de R\$ 2.277.536,30, sendo que 0,08% são referentes à agropecuária, 76,35% à indústria e 23,57% a serviços. O PIB *per capita* em

2004 foi de R\$ 11.904,52. Quanto aos benefícios de Previdência Social, em 2004, foram da ordem de R\$ 44.993.330,06 (ver Dados do Anuário do Ceará, 2005).

Na educação, o IBGE (2004) indica a existência de 119 escolas de ensino fundamental, 19 de ensino médio e uma de ensino profissional. O município realizou em 2004, 46.178 matrículas do ensino fundamental e 13.550 matrículas do ensino médio, possuindo uma taxa de escolarização do ensino fundamental de 100% e 46,88% do ensino médio. No que concerne à saúde, dados referentes ao ano de 2004 mostram que o município dispõe de quatro hospitais e 294 leitos. Em 2001, O município possuía 42.263 domicílios, em 2003 um índice de 75,00% de rede abastecimento de água e 45,83% de esgoto. Contava em 2000 com 97,07% dos domicílios beneficiados com energia elétrica.

A receita orçamentária municipal de 2004 foi de R\$ 78.691.137,63, sendo o FPM de R\$ 26.041.422,70, a cota-parte do ICMS de R\$ 25.631.099,15, despesas totais de R\$ 104.358.951,89 e os recursos do FUNDEF no valor de R\$ 5.263.733,39.

3.11 MARANGUAPE

O município de Maranguape dista 30 km da capital cearense, tendo como principal via de acesso a rodovia CE-065. Dados do IBGE (2000) mostram que o município possuía uma população de 88.135 pessoas, distribuída em uma área de 654,8 km². Apresentando densidade demográfica de 134,64 hab/km² e taxa de urbanização de 74,21%. Esta população, ainda segundo o IBGE, foi estimada para 2004 em 96.565.

Segundo o anuário do Ceará 2005, o município possuía em 2002 um IDM 38,70, ocupando o 17º lugar no *ranking* do Estado. O IDH, em 2000, era de 0,736, ocupando o 2º lugar no Estado e o 2.744º no Brasil. O Índice de Exclusão Social em 2003 era de 0,436, ocupando o 2.744º em relação aos demais municípios do País. Possui um PIB (2004) de R\$ 401.465,98, sendo que 3,82% são referentes à agropecuária, 68,21% à indústria e 27,97% a serviços. O PIB *per capita* em 2004 era de R\$ 4.157,47. Quanto aos benefícios de Previdência Social em 2004 foram destinados R\$ 45.571.363,45. Com relação à educação, dados oficiais (2004) indicam a existência de 97 escolas de ensino fundamental, nove de ensino médio, uma de ensino profissional e uma de ensino superior.

O município realizou em 2004, 20.443 matrículas do ensino fundamental e 4.574 do ensino médio, possuindo uma taxa de escolarização do ensino fundamental de 77,74% e 37,20% do ensino médio.

Na saúde, Maranguape dispõe de quatro hospitais e 261 leitos. O município possuía em 2001, 19.868 domicílios, tendo em 2003 um índice de 79,14% de abastecimento de água e 7,22% de esgoto. Contava em 2000 com 80,17% dos domicílios beneficiados com energia elétrica. A receita orçamentária municipal de 2004 foi R\$ 26.866.050,32 sendo o FPM de R\$ 10.176.497,43, a cota-parte do ICMS de R\$ 4.327.477,84, despesa total de 32.283.437,51 e recursos do FUNDEF de R\$ 7.808.316,20.

3.12 PACAJUS

O município de Pacajus, criado oficialmente em nove de setembro de 1890, está situado a 51,1 km de Fortaleza e tem como principal via de acesso a BR- 116. Dados do IBGE (2000) mostram o município com uma população total de 44.070 habitantes distribuída em uma área geográfica de 254,44 km², com densidade demográfica de 181,94 hab/km² e taxa de urbanização de 77,73%. Esta população, ainda segundo o IBGE, foi estimada para 2004 em 50.365 habitantes.

Segundo o Anuário do Ceará de 2005, o município possuía em 2002 um IDM de 49,79, ocupando o 7º lugar no *ranking* do Estado. O IDH em 2000 era de 0,678, ocupando o 19º lugar no Estado e o 3.335º no Brasil. Conforme a mesma fonte, o Índice de Exclusão Social em 2003 ficava em 0,386, ocupando o 3.378º lugar em relação aos demais municípios do País. Dados oficiais contidos no referido anuário, mostram que o município em 2004 possuía um PIB de R\$ 341.191,70 milhões, sendo 7,56% referente à agropecuária, 64,43% à indústria e 25,00% a serviços. O PIB *per capita* é de R\$ 6.774,38. Os benefícios de Previdência Social no mesmo ano, foram de R\$ 30.343.332,08.

Indicadores de 2004 do IBGE, referentes à educação, mostram que Pacajus dispõe de 43 escolas de ensino fundamental e três escolas de ensino médio. Realizou no mesmo ano 11.034 matrículas do ensino fundamental e 2.691 matrículas do ensino médio, possuindo uma taxa de escolarização de ensino fundamental e médio de 97,44% e 26,33%,

respectivamente. Concernente à saúde, o município em 2004 possuía dois hospitais, dispondo de 114 leitos hospitalares. Segundo dados contidos no Anuário, em 2000 o município possuía 10.373 domicílios. Já em 2003, do total de domicílios cadastrados, 69,49% possuíam abastecimento de água e 0,00% de abastecimento de esgoto.

Dados oficiais de 2004 mostram que o município apresentou uma receita orçamentária de R\$ 14.136.038,40, sendo os recursos do FPM de R\$ 6.784.331,83, a cota-parte do ICMS de R\$ 4.811.879,24 e os recursos da FUNDEF de R\$ 5.471.468,30. Quanto às despesas totais do município, foi utilizado o valor de R\$21.800.553,27.

3.13 PACATUBA

O município de Pacatuba está situado a 32 km de Fortaleza, tendo como principal via de acesso a CE-060. Dados do IBGE (2000) mostram que o município possuía uma população de 51.696 habitantes, distribuída em uma área de 132,42 km². Apresentando densidade demográfica de 377,36 hab/km² e taxa de urbanização de 91,97%, esta população, ainda segundo o IBGE, foi estimada para 2004 em 59.071 habitantes.

Segundo o Anuário do Ceará (2005), o município possuía em 2002 um IDM 30,42 ocupando o 45º lugar no *ranking* do Estado. O IDH, em 2000, era de 0,542, ocupando o município o 4º lugar no Estado e o 2.687º no Brasil. O Índice de Exclusão Social em 2003 ficava em 0,407, ocupando o 3.137º em relação aos demais municípios do País. Possui um PIB (2004) de R\$ 215.473,46 sendo que 2,63% são referentes à agropecuária, 68,44% à indústria e 28,94% a serviços. O PIB *per capita* em 2004 era de R\$ 3.647,70. Quanto aos benefícios de Previdência Social em 2004 foram da ordem de R\$ 21.131.547, 71.

De acordo com IBGE (2004), o município tinha 42 escolas de ensino fundamental e sete de ensino médio. Em 2004, realizou 12.268 matrículas do ensino fundamental e 2.232 do ensino médio, possuindo uma taxa de escolarização do ensino fundamental de 82,59% e 25,23% do ensino médio. No que concerne à saúde, dados referentes ao ano de 2004, mostram que o município dispõe de um hospital e 15 leitos. O município possuía em 2001, 12.047 domicílios, tendo em 2003 um índice de 20,17% de

abastecimento de água e 8,84% de esgoto. Contava, em 2000, com 99,75% dos domicílios beneficiados com energia elétrica.

A receita orçamentária municipal de 2004 foi de R\$ 16.217,557,65, sendo os recursos do FPM de R\$ 7.462.764,94, a cota-parte do ICMS de R\$ 4.285.479,00, as despesas total de R\$ 21.155.184,43 e os recursos do FUNDEF de R\$ 4.548.918,75.

3.14 SÃO GONÇALO DO AMARANTE

O município de São Gonçalo do Amarante dista 59,1 km da capital cearense, tendo como principal via de acesso a BR-222/CE-423. Possui potencial turístico, pois em sua área se localizam duas belas praias, a do Pecém onde está localizado o Porto do Pecém, e a praia da Taíba. Dados do IBGE (2000) mostram que o município tinha uma população de 35.608 habitantes, distribuída em uma área de 834,39 km². Apresentando densidade demográfica de 42,2 hab/km² e taxa de urbanização de 62,05%. Esta população, ainda segundo o IBGE, foi estimada para 2004 em 38.852.

Segundo o Anuário do Ceará 2005, o município possuía, em 2002, um IDM de 33,07, ocupando o 32º lugar no *ranking* do Estado. O IDH em 2000 era de 0,639, ocupando o 75º lugar no Estado e o 3.961º no Brasil e o índice de Exclusão Social em 2003 ficava em 0,347, ocupando o 4.117º em relação aos demais municípios do País. Com um PIB (2004) de R\$ 75.185,64 milhões, sendo que 15,74% são referentes à agropecuária, 33,31% à indústria e 50,95% a serviços. O PIB *per capita* em 2004 foi na ordem de R\$ 1.935,18. Para os benefícios de Previdência Social em 2004 foram destinados R\$ 16.349.493,77. Com relação à educação dados oficiais (2004) indicam a existência de 23 escolas de ensino fundamental, seis de ensino médio e uma de ensino profissional. O município realizou em 2004, 8.897 matrículas do ensino fundamental, 2.021 do ensino médio e 1.014 matrículas de educação de jovens e adultos. Possui uma taxa de escolarização do ensino fundamental de 96,65% e 34,14% do ensino médio.

Na saúde, dados referentes ao ano de 2004 mostram que o município dispunha de um hospital e 33 leitos. Em 2001, contava com 8.319 domicílios, tendo em 2003 um índice de 57,28% de domicílios ligados à rede de abastecimento de água e 13,61% à rede de

esgoto. Contava em 2000 com 96,79% dos domicílios beneficiados com energia elétrica. A receita orçamentária municipal de 2003 foi de R\$ 10.598.657,51, sendo o FPM de R\$ 6.105.898,64, a cota-parte do ICMS de R\$ 850.261,44, a despesa total de R\$ 16.094.803,07 e os recursos do FUNDEF no montante de R\$ 4.476.622,32.

PARTE IV

DESCRIÇÃO E ANÁLISE COMPARATIVA DO FUNCIONAMENTO DA REDE DE PROTEÇÃO DOS MUNICÍPIOS

4.1 FORTALEZA

O município de Fortaleza está dividido em seis regiões, como já mencionado anteriormente, que são administradas pelas Secretarias Executivas Regionais – SER. Em cada Regional foi implantado um Conselho Tutelar, com o objetivo de zelar pelo cumprimento dos direitos das crianças e dos adolescentes residentes nos bairros que compõem as Secretarias.

4.1.1 Conselho Tutelar I

O Conselho Tutelar I está localizado na área da SER I, à Rua Antônio Bandeira, 89, bairro Jacarecanga. O espaço físico é adequada e tem boa estrutura física, sendo composto de uma sala de espera, uma recepção, uma cozinha, dois banheiros, uma garagem, uma sala de arquivos e seis salas para o atendimento.

No que se refere à organização do material de trabalho foi observado que os prontuários estavam bastante desorganizados. O livro para registros das denúncias não era preenchido corretamente, faltando informações importantes para traçar o perfil¹³ sócio-econômico e familiar das crianças e adolescentes vitimizados e dos vitimizadores, bem como as tipificações das ocorrências apresentavam alguns equívocos conceituais. A

¹³ Sexo, faixa etária, raça/etnia, escolaridade e outros.

estatística total de 2004, por exemplo, não foi encontrada, estando disponíveis apenas os dados referentes ao período de janeiro a abril, fato que prejudicou a sistematização dos dados relevantes ao resultado desta pesquisa.

Os conselheiros tutelares entrevistados informaram que o SIPIA estava funcionando e que estava sendo alimentado regularmente, no entanto, ao serem perguntados se a estatística oficial repassada pela instituição estaria sendo gerada pelo referido sistema, disseram que não, uma vez que existe um único computador e nem sempre os conselheiros têm tempo para alimentá-lo. Outra dificuldade apontada por um dos conselheiros em alimentar o SIPIA deve-se ao fato de que o computador disponibilizado de que dispõem não contar com o sistema ligado em rede.

Ao ser analisado o Livro de Registro, verificou-se que foram catalogadas 14 denúncias em 2004 e quatro em 2005 (até o mês de junho), conforme tabela abaixo. Desses casos, três foram encaminhados à DCECA, oito às redes de serviços, um ao IML e em seis não constam informações.

Tabela 2 Total de notificações recebidas conforme tipologia, registradas no Conselho Tutelar I no ano de 2004.

Tipologias de violência sexual	Nº. de casos
Sedução	04
Exploração sexual comercial	02
Abuso sexual	05
Atentado violento ao pudor	01
Tentativa de estupro	01
Estupro	01
TOTAL	14

Fonte: Pesquisa direta no Conselho Tutelar I em 2005.

Tabela 3 Total de notificações recebidas conforme tipologia, registradas no Conselho Tutelar I até Junho de 2005.

Tipologias de violência sexual	Nº. de casos
Abuso sexual	02
Atentado violento ao pudor	01
Estupro	01
TOTAL	04

Fonte: Pesquisa direta no Conselho Tutelar I, 2005.

4.1.2 Conselho Tutelar II

O Conselho Tutelar II fica situado na SER II, à Rua Tereza Cristina, N°. 112 – Centro. Foram realizadas duas visitas a esta instituição e, apesar de o contato ter sido previamente agendado, não foi possível a entrevista para preenchimento do questionário, haja vista que os conselheiros impuseram a condição de só responderem à pesquisa com a presença de todos os membros do Conselho, o que não foi possível pela incompatibilidade de horários por parte dos conselheiros. Pelo mesmo motivo, também foi inviabilizado o acesso às informações referentes aos casos denunciados e notificados pela instituição, já que os processos estavam divididos entre os conselheiros, ficando os mesmos de posse dos dados. Ou seja, a instituição não é a detentora dos dados, uma vez que estes estão divididos entre os conselheiros e sob suas guardas individuais. Essa realidade inviabilizou a coleta de dados para pesquisa.

4.1.3 Conselho Tutelar III

O Conselho Tutelar III localiza-se na SER III, à Rua Silveira Filho, 935, João XXIII. Foi implantado em julho de 2004, entretanto, começou a funcionar efetivamente em outubro do referido ano devido à falta de infra-estrutura da sede. Apesar das reformas providenciadas pela Secretaria Executiva Regional III entre os meses de julho e outubro de 2004, a qualidade do atendimento deste Conselho é afetada pela precariedade de suas instalações. Apenas duas das cinco salas dos conselheiros estão em condições de funcionamento e não há computadores no local. Os conselheiros reclamam da falta de material de trabalho, até os prontuários utilizados nos atendimentos existem em número reduzido.

O SIPIA não foi implantado no Conselho Tutelar III e a não informatização da instituição dificulta a sistematização e o conhecimento ampliado de todas as violações de direitos notificadas. Especificamente sobre os casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, não há nenhuma estatística elaborada pela organização.

Os instrumentais de notificação utilizados pelo Conselho são o Livro de “Notificações” e o Livro de “Processos”. No Livro de Notificações estão os registros de

todos os documentos entregues aos responsáveis pela violação de direitos da criança e do adolescente. Tais documentos são intitulados como “Notificação” e são instrumentos a partir dos quais os violadores são formalmente chamados a comparecer ao Conselho Tutelar para uma audiência.

No Livro de Processos constam os casos de violação de direitos atendidos pelo Conselho. São registrados neste instrumental: o nome da criança ou do adolescente que sofreu a violação, sua idade e seu bairro de residência, o nome da pessoa ou instituição que o conduziu, a data do registro, o nome do violador, o(s) direito(s) violados(s), o encaminhamento realizado, o nome do Conselheiro responsável pelo atendimento e a medida que este aplicou – requisição de serviço a alguma instituição, notificação do violador, etc.

Segundo os conselheiros entrevistados, o Conselho Tutelar III tem poucos casos de violência sexual notificados, um dos fatores responsáveis por isso pode ser o seu pouco tempo de funcionamento. Conforme os dados disponibilizados, que se referem aos meses de janeiro a maio de 2005, foram recebidas cinco denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes.

Quando perguntados sobre os outros serviços de notificação do município, os conselheiros citaram o Projeto Sentinela e a Delegacia de Combate à Exploração da Criança e do Adolescente – DCECA. Acerca dos encaminhamentos/procedimentos realizados após a notificação, afirmaram que os casos são encaminhados a DCECA que encaminha para atendimento médico e exame de corpo de delito. Em seguida é feito um encaminhamento ao Projeto Sentinela para que seja realizado o atendimento social e psicológico. O acompanhamento familiar é realizado pelo próprio Conselho. Com relação às medidas de proteção e defesa oferecidas às vítimas e seus familiares no Município, os conselheiros afirmaram não saber.

Foi constatada pelos pesquisadores certa falta de cuidado com o registro e armazenamentos dos prontuários de notificação, alguns são guardados na sede do Conselho Tutelar III e outros são levados para a casa dos Conselheiros. No Livro de Processos de 2005 não constam informações sobre os encaminhamentos realizados, nem informações

sobre a criança ou adolescente que sofreu a violação de direitos. Além disso, os espaços reservados à violação que foi denunciada geralmente não são preenchidos e não existe padronização nos preenchimentos. Durante a pesquisa os conselheiros não sabiam onde se encontrava o Livro de Processos referente ao ano de 2004.

Com o objetivo de tentar apresentar com maior clareza a realidade observada no Conselho Tutelar III foram elaboradas estatísticas a partir dos dados disponíveis no Livro de Processos de 2005. Como apresentados na Tabela 04.

Tabela 4 Total de notificações recebidas conforme mês e tipologia, registradas no Conselho Tutelar III em 2005.

MÊS / TIPOLOGIA	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	TOTAL
Assédio	-	01	-	-	-	01
Estupro	-	01	-	-	-	01
Abuso Sexual	-	-	02	01	-	03
TOTAL	-	02	02	01	-	05

Fonte: Pesquisa direta no Conselho Tutelar III, 2005.

4.1.4 Conselho Tutelar IV

O Conselho Tutelar IV está localizado na SER IV, à Rua Peru, 957, Vila Betânia. Sua estrutura não é tão precária quanto a do Conselho Tutelar da SER III, entretanto, a qualidade do atendimento é afetada principalmente pela não implantação do SIPIA e por não haver computadores suficientes. O Sistema deveria ter sido implantado até o mês de abril de 2005, essa era a previsão dada pela Prefeitura Municipal.

O instrumental de notificação utilizado pelo Conselho é o Livro de Processos. No que diz respeito à tipificação das notificações, não há um padrão estabelecido pelos cinco conselheiros que compõem o Conselho Tutelar IV. No Livro de Processos aparecem notificações tipificadas como violência sexual, assédio sexual, exploração sexual, abuso sexual, estupro, sedução, atentado violento ao pudor. A tipificação usada nos relatórios também segue esse estilo, um dado importante é o fato dos entrevistados utilizarem bastante o termo “prostituição”.

Assim como nos demais Conselhos, a estatística elaborada não corresponde à realidade dos fatos devido à desorganização no preenchimento do Livro de Processos e à

falta de cuidado com os registros da instituição. No Conselho Tutelar IV só existem estatísticas referentes ao período de julho de 2004 a março de 2005, ou seja, não há registros da gestão anterior. O Livro de Processos de 2004 está ainda mais incompleto do que o de 2005, pois nele constam apenas as informações referentes ao período de julho a dezembro. Não há anotações sobre todos os encaminhamentos e nem sempre o perfil das crianças e adolescentes atendidos está registrado.

Tabela 5 Total de notificações recebidas conforme mês e tipologia, registradas no Conselho Tutelar IV em 2004.

TIPOLOGIA/ MÊS	ABUSO SEXUAL	PROSTITUIÇÃO INFANTIL	ALICIAMENTO	TOTAL
Jul	02	--	--	02
Ago	--	02	--	02
Set	--	--	--	00
Out	--	--	01	01
Nov	--	--	--	00
Dez	02	--	--	02
TOTAL	04	02	01	07

Fonte: Pesquisa direta no Conselho Tutelar IV, 2005.

Tabela 6 Total de notificações recebidas conforme mês e tipologia, registradas no Conselho Tutelar IV até março de 2005.

TIPOLOGIA/ MÊS	ABUSO SEXUAL	EXPLORAÇÃO SEXUAL	ASSÉDIO SEXUAL	VIOL SEXUAL	TOTAL
Jan	--	--	--	--	--
Fev	--	02	--	02	04
Mar	01	--	01	--	02
Abr	01	--	--	--	01
Mai	01	--	03	--	04
TOTAL	03	02	04	02	11

Fonte: Pesquisa direta no Conselho Tutelar IV, 2005.

Com relação às providências e aos encaminhamentos tomados pela instituição após a notificação, foi informado pelos conselheiros que varia de acordo com cada caso. Em geral é realizado o encaminhamento à DCECA e a outras instituições que possam oferecer acompanhamento psicológico, no entanto, o Projeto Sentinela não foi citado. As medidas de proteção e defesa às vítimas e seus familiares também variam, podendo ser realizados encaminhamentos para o Programa de Família Substituta, Abrigos e para o Projeto Escola que Protege.

4.1.5 Conselho Tutelar V

O Conselho Tutelar V localiza-se na SER V, à Av. F, s/n, Conjunto Ceará. Foi criado em 23 de junho de 2000, sendo o segundo Conselho a ser instalado no município de Fortaleza. Cinco conselheiros compõem o colegiado e a atual gestão iniciou-se em outubro de 2002.

O Conselho Tutelar V funciona dentro da Unidade Profissional de Atendimento ao Menor – UPAM Barros Pinho, e tem uma estrutura física inadequada para os padrões. Entre os problemas institucionais mencionados pelos conselheiros entrevistados estão a falta de manutenção dos computadores e a falta de agentes administrativos e profissionais qualificados para receber as denúncias feitas por telefone, o que inviabiliza um suporte para o trabalho dos conselheiros e uma melhor qualidade do atendimento.

O SIPIA não está sendo alimentado devido à falta de manutenção nos computadores e isso impede que seja elaborada uma estatística aproximada da realidade trabalhada pelo Conselho. A estatística elaborada pelo Conselho não é apropriada para a análise das notificações dos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes porque cita apenas a quantidade de registros dessas denúncias, não especificando o perfil dos vitimizados e vitimizadores.

O instrumental utilizado para notificação é denominado Livro de Processos e segue os moldes do Conselho Tutelar III. Observando e analisando o preenchimento deste instrumental, referentes aos anos de 2004 e 2005, foram constatadas as mesmas falhas nos Conselhos Tutelares III e IV. Há muitos espaços de registro deixados em branco pelos conselheiros, portanto, nem todos os atendimentos são registrados. Em alguns casos não há anotação sobre o encaminhamento efetuado, e, em outros, o espaço reservado ao tipo de violação cometida não está preenchido.

Quanto à tipificação, foram encontrados dois casos tipificados como assédio, um estupro, um abuso e outro, definido como sedução. Alguns casos são registrados como um determinado tipo de violação de direitos e, no decorrer do acompanhamento, a família revela que se tratava de exploração ou abuso sexual, mas no Livro permanece o registro

inicial. Ou seja, se um caso foi denunciado como desvio de conduta e, durante as visitas e atendimento à família, for constatado que a criança ou o adolescente estava sendo vitimizado por exploração sexual, o que permanece no Livro é o registro do desvio de conduta. Não há o cuidado de corrigir a denúncia registrada.

A ausência da sistematização dos dados impede que saibamos quantos dos casos notificados foram realmente confirmados e que se tenha um conhecimento sobre o perfil das crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. Na tabela 07 os casos notificados no ano de 2004.

Tabela 7 Total de notificações recebidas conforme mês e tipologia, registradas no Conselho Tutelar V em 2004.

TIPOLOGIA/ MÊS	ABUSO SEXUAL	EXPLORAÇÃO SEXUAL	TOTAL
Jan	01	--	01
Fev	01	--	01
Mar	--	--	--
Abr	--	--	--
Mai	01	02	03
Jun	05	--	05
Jul	02	02	04
Ago	02	--	02
Set	01	--	01
Out	02	01	03
Nov	02	--	02
Dez	--	--	--
TOTAL	17	05	22

Fonte: Pesquisa direta no Conselho Tutelar V, 2005.

Quando indagados sobre os outros serviços de notificação do município, os conselheiros citaram o Projeto Sentinela e a Delegacia de Combate à Exploração da Criança e do Adolescente – DCECA. Acerca dos encaminhamentos/ procedimentos realizados após a notificação, afirmaram que os casos são encaminhados à DCECA que os encaminha para atendimento médico e exame de corpo de delito no Instituto Médico Legal. Em seguida para o Projeto Sentinela para que seja realizado o atendimento psicossocial. O acompanhamento familiar é realizado pelo próprio Conselho. Com relação às medidas de proteção e defesa oferecidas às vítimas e seus familiares no Município, os conselheiros ressaltaram o trabalho realizado pelo Projeto Sentinela. Estas informações demonstram que

há conhecimento acerca do fluxo da denúncia-notificação e dos serviços oferecidos pela rede de enfrentamento da violência sexual no Município.

4.1.6 Conselho Tutelar VI

O Conselho Tutelar VI está localizado na SER VI, à Rua Capitão Aviador Mário Prado, 171, Messejana, inserido, portanto, dentro da área de abrangência da Secretaria Executiva Regional VI. Foi observado que sua estrutura física era de boa qualidade, sendo composta por uma área de espera, uma recepção, cinco salas para atendimento, um corredor que funciona como escritório, três banheiros, uma cozinha e um depósito. A atual gestão do Conselho teve início em 2003 e na época da pesquisa de campo era composta por cinco conselheiros, um agente administrativo, um motorista e um auxiliar de serviços gerais.

O SIPIA estava implantado, mas não estava sendo alimentado por falta de estrutura técnica e computadores. Foi observada pouca disponibilidade para a realização da entrevista, sendo necessária certa insistência por parte dos pesquisadores de campo. A representante do Conselho que atendeu os pesquisadores demonstrou insegurança nas respostas às questões relativas à dimensão conceitual do fenômeno em foco. Por diversas vezes a mesma forneceu respostas que pouco ou nada tinham a ver com a pergunta, contradizendo-se inclusive. Além disso, foi observado um discurso bastante carregado de preconceitos, discriminação e juízos de valor, fato que pode influenciar diretamente na qualidade da defesa dos direitos das crianças e adolescentes vitimizados pela violência sexual.

A estatística de notificação oficial repassada pelo Conselho estava escrita manualmente e de forma não sistematizada, não especificando informações acerca da data, sexo, idade e dados do suposto agressor. Foi observado que no “Livro de Registros” não constavam tais dados, embora houvesse espaço apropriado na ficha de notificação da denúncia para informações sobre nome da vítima, dos pais, endereço, data de nascimento, raça/etnia, escolaridade etc. Foi fornecido um número geral de dados referente ao período equivalente ao ano de 2004 e do período de janeiro a junho de 2005, como podemos constatar na tabela abaixo.

Tabela 8 Total de notificações recebidas conforme tipologia¹⁴, registradas no Conselho Tutelar VI, ano de 2004 e período de janeiro a junho de 2005.

Tipologia de violência sexual	Nº. de casos denunciados
Abuso sexual	05
Aliciamento	01
Sedução	01
Exploração sexual comercial	01
Atentado violento ao pudor	01
TOTAL	09

Fonte: Pesquisa direta no Conselho Tutelar VI, 2005.

Ainda com relação aos casos constantes do Livro de Registros no mesmo espaço de tempo, dos nove casos notificados, quatro casos foram encaminhados à DCECA, dois para as casas abrigo e três constavam no livro apenas como casos denunciados. Não constavam, no entanto, encaminhamentos ao Programa Sentinela, onde seria realizado o acompanhamento psicossocial dos casos, ficando a vítima, portanto, sem suporte de atendimento. Tal fato revela a ausência de uma articulação mais consistente com a rede de atenção a crianças e adolescentes vítimas de violência.

4.1.7 Programa SOS Criança

O Programa SOS Criança foi criado em 31 de janeiro de 1992 pela então Secretaria do Trabalho e Ação Social do Estado do Ceará, hoje denominada Secretaria de Ação Social (SAS). Tinha como objetivo a busca de alternativas de intervenção nas circunstâncias de dificuldade, ameaças ou perigos que envolvem crianças, adolescentes e seus familiares. É um serviço emergencial que se utiliza de diversos equipamentos sociais para atender às necessidades de crianças e adolescentes em situação de violência física, psicológica ou sexual. Nesta perspectiva, foi observado que o Programa ainda reproduz o sistema tradicional do encaminhamento, não intervindo de uma forma mais complexa e estratégica na dinâmica do enfrentamento da violência sexual.

Sua dinâmica de funcionamento é dividida em três áreas distintas: setor de denúncia, de recepção e de desaparecidos. O setor de denúncia atende através do telefone 1407, ou pessoalmente, quando a comunidade procura o programa para relatar atos de violência ou omissão cometidos contra crianças e adolescentes. O setor de recepção é onde

¹⁴ Tipologia da própria instituição.

ocorre o atendimento às crianças, aos adolescentes, familiares ou terceiros que queiram utilizar o serviço para encaminhamentos diversos ou informações em geral. O setor de desaparecidos trata dos casos nos quais crianças ou adolescentes encontram-se perdidos ou fugiram do lar. O trabalho é realizado através do encaminhamento de fotos de crianças e/ou adolescentes para uma emissora de televisão local, a fim de serem divulgadas em um programa com grande índice de audiência.

A sede do SOS Criança fica localizada à Rua Tabelaio Fabião, 114, Bairro Presidente Kennedy. Tendo em vista a reestruturação do Programa, atualmente o espaço físico da sede vem passando por reformas, visando à instalação e funcionamento do Núcleo de Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes (inaugurado no dia 16 de maio de 2005, como parte das comemorações do dia 18 de Maio, dia nacional de combate à violência sexual contra crianças e adolescentes). O Núcleo de Enfrentamento compreenderá os serviços do SOS Criança e do Sentinela (estadual) e está subordinado ao setor de Coordenação da Proteção Social Especial da Secretaria de Ação Social - SAS do Estado do Ceará passando a integrar também o Complexo de Articulação e Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes. Integrará o complexo juntamente com a Delegacia da Criança e do Adolescente (DCA) e a Unidade de Recepção Luiz Barros Montenegro (URLBM), instituições já presentes naquela área, contando também com um posto avançado do Instituto Médico Legal, o Programa Justiça Já e a nova sede da Delegacia de Combate à Exploração de Crianças e Adolescentes (DCECA) para atender às vítimas e suas famílias.

Com relação à reforma da sede do então Programa SOS Criança, segundo informações da coordenação do Programa, foram investidos R\$ 445.578,65 na sua construção, com o apoio da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Na época da pesquisa, apesar da reestruturação do Programa já ter sido iniciada, foi observado uma total falta de informação tanto entre os funcionários, como por parte da coordenação, sobre como se dará esse processo após a reestruturação. Foi constatada a inexistência de um projeto escrito contendo informações sobre a nova dinâmica de funcionamento desse espaço de integração

e articulação das atividades de proteção e atenção às crianças e adolescentes vítimas de violência.

No tocante ao repasse de informações acerca das denúncias e das notificações de violência sexual contra crianças e adolescentes presentes nesta instituição, bem como a cópia do modelo de instrumental de notificação da denúncia, primeiramente foi negado, sob a alegação, por parte da coordenação, de que se tratava de informações sigilosas. No entanto, após a intervenção da coordenadora da pesquisa que explicou a relevância deste trabalho investigativo e a necessidade de se estar analisando o material/ instrumental de trabalho de cada instituição que trabalha diretamente no atendimento de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, foi obtido o apoio dos gestores do Programa. O apoio se deu não só no acesso às estatísticas oficiais e ao referido modelo de notificação da denúncia, como também ao livro de denúncias, aos formulários de notificação e ao roteiro de entrevista utilizado pelo programa.

Após catalogação dos casos denunciados que constavam no livro de denúncias foi constatado que 102 denúncias haviam chegado ao SOS Criança entre os anos de 2004 e 07 de junho de 2005. Destas, 13 haviam sido encaminhadas ao Projeto Sentinela do Município, 77 ao Projeto Sentinela do Estado, três à DCECA, uma ao Conselho Tutelar do município de Maracanaú, uma ao Conselho Tutelar do município de Mirafima, duas foram arquivadas e cinco não constavam no encaminhamento do livro de registros. Foi observado que dos 102 casos catalogados, 11 estavam notificados como casos de “prostituição infantil”, termo este que não vem sendo mais utilizado desde o Congresso de Estocolmo / Suécia, em 1996, ocasião em que foram discutidos vários conceitos referentes à temática e pensadas ações estratégicas para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.

Outro equívoco conceitual foi observado quanto ao entendimento acerca das causas da violência sexual. Um dos profissionais afirmou: *“a característica física das vítimas é uma das causas que levam à prática desse tipo de violência, tendo exposto que as garotas hoje estão mais bonitas e atraentes”*. Tal postura acaba reforçando a idéia presente no senso comum de que as crianças e adolescentes são também culpados pela situação de violência pela qual são vitimizados sexualmente.

Foi constatado na época da pesquisa de campo que a instituição não possui estatísticas para traçar de uma forma mais complexa, o perfil sócio-econômico e familiar das crianças vitimizadas pela violência sexual, mesmo que ainda se constitua como uma “porta de entrada” de denúncias que são encaminhadas para o Programa Sentinela. Com relação aos encaminhamentos, outro equívoco foi identificado na articulação com os Conselhos Tutelares, já que não foi verificada uma rotina de encaminhamento dos casos que chegam ao SOS Criança para aquelas entidades.

Foi percebido certo descrédito por parte de alguns profissionais com relação à criação do Núcleo de Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes, segundo opiniões, trata-se apenas de “chefe novo que quer mudar o birô de lugar e dizer que fez grandes modificações estruturais”. Outro problema levantado durante a pesquisa por alguns entrevistados diz respeito ao regime de trabalho dos educadores sociais que trabalham em regime de plantão de 12 h x 13 (os efetivos) e 12h x 15 (os terceirizados). No caso dos terceirizados, estes trabalham um número maior de horas mensais (180h), enquanto que os funcionários efetivos que trabalham em regime de plantão de 12hx13 trabalham 156h mensais e os do setor administrativo da instituição trabalham 8 horas diárias (160h mensais). Segundo um dos educadores sociais, *“o SOS Criança precisa de recursos humanos, materiais e informatização, a reestruturação do citado Programa não vai garantir a ampliação do serviço à população, apenas dará uma maior agilidade aos procedimentos”*.

4.1.8 Programa Sentinela

Criado em 2001, o Programa Sentinela visando cumprir as metas do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes e aprovado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, o Programa Sentinela está vinculado à Política de Assistência Social. Como uma política pública de alcance nacional o Programa pretende prestar um atendimento integral às crianças e aos adolescentes vitimizados pela violência sexual.

Este trabalho requer a articulação de uma rede de serviços que permitam a proteção integral desse público alvo. Sua operacionalização é efetivada através da criação

de condições para a garantia dos direitos fundamentais e o acesso aos serviços públicos existentes nos diversos municípios tanto na área de assistência social, como de saúde, educação, justiça, segurança, esporte, cultura e lazer. No Município de Fortaleza existem dois Programas Sentinela, um vinculado à Secretaria de Ação Social - SAS do Estado do Ceará e o outro à Fundação da Criança e da Família Cidadã – FUNCI, da Prefeitura Municipal de Fortaleza.

4.1.9 Programa Sentinela Estadual

O Programa Sentinela do Estado tem sua sede localizada à Rua Tabelaio Fabião Nº. 114 no Bairro Presidente Kennedy. Sua equipe multidisciplinar, no período da pesquisa de campo, era composta por três (03) assistentes sociais, três (03) psicólogos e sete (07) educadores sociais. Os assistentes sociais eram responsáveis pelos encaminhamentos dos usuários aos programas sociais de transferência de renda como o Bolsa Família, através do cadastramento das famílias no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CADÚNICO, ao Benefício de Prestação Continuada – BPC, bem como pelos encaminhamentos das vítimas ao Instituto Médico Legal – IML, Delegacias e Conselhos Tutelares. O setor de psicologia fazia o acompanhamento psicológico das vítimas e os educadores sociais realizavam a primeira visita ao local da denúncia, bem como a abordagem de rua.

Com relação aos servidores, foi observada uma evidente falta de motivação em relação aos trabalhos realizados pela instituição revelada em vários relatos. Entrevistados chegaram a mencionar que se tratava de “muito trabalho para pouco reconhecimento”. Informaram, ainda, que os salários além de baixos estariam em atraso. Também foi mencionado, como motivo de desapontamento com o trabalho, a inexistência de programas e projetos que atendessem ao grande número de crianças e adolescentes usuárias dos serviços da instituição. Foi relatado que muitas vezes não é possível realizar encaminhamentos aos projetos de geração de emprego e renda e/ou cursos de capacitação, pois a maioria das vítimas não possui o perfil exigido pelos mesmos. Outro fato relevante observado em campo foi a capacidade de atendimento e acompanhamento por parte do Programa Sentinela/Estado, que deveria atender para uma demanda mensal de 80 (oitenta)

crianças e/ou adolescentes, mas que chega a ultrapassar mais que o triplo de atendimentos e acompanhamentos previstos.

Ainda, no que diz respeito às relações de trabalho, talvez pelo fato de a pesquisa de campo ter coincidido com o período da reestruturação da dinâmica de trabalho da instituição (a criação do Núcleo de Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes) outro ponto também evidenciado nos relatos dos entrevistados foi a questão do horário de trabalho. Este, que antes compreendia regime de plantão possibilitava aos funcionários plantonistas exercerem atividades em outros espaços institucionais gerando uma renda mensal complementar, agora passou a ser de oito (08) horas/dia igualmente a todos os servidores, sem que tenha sido alterado o valor dos salários. Como no caso dos profissionais terceirizados do SOS Criança (estadual), há insatisfações com horário de trabalho, no caso específico do Programa Sentinela, com o agravante dos baixos salários e dos constantes atrasos no seu pagamento.

Os trabalhos desenvolvidos por este programa são realizados em parceria com outros órgãos como o anteriormente citado SOS Criança (estadual), a Delegacia de Combate à Exploração de Crianças e Adolescentes - DCECA, a Sociedade Civil de Bem Estar Familiar no Brasil – BEMFAM, a Maternidade Escola dentre outros. Tendo em vista que o Programa Sentinela atua juntamente com o Programa SOS Criança, os dados gerais referentes às denúncias fornecidos pelo primeiro são compatíveis com os do segundo, visto que quando entra qualquer denúncia de violência sexual no SOS, o caso é enviado para o Programa Sentinela.

Ainda com relação às parcerias, foi ressaltada pelos entrevistados a falta de articulação com os Conselhos Tutelares. Os casos que deveriam ser encaminhados para os Conselhos para que fossem aplicadas medidas de proteção, são enviados apenas através de relatórios contendo as informações referentes às denúncias, devido ao descrédito por parte dos profissionais em relação ao trabalho realizado pelos Conselhos. Dessa forma as medidas de proteção são realizadas pelos próprios profissionais do Programa Sentinela.

Ao ser observado o Livro de Registro de Notificações verificou-se que não há uma prática sistemática de preenchimento do mesmo, evidenciando falha na dinâmica de

notificação principalmente quanto aos dados referentes aos encaminhamentos da denúncia. É válido dizer que no referido livro existiam espaços destinados a esses tipos de informações.

Tabela 9 Total de notificações recebidas conforme tipologia de violência sexual, registrada no Programa Sentinela/SAS / 2004.

Tipologias de violência Sexual	Nº. de casos denunciados
Abuso sexual	246
Exploração sexual comercial	63
Total	309

Fonte: Programa Sentinela/SAS, 2005.

Tabela 10 Total de notificações de violência sexual, conforme gênero, registradas no Programa Sentinela/ SAS / 2004.

Casos denunciados por Sexo	Nº. de casos denunciados
Masculino	58
Feminino	251
Total	309

Fonte: Programa Sentinela/SAS, 2005.

Tabela 11 Total de notificações recebidas conforme tipologia de violência sexual, registrada no Programa Sentinela/SAS de janeiro a abril de 2005.

Tipologias de violência Sexual	Nº. de casos denunciados
Abuso sexual	75
Exploração sexual comercial	30
Total	105

Fonte: Programa Sentinela/SAS, 2005.

Tabela 12 Total de notificações de violência sexual, conforme gênero, registradas no Programa Sentinela/SAS de janeiro a abril de 2005.

Casos denunciados por Sexo	Nº. de casos denunciados
Masculino	12
Feminino	93
Total	105

Fonte: Programa Sentinela/SAS, 2005.

No que concerne às estatísticas referentes aos anos de 2004 e 2005 quanto à faixa-etária, a instituição não obedece a uma distribuição por faixa-etária compreendendo categorias infância (até 12 anos) e adolescência (12-18 anos), conforme estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, e sim às faixas de idade compreendidas em 00 – 06 anos, 07 – 14 anos e 15 – 18 anos, conforme tabelas abaixo.

Tabela 13 Total de notificações de violência sexual, conforme faixa etária registradas no Programa Sentinela/SAS de janeiro a dezembro de 2004.

TIPO/ SEXO FAIXA ETÁRIA PERÍOD O	Abuso Sexual						Exploração Sexual					
	Masc			Fem			Masc			Fem		
	00-06	07-14	15-18	00-06	07-14	15-18	00-06	07-14	15-18	00-06	07-14	15-18
Jan	08	03	04	---	01	---	---	02	03	---	---	---
Fev.	---	01	---	---	08	01	---	---	---	---	01	02
Mar	02	02	---	---	07	04	---	---	---	---	02	04
Abr.	---	---	01	03	06	02	---	---	01	---	04	07
Mai	01	02	---	07	18	05	---	---	---	---	01	06
Jun.	01	01	---	---	04	04	---	---	01	---	01	03
Jul.	01	03	---	03	10	01	---	---	---	---	01	02
Ago.	01	02	01	02	10	06	---	---	---	---	03	---
Set.	02	---	04	04	16	03	---	01	---	---	01	01
Out.	00	01	---	04	16	04	---	---	---	---	03	01
Nov.	02	02	---	03	19	02	---	---	---	---	03	06
Dez	02	02	01	04	17	03	---	---	---	---	---	02
Subtotal	20	19	11	30	132	35	---	03	05	---	20	34
Total	309											

Fonte: Programa Sentinela/SAS, 2005.

Tabela 14 Total de notificações de violência sexual, conforme faixa etária registradas no Programa Sentinela/SAS de janeiro a abril de 2005.

TIPO/ SEXO FAIXA ETÁRIA PERÍODO	Abuso Sexual						Exploração Sexual					
	Masc			Fem			Masc			Fem		
	00-06	07-14	15-18	00-06	07-14	15-18	00-06	07-14	15-18	00-06	07-14	15-18
Janeiro	01	03	---	02	07	03	---	---	---	---	02	04
Fevereiro	01	---	---	06	06	01	---	---	02	---	09	06
Março	---	02	02	04	16	04	---	---	---	---	04	02
Abril	---	01	---	02	12	02	---	---	---	---	---	01
Subtotal	02	06	02	14	41	10	---	---	02	---	15	13
	105											

Fonte: Projeto Sentinela/SAS, 2005.

Tabela 15 Total de notificações acompanhadas conforme tipologia de violência sexual, registrado no Programa Sentinela/SAS em 2004.

Tipologia	Total
Abuso sexual	469
Exploração sexual comercial	67
Total	536

Fonte: Programa Sentinela/SAS, 2005.

Tabela 16 Total de notificações acompanhadas conforme tipologia de violência sexual, registrado no Programa Sentinela/SAS de janeiro a abril de 2005.

Tipologia	Total
Abuso sexual	242
Exploração sexual comercial	44
Total	286

Fonte: Programa Sentinela/SAS, 2005.

É importante ressaltar, que o número de casos acompanhados pode compreender tanto os casos denunciados durante o ano de 2005, como de anos anteriores que ainda estão sendo acompanhados.

As estatísticas mostram ainda o número de casos aguardando contato e os arquivados, de acordo com a tabela 17.

Tabela 17 Total de notificações aguardando contato e arquivadas por ano, registrado no Programa Sentinela/SAS.

Período	Nº. de casos aguardando contato	Nº. de casos arquivados
2004	29	284
Janeiro – abril 2005	14	84
TOTAL	43	368

Fonte: Programa Sentinela/SAS, 2005.

4.1.10 Programa Sentinela (Municipal)

O Programa Sentinela municipal está funcionando desde fevereiro de 2003 e é executado pela FUNCI – Fundação da Criança e da Família Cidadã, órgão da Prefeitura Municipal de Fortaleza. O número de notificações recebidas pelo Programa, desde sua inauguração até o mês de maio de 2005, é de 644. As instalações da instituição se assemelham às de uma casa, tornando o espaço mais acolhedor e apropriado ao atendimento de crianças e adolescentes vitimizados pela violência sexual e de suas respectivas famílias. Entretanto, faz-se necessário uma ampliação da capacidade de atendimento do Programa e, conseqüentemente, da sua estrutura física. Implantado para acompanhar 80 crianças e adolescentes, o Sentinela tem o desafio de atender, com as mesmas condições de trabalho do início, 352 (dado das estatísticas do Programa referente ao número de atendimentos de maio de 2005).

No momento o quadro profissional da organização está com carência de dois educadores sociais – são necessários nove, porém, atualmente há apenas sete –, também é preciso contratar mais um vigilante, um recepcionista e um agente administrativo. A equipe técnica é composta por dois assistentes sociais, dois psicólogos e um coordenador.

Acerca dos encaminhamentos/procedimentos realizados após a notificação, foi afirmado que todos os casos são encaminhados para os Conselhos Tutelares, através de relatórios ou se for necessário solicita-se acompanhamento. Os encaminhamentos são realizados de acordo com cada caso, ao IML, hospitais, abrigos. Quando necessário, são agendados também os acompanhamentos psicossociais. Caso a denúncia não venha da DCECA é realizado o encaminhamento para a referida instituição. Foi informado, ainda, sobre a articulação do Projeto Sentinela com outras instituições de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual – Abrigos, projetos da FUNCI, Projeto Escola que Protege e outros.

Analisando os prontuários da instituição, percebemos que os casos são tipificados como abuso ou exploração sexual, na descrição do caso e nos documentos do prontuário é especificado como o mesmo ocorreu e como foi tipificado na DCECA. Quanto aos encaminhamentos à DCECA, o Quadro de Encaminhamentos do Sentinela informa que, em 2004, 77 casos foram encaminhados à referida delegacia, e que até Maio de 2005 foram encaminhados 31 casos.

Com relação à quantificação dos casos notificados, mensalmente a instituição elabora um relatório estatístico informando as notificações recebidas, as notificações arquivadas, o perfil dos vitimizados, a procedência das notificações, o número de acompanhamentos e atendimentos, o número dos abrigados na Casa de Passagem¹⁵, as atividades realizadas e o número de encaminhamentos realizados. Outro relatório é elaborado semestralmente com os dados sobre as notificações e sobre o perfil dos vitimizados e dos vitimizadores.

¹⁵ A Casa de Passagem do Projeto Sentinela oferece abrigo emergencial à criança ou ao adolescente que, em virtude de risco de vida, não pode permanecer na família.

A instituição realiza sistematicamente a divulgação dos serviços oferecidos, através do Fórum Cearense de Enfrentamento da Violência Sexual, de palestras nas escolas e campanhas.

A coordenadora do Programa afirmou que há uma preocupação especial com a sistematização dos dados referentes às notificações porque eles possibilitam um melhor conhecimento no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. Há também uma preocupação ético-profissional com o sigilo acerca das histórias de vida das crianças e adolescentes atendidos pelo Programa e de suas famílias.

Tabela 18 Total de notificações recebidas conforme o mês e o ano, registradas no Projeto Sentinela Prefeitura.

MÊS/ ANO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOT
2003	-	04	10	07	16	14	24	19	44	23	25	18	204
2004	16	21	16	20	20	19	21	23	35	33	42	29	295
2005	32	29	30	23	31	-	-	-	-	-	-	-	145
TOTAL	48	54	56	50	67	33	45	42	79	56	67	47	644

Fonte: Funci/ Programa Sentinela (Municipal), 2005.

Como se pode observar na tabela acima, as estatísticas são gerais e não são classificadas segundo o tipo de violência sexual notificada. Do total de notificações, a instituição dispõe de dados acerca das arquivadas em 2003, que compreendem um total de 70. Em 2004, foram arquivadas 170 notificações e, em 2005, conforme as estatísticas fornecidas pela instituição, apenas os dados referentes ao mês de maio foram registrados, representando 26 arquivadas do total de 31 notificações. Do total de notificações realizadas pela instituição de fevereiro de 2003 a maio de 2005, **323** foram acompanhadas.

As notificações segundo motivos de arquivamento são apresentadas de forma geral, compreendendo fevereiro de 2003 a maio de 2005, não havendo uma separação por ano, apenas segundo o tipo de violência sexual notificada.

Tabela 19 Notificações segundo motivos de arquivamento – dados absolutos. (Fevereiro /03 a Maio /05)

MOTIVOS DOS ARQUIVAMENTOS	ABUSO SEXUAL	EXPLORAÇÃO SEXUAL	TOTAL
Resistência ao atendimento psicossocial.	97	25	122
Não apresentam o perfil do projeto	44	16	60
Acompanhamento por outras instituições	26	28	54
Mudanças de área de abrangência do atendimento	34	13	47
Endereço não localizado	17	04	21
Alta	13	01	14
Falecimento	01	-	01
Notificação cancelada	-	02	02
TOTAL	232	89	321

Fonte: Funci/ Programa Sentinela (Municipal), 2005.

Os casos que não apresentam o perfil da instituição, ou seja, que não se tratam de violência sexual são encaminhados para outras instituições como Conselho Tutelar e S.O.S Criança. Quanto às notificações canceladas, correspondem às denúncias repetidas. Com relação à mudança de área de abrangência, justifica-se pela divisão realizada no Município de Fortaleza, em seis regiões administrativas, que são divididas entre os dois Projetos Sentinela Municipal e Estadual.

Tabela 20 Notificações arquivadas segundo tipo de violência sexual e a duração do acompanhamento (Fevereiro /03 a Maio /05).

DURAÇÃO DO ACOMPANHAMENTO	ABUSO SEXUAL	EXPLORAÇÃO SEXUAL	TOTAL
Até 01 mês	49	33	82
Mais de 01 mês a 06 meses	122	35	157
Mais de 06 meses a 01 ano	48	15	63
Mais de 01 ano	13	06	19
Total	232	89	321

Fonte: Funci/ Programa Sentinela (Municipal), 2005.

Tabela 21 Crianças e adolescentes atendidos (as) segundo o tipo de violência sexual, faixa etária e gênero. Janeiro a dezembro /2004.

FAIXA ETÁRIA	ABUSO SEXUAL		EXPLORAÇÃO SEXUAL		TOTAL
	FEM	MAS	FEM	MAS	
0 A 06	53	14	01	-	68
07 A 14	201	28	40	03	272
15 A 18	60	11	34	04	109
TOTAL	314	53	75	07	449

Fonte: Funci/ Programa Sentinela, 2005.

Tabela 22 Crianças e adolescentes atendidos (as) segundo o tipo de violência sexual, faixa etária e gênero. Janeiro a Maio /2005.

FAIXA ETÁRIA	ABUSO SEXUAL		EXPLORAÇÃO SEXUAL		TOTAL
	FEM	MAS	FEM	MAS	
0 A 06	45	19	-	-	64
07 A 14	152	27	30	01	210
15 A 18	53	05	19	01	78
TOTAL	205	51	49	02	352

Fonte: Funci/ Programa Sentinela (Municipal), 2005.

Vale ressaltar, que o número de casos acompanhados pode compreender tanto os casos denunciados durante 2005, como de anos anteriores que ainda estão sendo acompanhados. A instituição teve a preocupação de realizar o registro estatístico do total de casos atendidos, classificando-os por sexo e faixa etária, contudo, ocultaram algumas informações imprescindíveis como sexo e idade dos vitimizadores, locais das ocorrências, tipo de abuso, situação familiar, entre outras.

Assim como no Projeto Sentinela do Estado, as estatísticas não fornecem uma distribuição etária segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA, qual sejam infância (até 12 anos) e adolescência (12-18 anos), mas, pelas faixas de idade compreendidas entre 00 – 06 anos, 07 – 14 anos e 15 – 18 anos.

4.1.11 DCECA – Delegacia de Combate à Exploração de Crianças e Adolescentes

A Delegacia fica localizada à Rua Deputado Oswaldo Studart, nº. 241, Bairro de Fátima, Fortaleza. Criada em julho de 1996, a DCECA funcionou inicialmente em um trailer na Av. Beira Mar. Em setembro do mesmo ano passou a funcionar na Rua Tenente Benévolo, e agora se encontra no endereço supracitado. Funcionando de segunda à sexta-feira de 08:00 h às 18:00 h, a DCECA não realiza um atendimento ampliado. Há uma proposta de que a instituição passe a funcionar 24h no Complexo de Articulação e Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes, o que, segundo uma das delegadas, ampliaria o atendimento e facilitaria a realização de flagrantes.

No Complexo, localizado no bairro Presidente Kennedy, e inaugurado no dia 18 de Maio deste ano, há a proposta de oferecer um atendimento centralizado às crianças e aos adolescentes. Já funcionam no local a DCA – Delegacia da Criança e do Adolescente, a

Unidade de Recepção Luiz Barros Montenegro e o Núcleo de Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes administrados pela Secretaria de Ação Social do Estado do Ceará. A proposta acima mencionada é que além da DCECA, passem a funcionar no mesmo espaço do Complexo o Programa Justiça Já e um setor avançado do Instituto Médico Legal - IML.

O ambiente físico atual da delegacia não favorece o atendimento às crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. Além de a recepção ter poucas acomodações não é aconchegante, e as salas, em geral, são pequenas. Outro fator que compromete o atendimento e a investigação dos casos notificados é a falta de viaturas.

Quanto à tipificação dos casos notificados, a DCECA segue os termos utilizados pelo Código Penal Brasileiro e o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA. O instrumental de notificação são os Boletins de Ocorrência. As estatísticas da instituição são geradas a partir desses boletins e contém informações sobre o perfil dos vitimizados e dos vitimizadores, sobre o local de ocorrência das denúncias e sobre a origem das mesmas, sobre os tipos de violência praticada contra crianças e adolescentes, os tipos de violência sexual e os inquéritos.

Foram disponibilizadas as estatísticas que se refere ao ano todo de 2004 e, em 2005, até o mês de março. Não há como saber quantos inquéritos de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes foram instaurados e remetidos à Justiça porque as estatísticas não trazem as informações dos inquéritos. Contudo, sabe-se que a delegacia tem esse controle.

Tabela 23 Quadro dos crimes de violência sexual contra crianças e adolescentes registrados na DCECA em 2004.

OCORRÊNCIAS	QUANTIDADE
Total Geral (todas as ocorrências)	1.116
Corrupção de Menor (art. 218 CPB)	76
Sedução (art. 217 CPB)	45
Atentado Violento ao Pudor (art. 214 CPB)	207
Estupro (art. 213 CPB)	161
Exploração Sexual de Menor (art. 224. a. ECA)	5
Favorecimento a Prostituição (art. 288 CPB).	8
TOTAL	1. 618

Fonte: DCECA, 2005.

Tabela 24 Quadro dos crimes de violência sexual contra crianças e adolescentes registrados na DCECA de janeiro a março de 2005.

OCORRÊNCIAS	QUANTIDADE
Total Geral (todas as ocorrências)	299
Corrupção de Menor (art. 218 CPB)	17
Sedução (art. 217 CPB)	11
Atentado Violento ao Pudor (art. 214 CPB)	64
Estupro (art. 213 CPB)	41
Exploração Sexual de Menor (art. 224. a. ECA)	4
Favorecimento a Prostituição (art. 288 CPB).	1
TOTAL	437

Fonte: DCECA, 2005.

Os encaminhamentos das notificações são efetuados pela Agência da Cidadania que funciona na DCECA, mas não há nenhuma quantificação ou sistematização desses procedimentos devido à demanda e à precariedade das instalações da Agência. As Agências da Cidadania são administradas pela Prefeitura, através da Fundação da Criança da Cidade - FUNCI, e estão distribuídas em 30 bairros de Fortaleza, segundo o critério de baixo Índice de Desenvolvimento Humano por Bairro (IDH-B). O atendimento nas Agências conta com uma equipe multidisciplinar composta de advogado (a), assistente social, psicólogo (a) e assessor (a) comunitário (a). O objetivo geral das Agências é garantir o funcionamento de uma rede articulada de ações jurídico-psicossociais junto às comunidades, visando integrá-las às políticas públicas para crianças, adolescentes e suas famílias através da construção e potencialização de processos de emancipação e autonomia pessoal e comunitária.

A Agência da Cidadania que funciona nas dependências da DCECA viabiliza junto à instituição um suporte de apoio técnico dado por profissionais de Direito, Psicologia e Serviço Social. Além dos encaminhamentos formais aos Abrigos, Projetos, Conselhos Tutelares e outras instituições que sejam necessárias, os assistentes sociais da Agência mantêm contato com as famílias, com as instituições que recebem os encaminhamentos e que encaminham casos à DCECA, e com prefeituras e órgãos do interior do Estado, objetivando aprimorar a qualidade do atendimento às crianças e aos adolescentes.

4.2 REGIÃO METROPOLITANA

4.2.1 AQUIRAZ

4.2.1.1 Conselho Tutelar

O Conselho Tutelar está situado à Rua Pe. Francisco Câmara, 332 – Centro. O prédio da sede do conselho é alugado, não tem telefone, o que complica o recebimento das denúncias e não possui transporte para a realização de visitas domiciliares.

Com relação às estatísticas, o SIPIA não está sendo alimentado há cerca de dois meses, devido à ausência de computadores, pois o que havia disponível encontrava-se com defeito. Somado à falta de estrutura, os conselheiros não sabem manusear o Sistema e falta capacitação e acompanhamento por parte dos órgãos competentes.

As ocorrências são registradas no “livro de notificação”. Assim como em outros municípios, este instrumental não contempla as informações necessárias para conhecimento e compreensão do fenômeno estudado, como por exemplo: o perfil sócio-econômico e familiar dos vitimizados e vitimizadores. Apesar da existência de espaços reservados para o registro acerca da natureza da ocorrência (tipologia), síntese do caso e sobre os encaminhamentos adotados, estes espaços nem sempre são preenchidos.

No que se refere às estatísticas sobre crianças e adolescentes em situação de violência sexual, a Instituição disponibilizou os resultados contidos na tabela 25.

Tabela 25 Número de Notificações conforme mês, tipologia¹⁶, idade e sexo registrados no Conselho Tutelar de Aquiraz em 2004.

2004		
MÊS/ANO	TIPOLOGIA DO CONSELHO TUTELAR	IDADE /SEXO DA VÍTIMA
Abr	Abuso Sexual	9 anos / F
Jul	Prostituição Infantil	12 anos / F
Out	Abuso Sexual	13 anos / F

Fonte: Pesquisa direta no Conselho Tutelar de Aquiraz, 2005.

Os casos notificados são encaminhados para a delegacia e alguns para o Ministério Público, segundo “orientação recebida na capacitação”. Para os conselheiros a principal porta de entrada das denúncias deveria ser o Conselho Tutelar, mas não têm

condições, nem incentivo. Informam não fazer um bom trabalho por não terem recursos humanos e materiais, além disso, afirmam não desenvolver nenhum trabalho preventivo, devido à falta de estrutura.

4.2.1.2 Delegacia Metropolitana de Aquiraz

Na visita realizada à Delegacia Metropolitana de Aquiraz, o delegado se recusou a responder o questionário, disse não se sentir habilitado a responder questões referentes à problemática da violência sexual. Outro profissional da delegacia foi designado, mas também se recusou alegando falta de tempo e incapacidade para responder o questionário.

Quando indagado sobre os casos de violência sexual contra crianças e adolescentes notificados na delegacia, o delegado informou não haver nenhum caso notificado e acrescentou, “*a família abre o registro e desaparece*”. Contudo, ao verificarmos o livro de tombo da delegacia, autorizado pelo mesmo, foi verificado três casos notificados em 2004. Como se constata na tabela 26.

Tabela 26 Notificações registradas no Livro de Tombo conforme mês, tipologia, idade e sexo, registradas na Delegacia de Aquiraz em 2004.

MÊS/ANO	TIPOLOGIA DA DELEGACIA DE POLÍCIA	IDADE /SEXO DA VÍTIMA
Abr/2004	Tentativa de Estupro	9 anos / Fem
Jul/2004	Exploração Sexual do Menor	12 anos / Fem
Out/2004	Sedução	13 anos / Fem

Fonte: Pesquisa direta na Delegacia Metropolitana de Aquiraz, 2005.

No ano de 2005, nenhum caso havia sido notificado. Segundo o delegado, a polícia trabalha juntamente com o Conselho Tutelar. Quando a família procura a delegacia, os casos são notificados, liga-se para o conselho e chama-se um responsável. De acordo com o delegado os casos são notificados na delegacia, apenas quando é de interesse da família, “*ninguém pode obrigar eles a prestar queixa*”.

No município não são realizadas medidas preventivas, além da carência de recursos humanos e materiais. Em Aquiraz, o turismo pode ser considerado como um dos fatores que contribuem para a problemática. A região fica no litoral e possui muitas praias conhecidas nacional e internacionalmente.

4.2.2 CAUCAIA

4.2.2.1 Conselho Tutelar/Sede

O Conselho Tutelar de Caucaia/Sede fica situado à Rua Edson da Mota Corrêa, Nº. 345. A dinâmica de trabalho dos conselheiros é realizada de segunda a sexta-feira, das 8:00h às 17:00h, nos finais de semana os mesmos trabalham em regime de sobreaviso ficando cada conselheiro responsável por um final de semana.

No que se refere à operacionalização do SIPIA, foi informado que o mesmo não está sendo utilizado em virtude da mudança recente de direção do Conselho. Segundo informaram, a capacitação para a operacionalização do referido sistema já está sendo providenciada.

A pesquisa constatou que os conselheiros enfrentam sérias dificuldades no que diz respeito aos veículos que são disponibilizados para as visitas domiciliares, uma vez que esses veículos devem atender tanto às demandas do Conselho quanto às do SOS – Criança que funciona no mesmo prédio.

Sobre casos denunciados e notificados de violência sexual contra crianças e adolescentes existentes no Conselho Tutelar Sede foi informado que, por existir no município o Programa Sentinela que absorve toda essa demanda da população, não há no referido Conselho uma incidência grande de notificação. Os conselheiros não souberam responder muitas das perguntas referentes à violência sexual contra crianças e adolescentes, alegando que seria mais interessante para a pesquisa uma entrevista com representantes do citado Programa.

Foi mencionado que os casos anteriormente acompanhados pela antiga gestão do Conselho não foram repassados para a atual gestão. A falta de organização e cuidados devidos com o acondicionamento dos registros de ocorrências, que não se encontravam em ordem cronológica e nem estavam bem conservados, dificultou o trabalho de catalogação dos pesquisadores de campo. Em 2005 não havia caso denunciado, sendo possível apenas sistematizar as informações contidas na tabela 27 abaixo.

Tabela 27 Notificações recebidas conforme período, tipologia¹⁶, faixa etária, sexo e vitimizador, registradas no Conselho Tutelar Sede de Caucaia em 2004.

TIPOLOGIA	FAIXA ETÁRIA	SEXO	PERÍODO	VITIMIZADOR
Abuso Sexual	05	Mas	Janeiro	Adolescente/13/fem Vizinha
	--	Fem	Março	Vizinho
	12	Fem	Março	Vizinho
	--	Fem	Junho	Pai
TOTAL	04			

Fonte: Pesquisa direta no Conselho Tutelar/SEDE de Caucaia, 2005.

4.2.2.2 Conselho Tutelar II – Jurema

O Conselho Tutelar II – Jurema, fica localizado à Rua Nova Granada s/n – Marechal Rondon. Dos cinco conselheiros que compõem a atual gestão, quatro faziam parte da gestão passada. Quanto ao espaço físico e infra-estrutura da instituição, foi observado que não possui computador e nem telefone, portanto, não tem o SIPIA implantado.

Os atendimentos são realizados, simultaneamente, em uma única sala (local cedido pelo Centro Comunitário do bairro) e os banheiros estão em péssimas condições. Os conselheiros argumentaram que diante dessa situação, tiveram que pensar uma estratégia de trabalho na qual cada um só fazia atendimento na instituição três vezes por semana, realizando, nos outros dias, visitas a instituições como o SOS - Criança e o Programa Sentinela.

Quanto aos dados referentes às denúncias e notificações especificamente de violência sexual, foi autorizado o acesso ao Livro de Registro. No entanto, foi verificado que os mesmos estavam desorganizados, não dispo de informações sistematizadas e precisa que contemplassem, por exemplo, aspectos relativos ao perfil socioeconômico, raça/etnia dos vitimizados, bem como do suposto vitimizador. Vale ainda mencionar, que a instituição não dispõe de um local adequado para guardar as documentações. Os dados catalogados podem ser observados nas tabelas 28 e 29.

¹⁶ Tipologia da própria instituição

Tabela 28 Total de notificações recebidas conforme tipologia¹⁷, faixa etária, sexo, período e vitimizador, registradas no Conselho Tutelar II - Jurema em 2004.

TIPOLOGIA	FAIXA ETÁRIA	SEXO	PERÍODO	VITIMIZADOR
Sedução	16	Fem	Janeiro	Namorado
Sedução	14	Fem	Janeiro	Namorado
Abuso Sexual	08	Fem	Março	Padrasto
Assédio Sexual	06	Fem	Maio	Vizinho
Sedução	14	Fem	Maio	Vizinho
Exploração Sexual	17	Fem	Julho	--
Abuso Sexual	14	Fem	Julho	--
TOTAL	07			

Fonte: Pesquisa direta no Conselho Tutelar/Jurema de Caucaia, 2005.

Tabela 29 Total de notificações recebidas conforme tipologia¹⁸, faixa etária, sexo, período e vitimizador, registradas no Conselho Tutelar II - Jurema em 2005.

TIPOLOGIA	FAIXA ETÁRIA	SEXO	PERÍODO	VITIMIZADOR
Abuso Sexual	03	Mas	Janeiro	Pai
Abuso Sexual	11	Mas	Fevereiro	Desconhecido
Estupro/Abuso Sexual	13	Fem	Abril	Padrasto
Assédio Sexual	12	Mas	Maio	Vizinho
TOTAL	04			

Fonte: Pesquisa direta no Conselho Tutelar/Jurema de Caucaia, 2005.

4.2.2.3 Delegacia Metropolitana de Caucaia

A Delegacia Metropolitana de Caucaia fica situada à Rua José da Rocha Sales. A equipe é composta por dois delegados durante o expediente e quatro delegados plantonistas, quatro escrivães no expediente e quatro nos plantões, quatro inspetores no expediente e doze inspetores nos plantões.

Apesar da disponibilidade em atender os pesquisadores de campo, o delegado responsável pela delegacia não respondeu ao questionário/entrevista, e designou um policial para responder ao questionário, o mesmo delegado não disponibilizou dados referentes aos casos denunciados e notificados de violência sexual contra crianças e adolescentes existentes na delegacia. Alegou que todas as informações são enviadas para a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social – SSPDS e que não seria possível

¹⁷ Tipologia da própria instituição

¹⁸ Tipologia da própria instituição

disponibilizar nenhum material, nem mesmo o acesso aos Boletins de Ocorrências – BO's, visto que as informações eram sigilosas e não havia nenhum profissional disponível para realizar tal trabalho.

Foram observadas contradições entre algumas das informações verbais e extra-oficiais repassadas pelo delegado e os dados das demais instituições visitadas no município. Indagado sobre as formas de violência sexual contra crianças e adolescentes existentes na localidade, o delegado respondeu que são poucos, e, quase raros os casos de abuso sexual, o que não condiz com os números que foram registrados e fornecidos por outras instituições pesquisadas no município. Informou ainda que esse tipo de crime é cometido na casa de desconhecidos, e os agressores são quase todos estrangeiros. As informações evidenciam um equívoco quanto à compreensão acerca dos conceitos referentes ao abuso sexual e a exploração sexual comercial.

Ficou evidenciado que não há uma articulação consistente entre a delegacia e as demais instituições que compõem a Rede de Defesa dos Direitos, Atendimento e Responsabilização, apesar de todas as instituições pesquisadas no município reconhecerem que a articulação se faz necessária para um desempenho mais eficaz.

4.2.2.4 SOS Disque Criança/Família – Caucaia

O Programa SOS Disque Criança/Família de Caucaia está localizado à Rua Edson da Mota Corrêa, 246. O mesmo tem uma equipe técnica composta por cinco profissionais, uma assistente social, uma socióloga e três educadores. A instituição compõe a rede de atendimento vinculado ao Poder Executivo local e não trabalha especificamente com situações envolvendo crianças e adolescentes vitimizados pela violência sexual, e sim vítimas de maus-tratos, violência em geral ou situação de risco envolvendo crianças e/ou adolescentes e suas famílias. A dinâmica de atividades desenvolvidas corresponde ao atendimento de denúncias, recepção de crianças e adolescentes, abordagem de rua, visitas domiciliares, atendimento social e encaminhamentos diversos.

Quando chega algum caso envolvendo crianças e adolescentes em situação de violência sexual, ocorre logo o encaminhamento ao Programa Sentinela local. É válido ressaltar que antes da implantação do Programa Sentinela no município, os casos de

violência sexual contra crianças e adolescentes eram atendidos e acompanhados somente pelo SOS. Entretanto, apesar de a instituição possuir uma trajetória interventiva na área da violência sexual, seus atuais responsáveis mostraram-se bastante dependentes do Programa Sentinela, destacando que apenas no referido Programa seria possível obter respostas mais precisas sobre a problemática em foco.

Sobre a articulação entre a Rede de Defesa dos Direitos, Atendimento e Responsabilização, a instituição aponta como positiva a existência dos dois Conselhos Tutelares, do Programa Sentinela e o trabalho desenvolvido pelo Juizado da Infância e da Juventude. No entanto, percebe a necessidade de um trabalho de humanização e de sensibilização de outros órgãos no que diz respeito ao tratamento que deve ser dado às crianças e adolescentes vitimizados pela violência sexual. Foi evidenciado durante a entrevista que ainda não há, por exemplo, uma sensibilização efetiva por parte dos delegados e dos policiais no enfrentamento do fenômeno, não há, sobretudo, conhecimento acerca da problemática e da importância do trabalho em rede.

Apesar de não possuir uma estatística sistematizada e oficial, foi verificado que os dados encontrados no SOS Disque Criança/Família, no que concerne aos registros de denúncias, possuíam uma melhor organização. Mensalmente era elaborado um relatório técnico no qual se quantificavam os casos recebidos pelo SOS. Nesses relatórios os casos atendidos pelo SOS eram distribuídos de acordo com categorias de denúncias (Negligência Familiar, Solicitação de Serviços, Aliciamento de Menores, etc.), sendo registrados, ainda, os encaminhamentos e as visitas (domiciliar e institucional) realizadas durante o mês.

É válido ressaltar, entretanto, que não constam nos registros informações sobre os abusadores/exploradores, sendo alegado pelo interlocutor que a instituição trabalha apenas com a proteção e atendimento da vítima, e que não acrescentaria ao trabalho as referidas informações. A falta de dados sobre os vitimizadores, no entanto, se configura como mais um entrave para se pensar políticas públicas eficazes de enfrentamento à problemática. Como pensar essas políticas desconhecendo acerca dos vitimizadores?

Nas tabelas abaixo, podemos visualizar os dados obtidos no SOS Criança/Família – Caucaia.

Tabela 30 Notificações recebidas conforme tipologia¹⁹ e sexo registradas no SOS Disque Criança/Família de Caucaia no ano de 2004 e no período compreendido entre janeiro a maio de 2005.

TIPO	Sexo		
	F	M	Não específica
Abuso Sexual	04	-	-
Aliciamento de Menores	01	-	01
Atentado Violento ao Pudor	-	01	-
Exploração Sexual Comercial	03	-	-
Tentativa de Estupro	01	-	-
TOTAL	11		

Fonte: Pesquisa direta no SOS Disque Criança/ Família de Caucaia, 2005.

Tabela 31 Total de notificações recebidas conforme tipologia²⁰ e faixa-etária registradas no SOS Disque Criança/Família de Caucaia no ano de 2004 e no período compreendido entre janeiro a maio de 2005.

Tipos de Violência Sexual	Faixa Etária					Não específica
	00- 04	05 – 09	10 - 12	13 – 15	16 - 18	
Abuso Sexual	01	-	01	01	01	-
Aliciamento de Menores	-	-	-	-	-	02
Atentado Violento ao Pudor	-	-	01	-	-	-
Exploração Sexual Comercial	-	-	-	03	-	-
Tentativa de Estupro	-	-	01	-	-	-
TOTAL	11					

Fonte: Pesquisa direta no SOS Disque Criança/ Família de Caucaia, 2005.

4.2.2.5 Centro de Referência – Programa Sentinela de Caucaia

O Centro de Referência – Programa Sentinela de Caucaia funciona à Rua Padre Romualdo, 137. O mesmo tem equipe técnica composta por duas assistentes sociais, duas psicólogas e seis educadores sociais. Dentre estes, três estavam desenvolvendo atividades junto ao Abrigo local destinado a crianças e adolescentes que necessitam de afastamento do lar, por terem seus direitos violados.

A equipe profissional compreende que o fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes precisa ser ainda mais exposto, discutido e trabalhado no interior das diversas comunidades locais. E que a impunidade dos abusadores/exploradores sexuais faz com que os números de casos de violência sexual aumentem a cada dia. Essa questão é

¹⁹ Tipologia da própria instituição

²⁰ Tipologia da própria instituição

reforçada quando os órgãos e programas que compõem a rede de proteção ignoram a importância de identificar os vitimizadores ou traçar o seu perfil.

Nesta perspectiva, foi citada a ocorrência de casos em que as denúncias chegam à instituição e, apesar dos fatos e relatos dos vitimizados levarem a evidenciar a prática da violência sexual, só há possibilidade de ocorrer uma responsabilização por parte do suposto agressor quando ocorre comprovação via Exame de Corpo de Delito. Em função, por exemplo, do resultado negativo do exame para estupro, nada pode ser feito contra o suposto abusador, o que leva, muitas vezes, a permanência e progressão da violência a um grau de complexidade ainda maior.

As violências do abuso sexual, entretanto, não se revelam apenas pelo referido exame, há outros instrumentais de investigação que deveriam ser discutidos pela rede de proteção com a devida participação do aparelho policial. No entanto, foi observado que vem ocorrendo no município uma grande dificuldade de articulação com a polícia, uma vez que esta só realiza algum procedimento, no que diz respeito aos casos de violência sexual, quando o referido exame é positivo, caso contrário, os casos são simplesmente arquivados.

No que se refere, especificamente, ao trabalho de averiguação dos casos de exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, somado à dificuldade relacionada à falta de sensibilização dos profissionais das delegacias, existe ainda a extensão do município, a falta de parcerias e as denúncias que ainda são muito evasivas.

Em relação às estatísticas sobre crianças e adolescentes em situação de violência sexual, a instituição disponibilizou os dados demonstrados nas tabelas 32 e 33.

Tabela 32 Notificações recebidas conforme tipologia²¹ e sexo registradas no Programa Sentinela de Caucaia no ano de 2004 e no período compreendido entre janeiro a maio de 2005.

TIPO	Sexo		
	F	M	Não Especifica
Abuso Sexual	84	18	-
Atentado Violento ao Pudor	01	04	-
Corrupção de Menores	01	-	-
Exploração Sexual Comercial	19	-	06
Estupro	08	-	-
Sedução	02	-	-

²¹ Tipologia da própria instituição.

TIPO	Sexo		
	F	M	Não Especifica
TOTAL	143		

Fonte: Pesquisa direta no Programa Sentinela de Caucaia, 2005.

Tabela 33 Notificações recebidas conforme tipologia²² e faixa-etária registradas no Programa Sentinela de Caucaia no ano de 2004 e no período compreendido entre janeiro a maio de 2005.

Tipos de Violência	Faixa Etária					
	00 – 04	05 - 09	10 – 12	13 – 15	16 -18	Não específica
Abuso Sexual	08	25	28	25	12	04
Atentado Violento ao Pudor	01	03	01	-	-	-
Corrupção de Menores	-	-	-	-	01	-
Estupro	-	01	04	02	01	-
Exploração Sexual Comercial	-	-	01	10	05	09
Sedução	-	-	-	02	-	-
TOTAL	143					

Fonte: Pesquisa direta no Programa Sentinela de Caucaia, 2005.

4.2.3 CHOROZINHO

4.2.3.1 Conselho Tutelar

O Conselho Tutelar de Chorozinho fica situado à Rua Manoel Dantas nº. 766, Centro. Foi informado pelos entrevistados que o SIPIA estava implantado, mas que não era alimentado periodicamente devido a dificuldades operacionais, alegando como motivos dificuldades orçamentárias por parte da Prefeitura. Outro problema apontado foi o Conselho não dispor de *internet*. Os representantes desta instituição ressaltam a grande quantidade de casos relacionados a conflitos entre familiares atendidos pelo Conselho, porém afirmaram ter poucos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes registrados.

A atual equipe responsável pelo Conselho, talvez por estar em início de gestão, apresentou certo desconhecimento acerca das atribuições próprias de um Conselho Tutelar.

²² Tipologia da própria instituição.

Foi relatada a tentativa de implantação de um projeto com crianças e adolescentes visando o incentivo à prática de esportes a ser realizado pelo próprio Conselho. A impossibilidade da efetivação do referido projeto, fez surgir, durante a entrevista, profundas crítica à Prefeitura Municipal e à Secretaria de Educação local, haja vista que estas instâncias do Poder Executivo local alegaram não ser da competência do CT a realização desse tipo de atividade. Foi afirmado pelos representantes do Conselho que é atribuição do CT o desenvolvimento de qualquer atividade que abranja a infância e a adolescência.

Quanto à exploração sexual comercial de crianças e adolescentes disseram ter conhecimento da existência de casos no Município, mas afirmaram não existir nenhum caso registrado. É importante salientar que foi observada a denominação do fenômeno ainda como *prostituição infantil*. Quando questionados sobre as iniciativas de enfrentamento ao fenômeno desenvolvidas no município os representantes fizeram críticas à gestão anterior apontando a não realização de um trabalho neste propósito, porém não se referiram aos motivos pelos qual o mesmo não foi realizado. Relataram ainda a não resolução dos casos devido às dificuldades financeiras e à precariedade de trabalho sob a qual os conselheiros estavam submetidos.

Foram verificados os registros de ocorrência do Conselho nos quais se constatou dois casos de violência sexual contra crianças e adolescentes. Um dos casos foi notificado como rapto, porém evidenciou-se como estupro, observa-se que no resumo do caso foi dada pouca importância a esse fato. O segundo caso é tipificado como: “mãe recebe homens na presença das crianças”, tendo características de exibicionismo.

O instrumental que continua sendo utilizado pela atual gestão para o registro dos casos não possui informações quanto à situação sócio-econômica dos vitimizados, vitimizadores e famílias envolvidas, sendo motivo de crítica por parte dos conselheiros. Um dos entrevistados ressaltou a necessidade de existência de um modelo de registro específico para os casos de violência sexual, porém nada comentou sobre o empenho dos conselheiros para a elaboração desse instrumental.

Quanto ao preenchimento do instrumental de notificação observou-se a falta de cuidado quanto ao preenchimento dos dados, verificando que dados como cor das vítimas e

hora da ocorrência poucas vezes são preenchidos. No espaço reservado ao resumo do fato, poucas informações são precisadas, não sendo possível o detalhamento do caso. Observou-se também que não existe um registro de acompanhamento dos casos o que impossibilita a coleta de dados quanto à punição dos envolvidos e situação atual das vítimas. Essa falha dificulta ainda a seqüência das atividades do CT quando acontece a mudança de gestão, pois não existe um arquivo que propicie a continuidade das atividades realizadas e casos acompanhados.

No município não existe delegacia e sim uma unidade policial para onde se deslocam os profissionais da Delegacia Municipal de Pacajus, cidade vizinha. Um dos conselheiros fez menção às dificuldades de relacionamento com os inspetores remanejados para o município, relatando má vontade no atendimento dos casos.

Conforme dados contidos nos registros de ocorrência é possível elencar as informações contidas na tabela 34.

Tabela 34 Total de notificações, segundo tipologia, sexo e faixa etária, registradas no conselho Tutelar em 2004.

FAIXA ETÁRIA/ TIPOLOGIA	0 A 06 Anos		07 A 12 Anos		13 A 15 Anos		16 a 18 Anos	
	FEM	MAS	FEM	MAS	FEM	MAS	FEM	MAS
ESTUPRO	--	--	--	--	01	--	--	--
EXIBICIONISMO	03	--	--	--	--	--	--	--
TOTAL	04							

Fonte: Pesquisa direta no Conselho Tutelar de Chorozinho, 2005.

4.2.3.2 Unidade Policial de Chorozinho

Na unidade policial de Chorozinho informaram aos pesquisadores não haver casos notificados de violência sexual no Município.

4.2.4 EUSÉBIO

4.2.4.1 Conselho Tutelar

O conselho fica situado no centro da cidade à Rua Airton Sena, n.80. Durante a pesquisa de campo foi percebido que a atual gestão do Conselho Tutelar não tem uma

relação amigável com a Prefeitura Municipal, mais especificamente com a Secretaria Municipal de Ação Social, haja vista que os gestores locais não fornecem nenhum incentivo, nem suporte ao Conselho, que funciona numa sala pequena, sem segurança. O computador já havia sido roubado duas vezes em menos de um ano, um dos motivos que ocasionou a falta de alimentação do SIPIA por um longo período, além de não haver pessoas capacitadas para operar o sistema.

Com cinco conselheiros, a distribuição se faz por localidades, um conselheiro fica na sede do Município e os demais nos distritos, fazendo com que as comunidades mais distantes tenham acesso ao serviço prestado pelo Conselho Tutelar. Geralmente às sextas-feiras os conselheiros se reúnem para o planejamento das atividades da semana seguinte. Alguns deixam de ir para os distritos que foram designados pela falta de transporte, o que dificulta o trabalho dos conselheiros. Muitas visitas domiciliares e a outras instituições são inviabilizadas pela precariedade institucional.

Um dos instrumentos de notificação utilizado pelos Conselheiros, dentre outros, é o Livro Registro de Ocorrência. Este instrumental não contempla as informações necessárias para conhecimento e compreensão do fenômeno estudado, como por exemplo: o perfil dos vitimizados e vitimizadores. Apesar de reservados espaços para o registro acerca da natureza da ocorrência (tipologia), síntese do caso e sobre os encaminhamentos adotados, estes espaços nem sempre são preenchidos. Na análise do uso dos instrumentais, percebe-se a falta de compreensão conceitual por parte dos conselheiros ao utilizarem a nomenclatura *prostituição infantil*.

Indagados sobre as estatísticas fomos informados que durante o ano de 2004 haviam sido registrados apenas dois casos de abuso sexual, e, de janeiro a maio de 2005, apenas um caso, também de abuso sexual. Os casos notificados foram encaminhados à delegacia de polícia e ao Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), para acompanhamentos psicológicos.

Sobre o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, fomos informados da realização de conferências para discussão da temática e elaboração de planos de ações nas escolas, nos hospitais, etc.

4.2.4.2 Delegacia Metropolitana do Eusébio

Durante a visita à delegacia metropolitana do Eusébio, o delegado informou que muitos casos de violência sexual são denunciados diretamente na delegacia, desta forma o Conselho Tutelar é acionado para acompanhar os vitimizados durante os depoimentos e na realização dos exames de corpo de delito no Instituto Médico Legal. Os casos, se comprovados, são encaminhados ao Ministério Público e Juizado, não sabendo, muitas vezes, o desfecho dos casos. Ainda de acordo com o delegado, muitas pessoas procuram a delegacia para prestar queixa e depois retiram “*por constrangimentos, ameaças e, sobretudo, por ‘conveniência’*”.

Para responder o questionário o delegado designou um policial, afirmando não ter compreensão sobre a questão. A policial soube responder algumas indagações, considerando “*a violência sexual contra crianças e adolescentes como crime nojento e absurdo*”, colocou ainda que “*essa forma de violência em alguns casos são patologias, desestrutura familiar, confiança demais nos vizinhos*”, etc. Ressaltou não existir pessoal capacitado na delegacia para trabalhar com o fenômeno e que em alguns casos o Conselho auxilia e acompanha nos trabalhos da delegacia. A policial informou ainda, que foram notificados dois casos de abuso sexual em 2004 e um caso em 2005, não especificando o sexo, faixa etária e outras informações imprescindíveis para traçar o perfil.

Vale salientar que o trabalho realizado pelo Conselho Tutelar foi muitas vezes reconhecido pelos policiais, citados como parceiros na luta pelo enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes.

4.2.5 GUAÍÚBA

4.2.5.1 Conselho Tutelar

O Conselho Tutelar do Município de Guaiúba, fundado em 1990, fica situado à Rua Antônio Acioly, s/n, Centro. A atual gestão iniciou-se em 2004 e só um dos cinco conselheiros já havia sido conselheiro em uma outra gestão. O horário de funcionamento na sede é de segunda à sexta-feira de 8:00h às 12 h e de 14:00h às 16:00h.

A instituição não tem o SIPIA implantado e, segundo os conselheiros, não possui estrutura física para recebê-lo. Falta computador, telefone e inexistem instalações (fios e cabos) no prédio para a instalação de uma linha telefônica.

Dentre os instrumentos de notificação utilizados pelos Conselheiros, destacam-se o Livro de Atendimento e o Guia de Registro de Ocorrência. Estes instrumentais não contemplam as informações necessárias para conhecimento e compreensão do fenômeno estudado, como, por exemplo, o perfil dos vitimizados e vitimizadores. Apesar da existência de espaços reservados nos instrumentais para o registro acerca da natureza da ocorrência (tipologia), síntese do caso e sobre os encaminhamentos adotados, verificou-se que estes nem sempre são preenchidos.

O Conselho não dispõe de estatísticas. Vale ressaltar que a coleta e organização dos dados foram feitas pelos pesquisadores de campo que compilaram os mesmos por ano, mês em que foi feita a denúncia, tipologia utilizada para os casos, sexo e idade da criança e ou adolescente (vítima), informações do vitimizador, encaminhamentos dados pelo Conselho (Trajetória de denúncia) e observações complementares sobre os casos.

As informações apresentadas nas tabelas abaixo foram organizadas pelos pesquisadores, com base nos dados contidos no Livro de Atendimento, pois a instituição não dispunha de estatísticas elaboradas.

Tabela 35 Total de notificações recebidas conforme mês e tipologia²³ registradas no Conselho Tutelar em 2004.

TIPOLOGIA/ MÊS	ATENTADO VIOLENTO AO PUDOR	ABUSO SEXUAL	PROSTITUIÇÃO INFANTIL	TOTAL
Jul	01	--	--	01
Nov	--	01	--	01
Dez	--	--	01	01
TOTAL	01	01	01	03

Fonte: Pesquisa direta no Conselho Tutelar de Guaiúba, 2005.

²³ Tipologia da própria instituição.

Tabela 36 Crianças e adolescentes atendidos (as) segundo a tipologia²⁴ de violência sexual, faixa etária e gênero, em 2004.

FAIXA ETÁRIA	ATENTADO VIOLENTO AO PUDOR		ABUSO SEXUAL		PROSTITUIÇÃO INFANTIL		TOTAL
	FEM	MAS	FEM	MAS	FEM	MAS	
0 A 06	01	--	--	--	--	--	01
07 A 12	--	--	--	--	--	--	--
13 A 14	--	--	--	--	--	--	--
15 a 18	--	--	01	--	01	--	02
TOTAL	01	00	01	00	01	00	03

Fonte: Pesquisa direta no Conselho Tutelar de Guaiúba, 2005.

Tabela 37 Total de notificações recebidas conforme mês e tipologia²⁵, registradas no Conselho Tutelar em 2005.

MÊS/ TIPOLOGIA	FEV	ABR	MAI	TOTAL
ATENTADO VIOLENTO AO PUDOR	--	01	--	01
ABUSO SEXUAL	01	--	01	02
PROSTITUIÇÃO INFANTIL	--	--	01	01
ASSÉDIO SEXUAL	--	--	01	01
TENTATIVA DE ESTUPRO	--	01	--	01
PEDOFILIA	01	--	--	01
TOTAL	02	02	03	07

Fonte: Pesquisa direta no Conselho Tutelar de Guaiúba, 2005.

Tabela 38 Total de notificações recebidas conforme tipologia²⁶, faixa etária e sexo, registradas no Conselho Tutelar em 2005.

FAIXA ETÁRIA/ TIPOLOGIA	0 A 06		07 A 12		13 A 15		16 a 18	
	FEM	MAS	FEM	MAS	FEM	MAS	FEM	MAS
ATENTADO VIOLENTO AO PUDOR	--	--	01	--	--	--	--	--
ABUSO SEXUAL	01	--	--	--	01	--	--	--
PROSTIT. INFANTIL	--	--	--	--	01	--	--	--
ASSÉDIO SEXUAL	--	--	--	--	01	--	--	--

²⁴ Tipologia da própria instituição.

²⁵ Tipologia da própria instituição.

²⁶ Tipologia da própria instituição.

FAIXA ETÁRIA/ TIPOLOGIA	0 A 06		07 A 12		13 A 15		16 a 18	
	FEM	MAS	FEM	MAS	FEM	MAS	FEM	MAS
TENTATIVA DE ESTUPRO	--	--	01	--	--	--	--	--
PEDOFILIA	--	--	--	01	--	--	--	--
SUBTOTAL	01	00	02	01	03	00	00	00
TOTAL	07							

Fonte: Pesquisa direta no Conselho Tutelar de Guaiúba, 2005.

Questionados sobre os encaminhamentos realizados após a notificação dos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, os conselheiros responderam que o Conselho encaminha para delegacia, acompanha as vítimas ao IML e posteriormente, o laudo volta para delegacia e esta se responsabiliza pelos encaminhamentos ao Ministério Público.

4.2.5.2 Delegacia Metropolitana de Guaiúba

A Delegacia Metropolitana de Guaiúba fica situada à Rua Adelina Cabral nº. 14. Apesar da receptividade por parte da delegada titular em relação à realização da pesquisa, bem como sua compreensão acerca do fenômeno em foco, não foi possível o repasse de dados sistematizados. As estatísticas são organizadas segundo o padrão das delegacias de Polícia, não existindo especificação dos casos de violência sexual cometidos contra crianças e adolescentes. Devido a esta realidade, a delegada salientou a importância da elaboração e aplicação de um instrumento diferenciado para os casos referentes à violência física e sexual contra crianças e adolescentes.

A delegacia não contava com estatísticas organizadas sobre os casos, mas foi disponibilizada a verificação das notificações através do SIP (Sistema de Informações da Polícia), contudo, para a verificação era necessário o nome da mãe da vítima ou da própria vítima. Através da catalogação realizada anteriormente no Conselho Tutelar puderam-se verificar informações acerca de alguns casos notificados e acompanhar o percurso da denúncia.

Dos dez casos notificados no Conselho Tutelar relacionados à violência sexual, na delegacia foram confirmadas cinco denúncias, sendo que, duas destas geraram processo (houve inquérito policial). Como se pode constatar na tabela 39.

Tabela 39 Total de notificações recebidas conforme tipologia²⁷, faixa-etária, sexo, período, vitimizador registradas no Conselho Tutelar de Guaiúba e no SIP.

Mês	Tipologia do Conselho Tutelar	Idade e Sexo da Vítima	Vitimizador	Notificação da Delegacia ²⁸
Nov. 2004	Abuso Sexual	F / 16	Padrasto	Crime contra a família. ²⁹ A vítima está grávida.
Mai. 2005	Assédio Sexual	F/14	Padrasto	Crime previsto no Estatuto do Menor
Abril 2005	Atentado ao Pudor	F/12	Padrasto	Crime previsto no Estatuto do Menor ³⁰
Fev. 2005	Abuso Sexual	F/05	Vizinho	Crime previsto no Estatuto do Menor
Fev. 2005	Pedofilia	M/11	Vizinho	Abuso Sexual.
TOTAL	05			

Fonte: Pesquisa direta no Conselho Tutelar de Guaiúba/ SIP, 2005.

Os casos que deram entrada somente na delegacia (Se a delegacia tiver sido porta de entrada da denúncia), não puderam ser verificados, pois os nomes verificados no SIP foram fornecidos pelo Conselho Tutelar do município. Os BO's trazem os nomes da vítima e do vitimizador, assim como da pessoa que faz a denúncia.

No município não são oferecidas medidas de proteção aos vitimizados e seus familiares. Os casos que necessitam de abrigos são encaminhados ao Município de Fortaleza e não existe retaguarda de atendimento psicossocial para as crianças e adolescentes vitimizados e suas famílias, nos moldes do S.O.S Criança e Programa Sentinela.

²⁷ Tipologia própria da instituição.

²⁸ Tipologia própria da instituição.

²⁹ Inquérito em Andamento

³⁰ Existiu inquérito Policial

Com relação ao enfrentamento do fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes não existem ações de políticas públicas (com exceção das atividades do próprio Conselho Tutelar) no Município. Não há divulgação na mídia dos serviços oferecidos pela rede de enfrentamento, nem campanhas de esclarecimento sobre a violência sexual.

4.2.6 HORIZONTE

4.2.6.1 Conselho Tutelar

O Conselho Tutelar do Município de Horizonte está situado à Av. Presidente Castelo Branco n°. 4598, possui SIPIA implantado e alimentado, no entanto a pessoa entrevistada afirmou que os conselheiros não sabem localizar as estatísticas no sistema, fornecendo dados como sexo, raça/etnia, escolaridade, renda familiar dos vitimizados e dos supostos agressores. A entrevistada relata ainda que nem sempre os casos que estão registrados são repassados ao SIPIA, ficando o repasse das informações a cargo do conselheiro que faz o procedimento devido às dificuldades de operacionalização do sistema. O fornecimento de uma cópia das estatísticas também não seria possível devido à inexistência de recursos materiais (tinta, papel etc.), que permitissem a impressão do documento oficial.

Os dados registrados no sistema referem-se ao período do segundo semestre de 2004 até a data da pesquisa (junho de 2005), já que antes não era alimentado o SIPIA. Por se tratarem de informações sigilosas, não foi permitido o acesso aos processos, mas somente ao Livro de Registros. Através da observação do livro, foi possível constatar haver pouco cuidado com o preenchimento dos dados, principalmente pela falta de informações em muitos dos campos deixados em branco, tais como descrição da situação de violência sexual.

Foi observada a falta de conhecimento sobre conceitos como “porta de entrada”, “retaguarda de atendimento”, “defesa de direitos” e “responsabilização” pelos conselheiros, que, mesmo quando esclarecidos acerca dos mesmos, responderam de forma confusa e imprecisa.

Não há casos denunciados e notificados em 2005 e as poucas informações contidas no referido Livro de Registros referem-se ao ano de 2004. Assim, foi possível obter apenas as informações contidas na tabela 40.

Tabela 40 Total de notificações recebidas conforme Tipologia³¹, faixa etária e sexo, registradas no Conselho Tutelar de Horizonte em 2004.

FAIXA ETÁRIA/ TIPOLOGIA VIOLÊNCIA SEXUAL	0 A 06		07 A 12	
	MAS	FEM	MAS	FEM
Abuso sexual	--	01	--	02
TOTAL	03			

Fonte: Pesquisa direta no Conselho Tutelar de Horizonte, 2005.

4.2.6.2 Delegacia Municipal de Horizonte

A Delegacia Municipal de Horizonte está situada à Rua Joaquim Domingos Neto, nº. 503 - Centro. Devido à ausência do Delegado na semana da pesquisa de campo, a entrevista foi concedida por dois policiais. Estes informaram que não foram autorizados a permitir o acesso aos dados contidos nos Boletins de Ocorrências – BO's, mas forneceram uma estatística geral das denúncias ali registradas disponíveis no Livro de Ocorrências. Tais dados, no entanto, não contém informações acerca do sexo, idade dos vitimizados e dos vitimizadores e/ou do denunciante.

Quanto à entrevista, observou-se muita resistência dos policiais civis em participar da pesquisa, devido principalmente ao caráter específico do assunto. Apesar de um dos entrevistados ter demonstrado conhecer a existência do fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes no município, constatou-se, também, insegurança por parte dos mesmos em responder questões referentes à análise da situação de violências sexuais, bem como nos aspectos relativos ao enfrentamento da questão.

Foi notório o desconhecimento por parte dos interlocutores quanto aos termos “porta de entrada”, “retaguarda de atendimento”, “defesa de direitos” e “responsabilização”. Mas mostraram uma grande preocupação em ressaltar que os casos existem no município e que “estão sendo prontamente combatidos” pela Promotoria de Justiça local.

As informações do Livro de Ocorrências no ano de 2004 e 2005 (até junho) mostraram os dados contidos nas tabelas 41 e 42.

Tabela 41 Total de notificações recebidas conforme mês e tipologia³², registradas na Delegacia Municipal de Horizonte em 2004.

TIPOLOGIA/ MÊS	ATENTADO VIOLENTO AO PUDOR	TENTATIVA DE ESTUPRO	TOTAL
Fev	--	01	01
Out	02	--	02
Dez	03	--	03
TOTAL	05	01	06

Fonte: Pesquisa direta na Delegacia Municipal de Horizonte, 2005.

Tabela 42 Total de notificações recebidas conforme mês e tipologia³³, registradas na Delegacia Municipal de Horizonte em 2005.

TIPOLOGIA/ MÊS	ATENTADO VIOLENTO AO PUDOR	ATENTADO VIOLENTO AO PUDOR E ESTUPRO	ESTUPRO	TOTAL
Fev	--	01	01	02
Mar	--	01	--	01
Jun	01	--	--	01
TOTAL	01	02	01	04

Fonte: Pesquisa direta na Delegacia Municipal de Horizonte, 2005.

4.2.7 ITAITINGA

4.2.7.1 Conselho Tutelar

O Conselho Tutelar de Itaitinga fica localizado à Avenida Cel. Virgílio Távora, 791. Os atendimentos realizados no referido Conselho são feitos com base numa escala de trabalho segundo a qual cada conselheiro comparece à instituição apenas duas vezes por semana. Tal dinâmica de trabalho compromete o acompanhamento disponibilizado pelo Conselho aos usuários dos seus serviços, uma vez que cada conselheiro acompanha somente os casos que tiverem dado entrada no dia de seu plantão.

Em função também da dinâmica de trabalho seguida pelos conselheiros, não foi possível, num primeiro momento, levantar dados mais precisos sobre os casos de violência sexual notificados nesta instituição, uma vez que cada conselheiro fica com sua pasta onde

³¹ Tipologia da própria instituição.

³² Tipologia da própria instituição.

³³ Tipologia da própria instituição.

mantém guardados todos os casos registrados nos seus respectivos dias de trabalho. Estas pastas, que contém registros e acompanhamentos, são levadas por cada conselheiro para suas respectivas casas após seu dia de plantão. Isto compromete o trabalho já que impede uma homogeneidade de conhecimento por parte de todos os conselheiros em relação à totalidade dos casos denunciados e acompanhados pela instituição.

Apesar de informado que o SIPIA estava implantado e alimentado, não foi dado acesso às informações contidas no SIPIA, como também não foi permitido acesso aos dados contidos nos Registros de Ocorrência, sob a justificativa de que eram informações sigilosas. A única informação repassada foi a de que no ano de 2005 estariam em acompanhamento sete casos de violência sexual, mas que não seria possível repassar demais informações como idade, sexo, escolaridade etc., por motivo de sigilo exigido pelo trabalho.

4.2.7.2 Delegacia Metropolitana de Itaitinga

A Delegacia Metropolitana de Itaitinga fica localizada à Rua Dr. Manuel Sátiro, 182. Apesar da disponibilidade do delegado em atender os pesquisadores e conceder a entrevista, o mesmo afirmou sua limitação em responder perguntas do questionário referentes à questão da violência sexual praticada contra crianças e adolescentes no município, alegando que estaria trabalhando há pouco tempo na localidade (cerca de cinco meses), não tendo, até então, tomado conhecimento de nenhum caso da referida forma de violência.

O delegado alegou também como dificuldade, a complexidade e tamanho do questionário já que demandava muito tempo para entrevista e resposta. Sugeriu ainda que o local mais apropriado para a realização da pesquisa seria a DCECA – Delegacia de Combate à Exploração da Criança e do Adolescente – já que essa é uma delegacia especializada nessa problemática. Além disso, ponderou que as perguntas fugiam ao conhecimento das autoridades policiais, à exceção dos profissionais da DCECA.

Com relação às estatísticas sobre os casos de crianças e adolescentes em situação de violência sexual, informou que não são feitas, visto que estes casos são bastante raros no Município. A ser analisado o registro das ocorrências correspondente ao período

de janeiro de 2004 a maio de 2005 verificou-se que ocorrera apenas um caso de violência sexual, que estava tipificado como atentado violento ao pudor. Contudo, o mesmo caso encontrava-se descrito num quadro estatístico da instituição como estupro como se pode constatar na tabela 43 abaixo.

Tabela 43 Total de notificações, segundo tipologia, sexo e faixa etária, registradas na Delegacia Metropolitana de Itaitinga em 2004-2005

FAIXA ETÁRIA/ TIPOLOGIA	0 A 06		07 A 12		13 A 15		16 a 18	
	FEM	MAS	FEM	MAS	FEM	MAS	FEM	MAS
ESTUPRO	--	--	--	--	01	--	--	--
TOTAL	01							

Fonte: Pesquisa direta na Delegacia Metropolitana de Itaitinga, 2005.

4.2.8 MARACANAÚ

4.2.8.1 Conselho Tutelar e SOS Criança/Família

No Município de Maracanaú, até maio de 2005, as denúncias de violação de direitos das crianças e adolescentes, dentre elas a violência sexual, eram realizadas através de um serviço denominado Recepção, que funciona no mesmo prédio do Conselho Tutelar e S.O.S Criança, localizado à Rua 04, nº.215 – Conj. Jereissati I. Na Recepção eram realizadas as triagens dos casos e de acordo com as tipologias eram encaminhados para uma das referidas instituições. Essa foi uma forma encontrada por ambas para que se pudesse viabilizar o atendimento às demandas.

Contudo, após a realização de uma discussão promovida pela Secretaria de Assistência Social e Cidadania do Município acerca do sistema de notificação até então instituído, ficou acordado que a Recepção receberia a denúncia (pessoalmente ou através do 0800) e encaminharia diretamente para o Conselho Tutelar, visto esta ser a instituição responsável por realizar encaminhamentos e acionar a rede de atendimento e responsabilização. Desta forma, o Conselho Tutelar passou a ser considerado a principal porta de entrada dos crimes sexuais praticados contra crianças e adolescentes denunciados no Município. Ao S.O.S caberia a retaguarda de atendimento e acompanhamento.

A maioria dos casos é encaminhada ao S.O.S Criança/Família para realização de visita domiciliar e acompanhamento, mas, em alguns casos a porta de entrada é o próprio S.O.S, através do Setor de Serviço Social, durante os atendimentos sociais.

Ao analisar os procedimentos técnico-metodológicos utilizados para notificar e encaminhar os casos denunciados em 2004 e 2005 junto ao Conselho Tutelar, percebeu-se que estes advinham quase que prioritariamente das Delegacias de Polícia existentes no município, cabendo ao Conselho Tutelar os encaminhamentos ao S.O.S Criança e a elaboração de relatórios para o Ministério Público. Acredita-se que isso se deve à desinformação da população acerca de quem acionar inicialmente, ocasionada pela inadequada ou inexistente divulgação do trabalho desenvolvido pelo Conselho.

Na análise dos relatórios acerca dos casos (notificações), constatou-se que alguns continham informações sobre o percurso das denúncias e os encaminhamentos realizados, desde a denúncia na recepção ou através do disque-denúncia (0800), relatório das visitas domiciliares, encaminhamento ao S.O.S Criança, às Delegacias, IML e abrigos, cópias dos BO's e boletins do IML, até as providências no Ministério Público. Estas informações sobre os encaminhamentos adotados pela instituição são fundamentais para verificar que medidas foram tomadas por cada instituição que compõe a rede de enfrentamento e se houve resolubilidade dos casos denunciados.

Contudo, vale ressaltar que estas informações não estavam sistematizadas de forma homogênea por todos os Conselheiros, visto que alguns relatórios encontravam-se sem data e sem as assinaturas dos responsáveis, enquanto que outros não continham os encaminhamentos realizados, demonstrando falta de sistematização da documentação do Conselho Tutelar. Na pasta referente aos casos de violência sexual verificou-se o arquivamento de alguns casos que não se caracterizavam como tal.

O SIPIA (Sistema de Informações para a Infância e Adolescência) foi implementado no Conselho Tutelar, mas o mesmo não está sendo alimentado, devido a problemas ocorridos com o computador (Backup) que ocasionaram a perda de algumas informações. A não alimentação deve-se à falta de capacitação de alguns conselheiros, e,

segundo estes, a grande demanda de atendimento é que inviabiliza a alimentação sistemática dos casos³⁴.

Não há sistematização das informações acerca dos casos denunciados ao Conselho Tutelar. Sobre as estatísticas do Conselho, os conselheiros nos informaram que existiam dados gerais, mostrando um relatório que iria ser enviado para Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI que investiga a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Estado do Ceará.

Essa realidade foi confirmada durante a catalogação caso a caso, realizada pelas pesquisadoras no Livro de Atendimento, onde são notificados os casos e também e nos relatórios dos conselheiros. Ao compará-los com os dados informados no relatório que seria enviado para a Comissão da CPI, no entanto, foram observadas contradições..

As notificações referentes ao ano de 2004, conforme o relatório que seria enviado à CPI correspondia a 38 casos especificados como abuso e exploração sexual. Na coleta realizada pela pesquisadora foram confirmadas 42 notificações, sendo que dessas, 33 constavam nos relatórios e nove só constavam no Livro de Atendimento (sem informações acerca dos encaminhamentos). Nos dados referentes ao ano de 2005, a realidade foi a mesma. Os números oficializados pelo Conselho seriam de 28 casos, mas durante a catalogação foram identificados 33, sendo que desses, 25 constavam nos relatórios e o restante, 8 (oito) só constavam no livro de atendimento. O que demonstra a não sistematização e a pouca confiabilidade das informações acerca dos casos notificados como pode ser observado nas tabelas 44, 45, 46 e 47, respectivamente.

Percebeu-se ainda, a não compilação das informações dos casos denunciados por ano, mês e tipologia. O perfil das crianças e adolescentes vitimizadas e dos vitimizadores não é traçado. Nos instrumentais de notificação não são preenchidos os espaços que contemplam as informações que permitiriam traçar este perfil, principalmente com relação aos vitimizadores. As informações apresentadas nas tabelas 44, 45, 46 e 47 foram organizadas pelos pesquisadores, pois a instituição não dispunha de estatísticas elaboradas.

³⁴ O Conselho está organizando uma proposta à Secretária do Município para solicitar ajuda no processo de

Tabela 44 Notificações recebidas em 2004 (conforme mês, tipologia³⁵, sexo, faixa etária e vitimizador) e encaminhadas através de Relatório pelo Conselho Tutelar de Maracanaú à Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a Exploração Sexual e Comercial de Crianças e Adolescentes no Ceará

MÊS	SEXO/IDADE	TIPOLOGIA	VITIMIZADOR
Julho	F/17	Abuso Sexual	Pai
Outubro	F/12	Violência Sexual I.F ³⁶	Avô
-	F/12	Abuso Sexual	Padrasto
Setembro	F/08	Violência Sexual	-
Maio	F/08	Abuso Sexual	Vizinhos
Maio	F/ 05	Abuso Sexual	Vizinhos
Julho	M/12	Sedução	Vizinhos
Julho	F/05	Abuso Sexual	Vizinho
Junho	M-	Assédio Sexual	-
-	F/ 01 e 6 meses.	Violência Sexual	Vizinho
Junho	F/12	Prostituição	-
Junho	F/14	Violência Sexual	Padrasto
Fevereiro	F/14	Violência Sexual	Pai
Fevereiro	F/15	Violência Sexual	Pai
Fevereiro	F/-	Atentado Violento ao Pudor	Vizinho
Setembro	F/06	Violência Sexual I.F	Pai
Setembro	F/09	Violência Sexual I.F	Pai
Novembro	M/ 06	Atentado Violento ao Pudor	5 Adolescentes
Novembro	F/11	Violência Sexual	Adolescente
Março.	F/13	Abuso Sexual	Padrasto
Abril	F/11	Violência Sexual	Pai
Março	F/11	Abuso Sexual	Padrasto
Março	F/17	Violência Sexual	-
Julho	F/16	Violência Física (Doc. Recepção)	Padrasto
Julho	F/14	Abuso Sexual	Pai
Julho	F/17	Abuso Sexual	Pai
Junho	F/14	Violência Sexual E.F ³⁷	Namorado
Fevereiro	F/14	Violência Sexual	-
Julho	F/14	Violência Sexual E.F	Namorado
Dezembro	F/12	Violência Sexual	Pai
Novembro	M/13	Sedução de Menor/ Atentado Violento ao Pudor	Professor
Junho	F/15	Abuso Sexual/ Violência Sexual	-
Janeiro	F/ 09	Atentado Violento ao Pudor	Vizinho
TOTAL		33 casos	

Fonte: Pesquisa direta no Conselho Tutelar de Maracanaú, 2005.

reorganização do SIPIA.

³⁵ Tipologia da própria instituição

³⁶ Intra Familiar

³⁷ Extra Familiar

Tabela 45 Notificações recebidas conforme tipologia³⁸, sexo e faixa etária, registradas no Livro de Atendimento do Conselho Tutelar de Maracanaú em 2004.

SEXO IDADE	TIPOLOGIA
Feminino / 14 anos	Violência Sexual
Feminino/ --	Violência Sexual
Masculino / 09 anos	Violência Sexual
Feminino /09 anos	Abuso Sexual
Feminino /15 anos	Abuso Sexual
Feminino /17 anos	Exploração Sexual
Masculino /16 anos	Aliciamento
Masculino /16 anos	Violência Sexual
Feminino /10 anos	Aliciamento
TOTAL	09 casos

Fonte: Pesquisa direta no Conselho Tutelar de Maracanaú, 2005.

Tabela 46 Notificações recebidas em 2005 (conforme mês, tipologia³⁹, sexo, faixa etária e vitimizador) e encaminhadas através de Relatório pelo Conselho Tutelar de Maracanaú à Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a Exploração Sexual e Comercial de Criança e Adolescentes no Ceará

MÊS	SEXO/IDADE	TIPOLOGIA	VITIMIZADOR
Junho	M/12	Exploração Sexual	Vizinho
Maio	F/06	Abuso Sexual	Padrinho
Abril	M/12	Abuso Sexual	Professor
Abril	M/12	Abuso Sexual	Professor
Abril	M/11	Abuso Sexual	Professor
Abril	M/14	Abuso Sexual	Professor
Abril	F/ 09	Abuso Sexual	Padrinho
Fevereiro	M/09	Abuso Sexual	Vizinho
Fevereiro	F/07	Abuso Sexual	Irmão
Março	F/11	Abuso Sexual	Padrasto
Março	F/08	Abuso Sexual	Padrasto
Janeiro	F/14	Abuso Sexual	Pai
Maio	F/07	Abuso Sexual	-
Janeiro	F/14	Abuso Sexual	Padrasto
Fevereiro	F/13	Abuso Sexual	Namorado
Maio	F/05	Abuso Sexual	Vizinho
Janeiro	F/17	Abuso Sexual	Vizinho
Janeiro	F/15	Abuso Sexual	Pai
Janeiro	F14	Abuso Sexual	Pai
Maio	F15	Abuso Sexual	Patrão
Março	M-	Abuso Sexual	Padrasto
Fevereiro	F/16	Abuso Sexual	Genitor
Março	F/08	Abuso Sexual	Vizinho
Junho	F/10	Exploração Sexual	Vizinho
Junho	F/11	Exploração Sexual	Vizinho
TOTAL		25 casos	

Fonte: Pesquisa direta no Conselho Tutelar de Maracanaú, 2005.

³⁸ Tipologia da própria instituição.

³⁹ Tipologia da própria instituição.

Tabela 47 Notificações recebidas conforme tipologia⁴⁰, sexo e faixa etária, registradas no Livro de Atendimento do Conselho Tutelar de Maracanaú em 2005.

SEXO IDADE	TIPOLOGIA
Masculino / 06 anos	Violência Sexual
Feminino/ 06 anos	Violência Sexual
Feminino/ 16 anos	--
Feminino /14 anos	Violência Sexual
Masculino / 13 anos	Violência Sexual
Feminino / 09 anos	Aliciamento
Masculino /06 anos	Exposição de Filmes Pornô
Feminino /16 anos	Sedução
TOTAL	09 casos

Fonte: Pesquisa direta no Conselho Tutelar de Maracanaú, 2005.

No S.O.S Criança, assim como no Conselho Tutelar, as denúncias podem ser feitas através de um Disque-Denúncia (0800) e do serviço de Recepção, já ressaltado anteriormente. Após a denúncia o caso é encaminhado para o Conselho Tutelar realizar os devidos encaminhamentos - para Delegacia, IML e 4ª. Vara (Juizado Especial da Infância e Adolescência), posteriormente retorna para o Setor de Serviço Social do S.O.S Criança, onde são realizadas visitas domiciliares, acompanhamento de alguns casos e elaborados relatórios que muitas vezes subsidiam os inquéritos policiais e o atendimento psicológico.

A sistematização das informações referentes aos casos denunciados no Conselho Tutelar e S.O.S Criança advém do Livro de Atendimento, instrumento utilizado para notificação, que é preenchido pelos profissionais do serviço de Recepção. Portanto, as estatísticas do S.O.S Criança e Conselho Tutelar são as mesmas.

No Município, existe um outro serviço de notificação dos crimes sexuais – a Comissão de Prevenção aos Maus-Tratos contra Crianças e Adolescentes⁴¹ – instalada no Hospital Municipal.

⁴⁰ Tipologia da própria instituição.

⁴¹ Essa proposta surgiu a partir do conhecimento da Lei n° 12.242 de Janeiro de 1994 do então Deputado Estadual Mario Mamede(PT), ex-presidente da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará. A Lei dispõe sobre a implantação de Comissão de maus tratos contra Crianças e Adolescentes nos Hospitais Públicos do Ceará. E da portaria n° 1968/2002 do Ministério da Saúde, tornando obrigatório para todas as instituições públicas ou conveniadas do Sistema Único de Saúde (SUS) em todo território nacional o preenchimento da ficha de notificação compulsória e seu encaminhamento aos órgãos competentes.

Vale ressaltar que o Município dispõe de um abrigo domiciliar, como medida de proteção e defesa oferecida às vítimas e seus familiares. Os serviços de notificação como o Disque-denúncia (0800) são divulgados através da mídia local, oficinas e palestras realizadas pelos profissionais. São realizadas campanhas municipais com vistas à conscientização, mobilização e organização da sociedade civil em relação à problemática.

4.2.8.2 Delegacias de Polícia de Maracanaú

O município de Maracanaú dispõe de uma delegacia metropolitana e cinco delegacias distritais de polícia localizadas respectivamente em diferentes bairros, quais sejam: Conjunto Industrial, Acaracuzinho, Pajuçara, Timbó, Novo Maracanaú e Conjunto Jereissati I. Vale ressaltar que em todas as delegacias foi demonstrada boa receptividade à pesquisa, apesar disso, apenas uma delegacia distrital permitiu o acesso às suas estatísticas. Nas demais foi negado o acesso dos pesquisadores aos BOs, Livros de Tombo e ao SIP, ou seja, aos instrumentos de registro de ocorrências policiais que poderiam ser consultados pelos pesquisadores.

A principal alegação dos delegados para a restrição ao acesso é que não existiam estatísticas sobre os casos específicos de crimes cometidos contra criança e adolescentes, as estatísticas eram gerais. Porém, sabe-se que a consulta a esses instrumentais é reveladora das denúncias feitas (como foi possível constatar em outras delegacias de polícia onde o acesso foi permitido), uma vez que não há denúncia que não seja especificada e nem crime sem vitimizado e vitimizador. Sabe-se, ainda, que a alegada especificidade estatística pode ser fornecida pelo SIP, BOs e Livros de Tombo das delegacias.

4.2.8.3 Delegacia Metropolitana de Maracanaú

A Delegacia fica localizada no Conjunto Jereissati I, nº. 40. A equipe dessa delegacia é composta por um delegado titular, quatro plantonistas, uma substituta e 38 policiais ininterruptos. O instrumental de notificação são os Boletins de Ocorrência. As estatísticas são gerais, não especificando os crimes cometidos contra crianças e adolescentes.

O fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes é compreendido como sendo conseqüência da falta de estrutura familiar, os pais não orientam e não têm atenção com os filhos, o aumento da miséria e do desemprego foram alguns dos aspectos citados como antecedentes históricos. *“Não se têm controle de natalidade e não existe prevenção, as pessoas só procuram a delegacia e o C.T. quando o caso já aconteceu, e às vezes já aconteceu há vários dias dificultado os exames do IML”*.

Quando indagada sobre as estatísticas e os casos notificados, a delegada nos informou não existirem estatísticas sobre os casos específicos da pesquisa. E não fez referência a nenhum caso de violência sexual cometido no Município, fazendo sempre referência às questões que envolviam adolescentes infratores (crianças e adolescente envolvidos com furtos, drogas...). A delegada foi sempre objetiva em suas respostas, quase sempre ilustrando as respostas com exemplos e vivência de sua atividade profissional cotidiana. Na delegacia não tivemos acesso às estatísticas e ocorrências policiais.

Acerca da dinâmica de notificação dos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, foi apresentado o seguinte percurso da denúncia 1. Notificação (BO), 2. IML (laudo); 3. levantamento de dados sobre o caso; 4. instauração de inquérito; 5. Poder Judiciário.

Vale ressaltar que a delegada citou o Conselho Tutelar como outro serviço de notificação no Município e o SOS Criança/Família como serviço de proteção e defesa oferecidos a crianças e adolescentes vitimizados sexualmente.

4.2.8.4 Delegacia de Polícia do Conjunto Industrial – 14º Distrito Policial

A Delegacia fica localizada à Rua 10, s/n - Conj. Industrial. Sua equipe é composta por um delegado titular, dois escrivães e cinco inspetores. O instrumental de notificação são os Boletins de Ocorrência. Esta delegacia, segundo informações do delegado não dispõe de estatísticas sistematizadas sobre os casos de violência sexual.

Em relação às respostas dos questionários o delegado⁴² foi sempre muito objetivo e nas questões correspondentes aos conceitos o mesmo respondia com exemplos, referindo-se à questão da violência sexual “*como uma falta de educação, cultura e falta de orientação dos pais. E os fatores que podem ser considerados como precedentes históricos: a modernidade, televisão e falta de acesso à educação*”.

Foi percebida certa sensibilização do entrevistado com relação ao tema da pesquisa, tendo ressaltado a importância do Conselho Tutelar na prevenção dos casos, a forma de receber a denúncia e assegurar o sigilo nos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, para se evitar qualquer tipo de constrangimento para os vitimizados.

Vale enfatizar que o entrevistado, em momento algum, mencionou o trabalho do SOS Criança/ Família, referiu-se somente ao Conselho Tutelar como outro serviço de notificação de violência sexual contra crianças e adolescentes no Município e retaguarda de atendimento.

Finalizando, o entrevistado ressaltou que para se desenvolver um trabalho efetivo e positivo para esses casos é preciso ter vontade política e proporcionar meios para isso, como capacitação, preparação de pessoal nas Delegacias, Conselhos Tutelares e Ministério Público, além de viabilizar o Estatuto da Criança e Adolescente.

4.2.8.5 Delegacia de Polícia do Acaracuzinho – 20º Distrito Policial

A Delegacia fica localizada à Rua 101, nº. 2 – Conj. Acaracuzinho. Sua equipe técnica é composta por um delegado, um escrivão e oito inspetores. O instrumental de notificação são os Boletins de Ocorrência.

Acerca da dinâmica de notificação dos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, foi apresentado o seguinte percurso da denúncia: 1. Notificação; 2. IML (laudo); 3. levantamento de dados sobre o caso; 4. instauração de inquérito; 5. poder judiciário.

⁴² O delegado titular se mostrou bastante disponível para responder ao questionário. A entrevista foi feita no momento em que a delegacia estava em paralisação devido à greve dos delegados.

Para o policial entrevistado a principal porta de entrada seria a DCECA (Delegacia de Combate à Exploração da Criança e do Adolescente), declarando ainda, que deveria ser instituído um sistema único de notificação para que houvesse um controle central e estatístico sobre a questão. Isso também poderia ser feito, em sua opinião, com a inclusão de um item que tornasse mais clara a identificação da problemática, auxiliando na especificação desses casos e aperfeiçoando o SIP (Sistema de Informação Policial).

A compreensão do fenômeno da violência foi colocada como “*um abuso de pessoas da família ou não e que tem idade bem superior à vítima e que se aproveitam destas*”. O entrevistado apontou como fatores que contribuem para a ocorrência do fenômeno “*a educação, não só a formal da escola, mas familiar, falta de acompanhamento dos pais e uso de drogas*”.

A delegacia disponibilizou dados estatísticos gerais sem especificar a violência cometida contra crianças e adolescentes. Contudo, foi disponibilizado também o Livro de Tombo, para catalogação de maiores informações e para traçar o perfil sócio-econômico e familiar das crianças e adolescentes vitimizados. Através da consulta ao Livro foram catalogados 11 casos de interesse da pesquisa nos anos de 2004 e 2005. Os dados catalogados estão demonstrados nas tabelas 48 e 49.

Tabela 48 Ocorrências registradas no livro de tomo da Delegacia de Polícia do Acaracuzinho em 2004.

2004			
MÊS	SEXO IDADE	TIPOLOGIA	VITIMIZADOR
Março	F/14	Atentado Violento ao Pudor	Pai
Março	F/--	Atentado Violento ao Pudor	Padrasto
Abril	F/--	Corrupção de Menor	Casal
Abril	F/--	Prostituição	--
Abril	F / 07	Atentado Violento ao Pudor	--
Julho	F/--	Sedução	--
Setembro	F/--	Estupro	Desconhecidos
Setembro	F/--	Estupro	Desconhecidos
Setembro	F/--	Estupro	Desconhecidos
TOTAL		09 casos	

Fonte: Pesquisa direta no Livro de Tombo da Delegacia de Polícia do Acaracuzinho, 2005.

Tabela 49 Ocorrências registradas no livro de tombo da Delegacia de Polícia do Acaracuzinho em 2005.

2005			
MÊS	SEXO IDADE	TIPOLOGIA	AGRESSOR
Janeiro	F/--	Abuso Sexual (Estupro)	Padrasto
Fevereiro	F/--	Estupro	Pai
TOTAL		03 casos	

Fonte: Pesquisa direta no Livro de Tombo da Delegacia de Polícia do Acaracuzinho, 2005.

Os casos registrados no livro de Tombo, segundo o policial, são os casos que geraram inquérito e que foram passados ao Poder Judiciário. Como antes mencionado as informações do livro são restritas, não contemplando informações suficientes para traçar o perfil dos vitimizados e vitimizadores.

4.2.8.6 Delegacia de Polícia da Pajuçara – 29º Distrito Policial

A Equipe técnica da Delegacia é composta por um delegado, um escrivão e sete inspetores. O delegado entrevistado ressaltou a precariedade da instituição: *“só existem sete inspetores para investigar os casos, o material de expediente é escasso e as instalações físicas são precárias para suprir as demandas que são recebidas pela delegacia diariamente, principalmente assassinatos”*.

O instrumental de notificação são os Boletins de Ocorrência. A Delegacia não dispõe de estatísticas sistematizadas e o SIP (Sistema de Informações da Polícia) ainda não havia sido implantado.

Acerca da dinâmica de notificação dos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, foi apresentado o seguinte percurso da denúncia 1. Notificação; 2. IML (laudo); 3. levantamento de dados sobre o caso; 4. instauração de inquérito e 5. Poder Judiciário.

Vale ressaltar que o entrevistado exaltou o trabalho realizado pelo SOS Criança/Família e Conselho Tutelar no atendimento às crianças e adolescentes no Município, demonstrando, desta forma, conhecimento acerca da rede de enfrentamento da violência sexual.

No que se refere às respostas dos questionários o delegado⁴³ se mostrou objetivo e nas questões mais conceituais respondia com exemplos (essa parece ser uma característica policial), ao abordar a violência sexual a definiu “*como uma questão que advém de falta de informação e desestruturação familiar e carência de valores morais*”. Os fatores que podem ser considerados como antecedentes históricos foram pontuados como sendo: “*Distanciamento das religiões (religiosidade, qualquer que seja) e desestruturação familiar e situação financeira precária*”.

4.2.8.7 Delegacia de Polícia do Novo Maracanaú – 28º Distrito Policial

A Delegacia fica localizada à Rua 10, s/nº. A equipe da delegacia é constituída por dois delegados, dois escrivães e sete inspetores. Conforme o policial entrevistado, a dinâmica de notificação dos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes reflete o seguinte percurso da denúncia: Registro do B.O (Boletim de Ocorrência), se deixar vestígios, encaminha-se para o IML para materializar o vestígio; coleta de informações (depoimento) das testemunhas, vítimas, agressor; instauração de inquérito. Por fim, encaminhamento ao juiz e ao ministério público que oferece a denúncia ou não, e então o inquérito policial passa a ser um processo.

A respeito das estatísticas, o policial entrevistado disponibilizou dados quantitativos gerais, pois na delegacia não havia casos de violência sexual notificados.

A compreensão do fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes foi percebida pelo entrevistado como “*uma questão familiar, desatenção por parte dos pais, uso de drogas, falta de observância nas escolas públicas, falta de prevenção, adicionou também o fato que nas famílias de hoje as mães, na maioria das vezes trabalham o dia todo fora e não acompanham os filhos e que as pessoas que abusam dessas crianças e ou adolescentes acabam aproveitando desses descuidos e começam a ludibriar com (bombons, presentinhos), assim as crianças, com o tempo, já estarão envolvidas e depois começam a ser ameaçadas.*”

⁴³ O delegado titular da distrital se mostrou bastante disponível para responder ao questionário. A entrevista foi feita no momento em que a delegacia estava paralisada devido à greve dos delegados.

4.2.8.8 Delegacia de Polícia do Timbó – 21º Distrito Policial

A Delegacia fica localizada à Rua 118, nº. 351. A Equipe Técnica da instituição é constituída por 11 servidores: dois Delegados (um Titular e um Plantonista), dois escrivães e sete inspetores.

Não foi disponibilizada estatística a respeito de casos de relevância da pesquisa. Com relação às providências e encaminhamentos tomados após a notificação são: Notificação (B.O – Boletim de Ocorrência), requisição de perícias (IML), oitiva de testemunhas, declarações da vítima, qualificação e interrogatório do indiciado (acusado), instaura-se um inquérito policial que é encaminhado para a Justiça e o juiz dá vistas ao Ministério Público .

O policial entrevistado compreende o fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes como um crime tentado ou consumado que é consequência das desigualdades sociais, onde há carência na educação, habitação, desemprego, carência sócio-econômica.

4.2.9 MARANGUAPE

No município existem apenas duas instituições de interesse da pesquisa, quais sejam: Conselho Tutelar e Delegacia de Polícia. Não existe SOS Criança e o Projeto Sentinela encontra-se em fase de implantação.

4.2.9.1 Conselho Tutelar

O Conselho Tutelar do Município fica localizado na Avenida Stênio Gomes, 405 - Parque Iracema. O Conselho Tutelar de Maranguape funciona na Câmara de Conselhos Populares, juntamente com os demais conselhos Municipais, que perfazem um total de quatorze conselhos, tais como o Conselho Municipal de Saúde, Meio Ambiente, Educação, Assistência Social, dentre outros. Funciona em Parceria com o Núcleo da Criança e do Adolescente, a Secretaria Municipal de Inclusão Social, Defensoria Pública, Escolas (públicas e privadas) e demais instituições municipais que têm como clientela crianças e adolescentes.

O funcionamento do conselho acontece durante o turno matutino, e, aos sábados, são desenvolvidas outras atividades, tais como, visitas domiciliares, notificação dos casos, visitas as escolas, audiências, etc.

Segundo os conselheiros, o cotidiano da instituição é marcado por dificuldades uma vez que as condições de trabalho são bastante precárias⁴⁴ e a sociedade não sente muita confiança no trabalho dos conselheiros. Contudo, a procura da sociedade para a resolução de problemas que são de responsabilidade do Conselho tem sido muito elevada. O Conselho é procurado para informar sobre os direitos da criança, problemas relacionados à evasão escolar, crianças em situação de rua, advertência sobre o uso de substâncias entorpecentes, informes à família sobre a conduta de algumas crianças e adolescentes, dentre outros.

O Conselho Tutelar de Maranguape possui o SIPIA (Sistema de Informações), que, segundo os conselheiros é alimentado. Contudo, nem todos os conselheiros sabem operar o sistema. Dentre os membros da atual gestão que teve início em março (2005), apenas um, dos cinco conselheiros, tem domínio sobre o programa, tendo que repassar para os companheiros de trabalho recém eleitos. Embora passem por um curso de capacitação, promovido pelo Núcleo de Informática da Secretaria de Ação Social do Estado do Ceará, os conselheiros recém eleitos passam a adquirir intimidade com o sistema somente depois de práticas constantes, e, neste ínterim muitas informações são registradas inadequadamente, pelo fato de não entenderem o sistema. Isso causa dificuldades no momento de gerar as estatísticas.

Periodicamente (trimestralmente) é enviado ao poder público estadual um disquete com todas as informações, bem como à esfera federal através da *internet*. A importância das informações contidas no SIPIA, segundo um dos conselheiros, fornece um diagnóstico do fenômeno, que pode ser utilizado para a elaboração de políticas públicas voltadas à infância e à juventude. As informações que foram disponibilizadas não contemplam o perfil sócio-econômico e familiar dos vitimizados e vitimizadores.

⁴⁴ Percebe-se a escassez de recursos materiais e de pessoal para a realização de um trabalho efetivo de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes. Destaca-se, por exemplo, a impossibilidade de realizar visitas domiciliares pela falta de transporte e combustível para atender a demanda, sendo preciso priorizar alguns casos.

No que concerne às estatísticas sobre crianças e adolescentes em situação de violência sexual, a Instituição disponibilizou os dados contidos nas tabelas 50 e 51.

Tabela 50 Ocorrências registradas pelo Conselho Tutelar de Maranguape em 2004.

MÊS/ANO	TIPOLOGIA DO CONSELHO TUTELAR	IDADE /SEXO DA VÍTIMA
Jan/2004	Abuso Sexual	8 anos (2) 10 anos (1) /Fem
Fev/2004	Abuso Sexual	9 anos (2) 13 anos (2) /Fem
Mar/2004	Abuso Sexual	7 anos (1) / Mas
Abr/2004	--	--
Mai/2004	Exploração Sexual	13 anos (1) 15 anos (3) --
Jun	Abuso Sexual	4 anos (2) 15 anos (3) 13 anos (1)
Jul	Exploração Sexual	15 anos (2)
Ago	Abuso Sexual	8 anos (1)
Set	Abuso Sexual	5 anos (2)
Out	Abuso Sexual	9 anos (2) 8 anos (3) 5 anos (1)
Nov	Exploração Sexual	15 anos (1) 13 anos (1)
Dez	Abuso Sexual	4 anos (2) 6 anos (2)
TOTAL	35 casos	

Fonte: Pesquisa direta no Conselho Tutelar de Maranguape, 2005.

Tabela 51 Ocorrências registradas pelo Conselho Tutelar de Maranguape em 2005.

MÊS/ANO	TIPOLOGIA DO CONSELHO TUTELAR	IDADE/SEXO DA VÍTIMA
Jan/2005	Abuso Sexual (1)	9/F
Fev/2005	--	--
Mar/2005	Abuso Sexual (2)	12/F
Abr/2005	Abuso Sexual (1)	12/F
Mai/2005	--	--
TOTAL	04 casos	

Fonte: Pesquisa direta no Conselho Tutelar de Maranguape, 2005.

Questionados sobre os encaminhamentos realizados após a notificação dos casos de violência sexual contra crianças e adolescente, os conselheiros responderam que o Conselho encaminha para delegacia, acompanha os vitimizados para o IML. Quando necessário, são realizados acompanhamentos domiciliares, bem como, tratamento psicológico no Centro de Atenção Psicossocial - CAPS, já que o município não dispõe de instituições de atendimento psicossocial, como foi mencionado anteriormente.

Os Conselheiros destacam a importância da retaguarda de atendimento, defesa de direitos e responsabilização para a atuação de forma integrada, o que possibilitaria assegurar e proteger os direitos da criança, dando mais segurança, proporcionando assim um acompanhamento sistemático com suporte psicológico e atenção integral.

4.2.9.2 Delegacia Metropolitana de Maranguape

Na delegacia não houve boa receptividade, o delegado titular, alegando desinformação acerca do fenômeno da violência sexual, não se dispôs a responder ao questionário e passou esta atribuição a um outro policial. Para o delegado, *“o ideal seria que existisse um órgão especializado como uma delegacia própria para esse tipo de violência, uma delegacia apropriada no município que trabalhasse com essa questão”*. Comentou ainda que, *“aqui se trabalha com o bolo todo, sendo difícil fatiá-lo”*.

Com relação às estatísticas, o policial designado informou que são organizadas de forma geral, não havendo especificação dos casos de violência sexual cometidos contra crianças e adolescentes.

No município, as ações de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes são desenvolvidas de maneira sistemática através de campanhas preventivas, debates nos meios de comunicação local, grupos de estudo sobre a problemática e palestras nas escolas juntamente com os pais e professores.

Como medida de proteção às vítimas e aos seus familiares, o município não dispõe de programas como SOS Criança/Família e Sentinela. No entanto, a retaguarda de atendimento psicossocial é realizada no CAPS para os vitimizados e suas famílias. Como medidas de proteção o município conta com o Programa de Família Substituta.

É importante destacar que existe no município o interesse em esclarecer a sociedade sobre a problemática da violência sexual contra crianças e adolescentes, iniciativa tomada pelo Núcleo da Criança e do Adolescente da Secretaria Municipal de Inclusão Social.

4.2.10 PACAJUS

4.2.10.1 Conselho Tutelar

O Conselho Tutelar de Pacajus fica situado à Rua Mamede Nogueira nº. 467, Centro. A instituição não possui SIPIA implantado. Apesar de os representantes da instituição não terem apresentado resistência à pesquisa, sendo, pelo contrário, bastante receptivos, foi evidenciado o desconhecimento em relação a vários conceitos relacionados ao fenômeno, em especial às questões sobre a retaguarda de atendimento, defesa de direitos e responsabilização além do não conhecimento acerca do significado dos termos “porta de entrada” e instrumento de notificação.

Sobre o perfil dos abusadores foi notória a demonstração de juízos de valor, como pode ser percebido na seguinte fala: *“são pessoas sem alma sabe... pessoas de uma índole muito baixa, pessoas que não se preocupam nem consigo mesmas (...) eu acho que quando chega a esse ponto é porque é uma pessoa que não merece nem viver”*.

Quanto às estatísticas, afirmou-se existir a sistematização dos dados através do registro das ocorrências e da elaboração de relatórios enviados a cada bimestre ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. No entanto, foi verificado que a instituição possui apenas dois relatórios referentes ao ano de 2004 em seus arquivos. Tais cópias, além disso, não propiciam a coleta de informações precisas quanto à estatística dos casos atendidos pela instituição. Foi evidenciado pelos interlocutores que as demais informações não foram repassadas pela gestão anterior do Conselho Tutelar.

Após a análise dos registros de ocorrência observou-se o descuido com o preenchimento de dados como idade da vítima, dados sobre o agressor, dentre outros. No histórico do caso observou-se que não é realizado o detalhamento dos casos, evidenciando falta de conhecimento quanto à legislação vigente, o que impossibilita a realização da

tipificação de ocorrências. Outro dado importante é que não há em todos os históricos dos casos denunciados o registro do fluxo de encaminhamentos realizado pela instituição. Também foi observado que esse acompanhamento, quando realizados é feito, fica a cargo do conselheiro responsável pelo caso.

No município o Conselho Tutelar nem sempre se configura como “porta de entrada” dos casos denunciados. Quando a denúncia chega ao Conselho Tutelar muitas vezes já passou pela Delegacia e pelo IML.

A estatística foi levantada a partir dos dados contidos nos registros de ocorrências no ano de 2004 e até junho de 2005 como podemos observar nas tabelas 52 e 53 respectivamente.

Tabela 52 Total de notificações recebidas conforme mês e tipologia⁴⁵, sexo e faixa etária, registradas no Conselho Tutelar de Pacajus em 2004.

TIPO/ FAIXA ETÁRIA	ATENTADO VIOLENTO AO PUDOR		TENTATIVA DE ESTUPRO		ESTUPRO		EXIBICIONISMO		EXPLORA ÇÃO. SEXUAL	
	FEM	MAS	FEM	MAS	FEM	MAS	FEM	MAS	FEM	MAS
0 A 6	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
7 A 12	01	--	--	--	--	--	--	--	--	--
13 A 15	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
16 A 18	--	--	--	--	--	--	--	--	02	--
SEM INF	01	--	--	--	01	--	02	--	--	--
TOTAL	02	--	--	--	01	--	02	--	02	--

Fonte: Pesquisa direta no Conselho Tutelar de Pacajus, 2005.

Tabela 53 Total de notificações recebidas conforme mês e tipologia⁴⁶, sexo e faixa etária, registradas no Conselho Tutelar de Pacajus em 2005.

TIPO/ FAIXA ETÁRIA	ATENTADO VIOLENTO AO PUDOR		EXIBICIONISMO		TOTAL
	FEM	MAS	FEM	MAS	
0 A 6	--	--	--	01	01
7 A 12	01	--	--	--	01
13 A 15	--	--	--	--	--
16 A 18	--	--	--	--	--
SEM INF	--	--	--	--	--
TOTAL	01	--	--	01	02

Fonte: Pesquisa direta no Conselho Tutelar de Pacajus, 2005.

⁴⁵ Tipologia da própria instituição.

⁴⁶ Tipologia da própria instituição.

4.2.10.2 Delegacia Municipal de Pacajus

A Delegacia Municipal de Pacajus está situada à Rua Mamede Nogueira s/nº, Centro. A entrevista foi realizada com o delegado, que, apesar de receber bem os pesquisadores de campo não se mostrou muito receptivo quanto à entrevista, o que pode ser exemplificado na seguinte fala:

Bom o que eu posso fazer ou dizer... fica ruim para mim... eu sei que existe... sei que muitas adolescentes aqui estão fazendo prostituição mesmo! E aí depois eu respondo um negócio desses aqui... aí vão dizer; porque que você não combate? Eu não combato em primeiro lugar porque não chega até mim. Elas mesmas querem, são vítimas... são, mas muitas delas são profissionais. Eu posso responder, mas minhas respostas vão ser evasivas.

O entrevistado negou a existência de dados estatísticos relacionadas a violência sexual contra crianças e adolescentes, quando os mesmos já haviam sido repassados por outros policiais num momento anterior da visita de campo. Considerando que o delegado afirmou não possuir nenhum caso notificado na delegacia, os pesquisadores ficaram constrangidos em informar ao mesmo sobre as estatísticas anteriormente fornecidas. Quando perguntado sobre as formas de violência sexual praticadas contra crianças e adolescentes encontradas no município, o delegado afirmou ter conhecimento da existência de casos, porém, garantiu que não existiam casos registrados na delegacia, ressaltando que só chegou a efetuar um procedimento de abuso sexual extra-familiar.

Sobre a variação do fenômeno nos últimos anos, o delegado declarou não ter como responder pelo fato de estar na delegacia há apenas sete meses, porém, no momento anterior da pesquisa, um outro policial havia relatado aos pesquisadores ser esta a segunda vez que o delegado assumia a delegacia, ressaltando que o mesmo, por trabalhar e residir no município teria total conhecimento acerca dos casos.

O delegado demonstrou também falta de conhecimento quando questionado sobre a influência da desigualdade de gênero para a existência de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, ao fazer a seguinte pergunta: “*desigualdade de qual gênero você diz?*”.

Quanto aos procedimentos realizados e possíveis encaminhamentos ao Conselho Tutelar o entrevistado colocou que tudo era realizado conforme a legislação e que

todos os casos era enviados àquela instituição, porém não foi isso que foi presenciado pelos pesquisadores. Na primeira visita realizada à instituição, um policial relatou ter registrado naquele mesmo dia um caso de atentado violento ao pudor cometido por uma adolescente do sexo feminino, de 14 anos de idade, contra uma criança do sexo masculino de quatro anos de idade. O policial informou ainda, que a vítima foi encaminhada ao IML para realização de exame. Os pesquisadores tinham visitado o Conselho Tutelar no mesmo dia e não foram informados sobre a denúncia. No entanto ao retornarem ao conselho para saber se havia alguma informação sobre a referida denúncia, estes se depararam com a vítima que estava acompanhada da mãe, ambos orientados pelo IML quanto à necessidade de encaminhamento do caso ao Conselho Tutelar. Orientação essa que deveria ter sido feita pela delegacia.

Foi notório o desconhecimento por parte do delegado entrevistado sobre o significado de conceitos como rede de atendimento, defesa de direitos e responsabilização, colocando que a delegacia só seria responsável pela defesa de direitos, as outras ações estariam sob a responsabilidade de outras instituições, mas que uma não teria correlação com a outra. Ressalta-se ainda a falta de conhecimento quanto ao termo “porta de entrada”, e mesmo quando esclarecido acerca do conceito continuou respondendo de forma confusa.

Quanto aos dados estatísticos somente foi permitido o acesso dos pesquisadores ao quadro estatístico elaborado pelos policiais, nestes não estavam especificados dados relativos ao sexo e idade tanto da vítima como do vitimizador. Os pesquisadores foram informados que tais dados só poderiam ser catalogados junto aos Boletins de Ocorrências e que estes não estavam organizados por tipologias de delitos. Seria necessário, portanto, verificar os BO's registrados nos arquivos, um por um. O acesso aos BO's não foi permitido pelo delegado. Os dados fornecidos pelos policiais estão contidos nas tabelas 54 e 55.

Tabela 54 Total de notificações recebidas conforme mês e tipologia⁴⁷, registradas na Delegacia Municipal de Pacajus em 2004.

TIPOLOGIA/ MÊS	ABUSO SEXUAL	ESTUPRO	TOTAL
Mar	02	--	02

⁴⁷ Tipologia da própria instituição.

TIPOLOGIA/ MÊS	ABUSO SEXUAL	ESTUPRO	TOTAL
Abr	01	--	01
Out	--	01	01
TOTAL	03	01	04

Fonte: Pesquisa direta na Delegacia Municipal de Pacajus, 2005.

Tabela 55 Total de notificações recebidas conforme mês e tipologia⁴⁸, registradas na Delegacia Municipal de Pacajus em 2005.

TIPOLOGIA/ MÊS	TENTATIVA DE ESTUPRO	ESTUPRO	SEDUÇÃO	TOTAL
Fev	--	01	--	01
Mar	02	--	--	02
Abr	--	--	01	01
Out	--	01	--	01
TOTAL	02	02	01	05

Fonte: Pesquisa direta na Delegacia Municipal de Pacajus, 2005.

4.2.11 PACATUBA

4.2.11.1 Conselho Tutelar

O Conselho Tutelar de Pacatuba possui sede própria e boa estrutura física, dispondo de um computador, sala climatizada e o apoio técnico de uma psicóloga. Funciona sistematicamente de 8:00h às 12:00h, pois à tarde os conselheiros não atendem na sede, afirmando destinar esse período à realização de visitas domiciliares e institucionais. O não funcionamento do Conselho Tutelar em regime integral dificulta e impede a atenção imediata e urgente, necessária em muitas das situações de violência sexual cometidas contra crianças e adolescentes.

O SIPIA (Sistema de Informações para Infância e Adolescência) foi implantado no Conselho Tutelar de Pacatuba em 2005. Duas conselheiras participaram em Fortaleza de um curso de dois dias oferecido pela SAS (Secretaria de Ação Social do Estado) para conhecer e operacionalizar o Sistema. Porém, na prática, sentiram dificuldades na operacionalização e no repasse para os outros Conselheiros. Assim, o SIPIA, até o momento, não está sendo alimentado. Para os conselheiros, com a alimentação do SIPIA o atendimento fica demorado, pois o programa trava na falta de alguma informação. Esta realidade denota falha na capacitação e qualificação dos conselheiros quanto à

operacionalização do SIPIA, e a conseqüente não acessibilidade das informações contidas no Sistema.

O único documento com informações sobre as notificações é o Livro de Registro dos Atendimentos, sendo este o principal instrumento de documentação dos casos atendidos pelo Conselho Tutelar. Ao analisá-lo pôde-se perceber a quase inexistência de informações acerca dos encaminhamentos adotados pela instituição. As informações restringem-se somente à descrição da maneira que a denúncia foi relatada pelo denunciante. Não são especificadas de forma sistemática as informações que possibilitem traçar o perfil das crianças e adolescentes vitimizados, suas famílias e vitimizadores.

As informações apresentadas nas tabelas abaixo foram organizadas pelos pesquisadores, através do Livro de Atendimento, pois a instituição não dispunha de estatísticas elaboradas.

Tabela 56 Total de notificações recebidas conforme tipologia⁴⁹, sexo e faixa etária, registradas no Conselho Tutelar de Pacatuba em 2004.

TIPO/ FAIXA ETÁRIA	ABUSO SEXUAL		ALICIAMENTO		ASSÉDIO	
	FEM	MAS	FEM	MAS	FEM	MAS
0 A 06	01	--	--	--	--	--
07 A 12	--	--	01	--	01	--
13 A 15	--	--	--	--	01	--
16 A 18	--	--	--	--	01	--
TOTAL	05					

Fonte: Pesquisa direta no Conselho Tutelar de Pacatuba, 2005.

Tabela 57 Total de notificações recebidas conforme tipologia⁵⁰, sexo e faixa etária, registradas no Conselho Tutelar de Pacatuba em 2005.

TIPO / FAIXA ETÁRIA	VIOLÊNCIA SEXUAL		ABUSO SEXUAL		PROSTITUIÇÃO		ASSÉDIO		TOTAL
	FEM	MAS	FEM	MAS	FEM	MAS	FEM	MAS	
0 A 6	--	--	--	01	--	--	--	--	01
7 A 12	01	--	--	--	01	--	02	--	04
13 A 15	--	--	--	--	--	--	--	--	--
16 A 18	--	--	--	--	--	--	--	--	--
TOTAL	01	--	--	01	01	--	02	--	05

Fonte: Pesquisa direta no Conselho Tutelar de Pacatuba, 2005.

⁴⁸ Tipologia da própria instituição.

⁴⁹ Tipologia da própria instituição.

⁵⁰ Tipologia da própria instituição.

Através da análise das notificações, percebe-se a maneira mecânica como as informações estão anotadas, sendo ressaltado apenas o que foi relatado no momento da denúncia, não apresentando maiores esclarecimentos acerca dos encaminhamentos adotados. Muitos espaços reservados no instrumento de notificação para tais informações encontravam-se sem preenchimento (lacuna). Em outros se constata uma confusão conceitual acerca do fenômeno. Exemplificando esta informação, relata um dos pesquisadores:

*Uma denúncia foi recebida em Agosto de 2004, estava notificado como **aliciamento**, envolvia uma adolescente de 12 anos e o vizinho, porém ao procurá-la no Livro de Atendimento não a encontrei, só tinha o início das informações. Ao questionar a conselheira acerca do caso, esta me informou não ter concluído as informações sobre o caso devido à falta de tempo. Contudo, relatou verbalmente o acontecido: ‘este caso é de um vizinho que alisou, tocou a criança e ficava “brejando” a mesma.*

Outro exemplo refere-se a um caso denunciado no mês de abril de 2005, que, segundo os conselheiros trata-se de “prostituição” ainda não comprovada de 11 adolescentes. Foi dito pelos conselheiros que as adolescentes eram conhecidas como a “gangue da mini-saia”. Conforme entrevista, os encaminhamentos realizados tinham sido visitas domiciliares e o envio de notificação para comparecimento das adolescentes, contudo, estas informações não constavam no Livro de Atendimento.

Durante a entrevista com os conselheiros foi informado que a maioria dos casos notificados é encaminhada ao Ministério Público, sendo poucos os casos que são encaminhados diretamente à delegacia. Segundo os entrevistados, isto se deve à maior rapidez na resolubilidade por parte do Ministério Público. O perfil dos casos encaminhados diretamente para o Ministério Público são os casos de violência física e sexual, ou seja, aqueles que causam constrangimento ou medo à criança e ao adolescente. O que demonstra um descrédito por parte dos conselheiros com relação à instituição policial.

4.2.11.2 Delegacia Metropolitana de Pacatuba

Na Delegacia Metropolitana de Pacatuba houve muita resistência por parte dos profissionais com relação à pesquisa e a realidade da temática pesquisada. Os mesmos insistiam em afirmar a inexistência de casos de violência sexual no Município, declaram várias vezes não haver nenhum caso notificado na delegacia, mas, ao serem indagados

pelos pesquisadores acerca de um caso citado como exemplo no Conselho Tutelar, a escritã respondeu: “*Esse caso foi encaminhado ao IML e o resultado deu negativo, trabalhamos com laudos positivos*”. Com relação a este caso, denunciado em abril de 2005, a conselheira tutelar destacou que a criança e as testemunhas não foram ouvidas na delegacia, mandaram só fazer o exame e como deu negativo não houve inquérito.

Acerca da dinâmica de notificação dos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, o delegado informou que após a denúncia é registrado o B.O. e expedido uma guia para o IML, dependendo do resultado do laudo eram realizados os devidos encaminhamentos, para dar continuação ao inquérito policial.

No município não são oferecidas medidas de proteção às vítimas e seus familiares, os casos que necessitam de abrigos são encaminhados ao Município de Fortaleza e não existe retaguarda de atendimento psicossocial para as vítimas e suas famílias, como S.O.S Criança e Projeto Sentinela.

Com relação ao enfrentamento do fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes não existem ações de políticas públicas no Município. Não há uma divulgação na mídia dos serviços oferecidos pela rede, nem campanhas de esclarecimento sobre a violência sexual.

4.2.12 SÃO GONÇALO DO AMARANTE

4.2.12.1 Conselho Tutelar

O Conselho Tutelar de São Gonçalo do Amarante fica localizado à Rua Francisco Guilherme, nº. 12, Centro. À época da pesquisa de campo, a dinâmica de trabalho dos conselheiros acontecia da seguinte forma: durante a semana, quatro dos conselheiros estavam de plantão e um ficava de sobreaviso. Aos sábados, um conselheiro era responsável pelo plantão e os demais, em regime de sobreaviso. Aos domingos, todos os conselheiros ficavam em alerta, caso houvesse algum chamado emergencial.

No que se refere ao fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes, foi evidenciado pelos representantes desta instituição que o Conselho se vê, por várias vezes, de mãos atadas, visto que o município não dispõe de uma rede sócio-

assistencial bem estruturada para dar apoio às crianças e adolescentes vitimizados por esse fenômeno. O município não possui, sequer, um abrigo domiciliar. Acrescidas a essa dificuldade há, ainda, as questões da burocracia da Justiça e da morosidade da lei que, muitas vezes, contribuem para que as famílias não dêem continuidade à denúncia feita.

Indagado sobre os fatores que podem ser considerados como antecedentes históricos da violência sexual infanto-juvenil, o conselheiro entrevistado respondeu que todos os problemas que afligem a sociedade passam pela “desestruturação” familiar e pelo fato das políticas públicas elaboradas no Brasil assumirem um caráter curativo e não preventivo.

No que diz respeito aos instrumentais utilizados pela Instituição para notificar os casos de violência sexual, o conselheiro observou que os mesmos não se limitam a averiguar apenas a denúncia imediata. Segundo ele, os conselheiros procuram instigar, ao máximo, as pessoas a falarem sobre os seus problemas, de forma que seja possível se constatar se há violação de outros direitos.

Sobre os formulários de notificação da violência sexual, vale ressaltar a ausência de qualquer espaço para identificação dos abusadores/exploradores sexuais de crianças e adolescentes – só foi possível ter acesso a essas informações através do SIPIA. No tocante à operacionalização do SIPIA, foi dito que não há nenhuma dificuldade, inclusive, segundo informações do conselheiro, o monitoramento realizado pelo do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA, em anos anteriores, considerou o SIPIA de São Gonçalo do Amarante como um dos melhores do Ceará no que se refere à sua operacionalização.

Apesar de afirmarem que o SIPIA estaria sendo alimentado, os conselheiros não sabiam obter do sistema um relatório contendo as estatísticas das denúncias e casos acompanhados. Portanto, os próprios representantes não dispõem de uma estatística sobre os casos de violência sexual contra crianças e adolescentes notificados na instituição, fato bastante contraditório, haja vista que a criação do SIPIA não teve como objetivo apenas o registro de casos de violação dos direitos da criança e do adolescente, mas a geração de

estatísticas que possibilitem tanto a visualização dos problemas como um referencial para formulação de políticas públicas compatíveis com a realidade dos diversos municípios.

Tabela 58 Total de notificações recebidas conforme tipologia⁵¹, sexo e faixa etária, registradas no Conselho Tutelar de São Gonçalo de Amarante em 2004.

TIPO/ FAIXA ETÁRIA	ATENTADO VIOLENTO AO PUDOR		TENTATIVA DE ESTUPRO		SEDUÇÃO		ASSÉDIO SEXUAL		ABUSO SEXUAL	
	FEM	MAS	FEM	MAS	FEM	MAS	FEM	MAS	FEM	MAS
0 A 6	01	--	01	--	--	--	--	--	01	--
7 A 12	--	--	--	--	--	--	01	--	--	--
13 A 15	--	--	--	--	02	--	--	--	--	--
16 A 18	--	--	01	--	01	--	--	--	--	--
TOTAL	08									

Fonte: Pesquisa direta no Conselho Tutelar de São Gonçalo do Amarante, 2005.

4.2.12.2 Programa Sentinela – São Gonçalo do Amarante

O Programa Sentinela de São Gonçalo do Amarante fica localizado à Rua Erotides Martins, 112 - Centro. Apesar de o Programa objetivar um serviço específico voltado para crianças e adolescentes vitimizados pela violência sexual, a instituição possui um atendimento extensivo às vítimas das demais formas de violência, compreendendo abandono, negligência, maus tratos etc.

Foi identificado que há na equipe profissional da instituição um conhecimento ampliado do fenômeno em foco no que se refere aos diversos conceitos inerentes à questão. Sobre o aumento dos casos um dos representantes observou que é notório o fato de o número de casos de violência sexual infanto-juvenil ter aumentado no decorrer dos últimos anos, porém, afirmou não saber se as denúncias estão mais freqüentes porque os casos de violência sexual, realmente, estão aumentando ou se esse aumento se deve à maior conscientização das pessoas acerca do assunto. No entanto, reconhece que ainda ocorre uma indiferença por uma grande parcela da sociedade acerca da importância da denúncia.

Com relação às estatísticas sobre os casos de crianças e adolescente em situação de violência sexual, a instituição disponibilizou apenas os dados de suas últimas avaliações semestrais referentes somente ao ano de 2004. O Programa Sentinela é avaliado

semestralmente pelo Governo Federal, através de relatórios quali/quantitativos dos casos recebidos e acompanhados.

Apesar da disponibilidade em conceder a entrevista não foi autorizado o acesso dos pesquisadores aos registros de ocorrências, tendo sido alegado como motivo o sigilo das informações. Os dados oficiais disponibilizados referentes ao ano de 2004 estão na tabela 59.

Tabela 59 Total de notificações recebidas conforme tipologia⁵², sexo e faixa etária registradas no Programa Sentinela de São Gonçalo do Amarante em 2004.

TIPOLOGIA/SEXO FAIXA ETÁRIA	ABUSO SEXUAL	
	FEM	MAS
0 A 04	02	--
05 A 09	02	--
10 A 12	--	--
13 A 15	02	--
16 A 18	02	--
TOTAL	08	

Fonte: Pesquisa direta no Programa Sentinela de São Gonçalo do Amarante, 2005.

4.2.12.3 SOS – Criança/Família de São Gonçalo do Amarante

O SOS Criança/Família funciona no mesmo endereço do Programa Sentinela. No que se refere às estatísticas dos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, a coordenação do SOS Criança/Família não disponibilizou nenhum material, nem permitiu a verificação dos registros de ocorrências. Na ocasião da entrevista para preenchimento do questionário foi mencionado pelos representantes da instituição que esta possuía apenas dados que subsidiavam uma estatística mais geral, não especificando se era abuso ou exploração sexual comercial. No entanto, não foi disponibilizada qualquer estatística, alegaram que uma sistematização levaria muito tempo para ser efetivada e que os responsáveis pelo Programa não teriam tempo disponível para tal atividade naquele período.

Não sendo possível o repasse de uma estatística oficial, foi solicitada informação não oficial sobre possíveis casos de violência sexual contra crianças e

⁵¹ Tipologia da própria instituição

⁵² Tipologia da própria instituição.

adolescentes no município. Foi mencionada a questão da implantação do complexo Industrial e Portuário do Pecém como um aspecto que veio a contribuir para o aumento da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes no município. Outro ponto que foi citado, de forma unânime, pelas três instituições visitadas no município, está relacionado ao Distrito de Croatá, que é cortado pela BR-222, local de tráfego de caminhões o que também vem a favorecer o aumento dos casos de exploração sexual comercial por parte de caminhoneiros.

Apesar de as informações terem sido informais e repassadas através de relatos orais, verificou-se a existência de sub-notificação das denúncias de casos de exploração sexual comercial no município, uma vez que os casos registrados, tanto no Conselho Tutelar, como no Programa Sentinela, durante o período de janeiro de 2004 a maio de 2005, eram apenas de abuso sexual. Ou seja, não se teve, durante esse período, nenhum registro de casos de exploração sexual comercial. A mesma realidade se repete nas estatísticas da delegacia municipal, onde não se encontra nenhuma notificação sobre exploração sexual como se pode observar a seguir.

4.2.12.4 Delegacia Municipal de São Gonçalo do Amarante

A Delegacia Municipal de São Gonçalo do Amarante fica situada à Rua Coronel Barroso nº. 269, Centro. Possui um controle mensal de casos notificados que é repassado para a Delegacia de Itapipoca, no entanto, o delegado passou a atribuição de responder o questionário para outro policial. Alegando que o questionário seria muito complexo, sugeriu que a pesquisa deveria ser realizada apenas junto à DCECA, já que se trata de uma delegacia especializada na problemática abordada.

Enquanto a equipe de pesquisadores esperava a disponibilidade de tempo do policial indicado para a entrevista, foi presenciado um fato em relação ao atendimento realizado na instituição. Um dos policiais da unidade policial, encarregado pelo atendimento aos usuários, ao ser indagado pelo escrivão sobre a próxima pessoa a ser atendida, apontou para uma criança do sexo feminino com apenas onze anos de idade e respondeu em voz alta, que seria *“aquela menina que foi estuprada”*. A atitude do policial revela a total insensibilidade e incapacidade profissional existente nas delegacias não

especializadas diante da situação e do significado da violência vivenciada pela criança, implicando assim, num universo insensível, impessoal e distante da realidade de crianças e adolescentes vitimizados pela violência sexual, bem como um potencial revitimizador desses sujeitos.

Ainda com relação ao caso citado, foi permitida a entrada dos pesquisadores de campo para que presenciassem o depoimento da criança que estava acompanhada por seu responsável. Outro equívoco no atendimento policial, foi o fato do caso não ser encaminhamento ao Conselho Tutelar e ao Programa Sentinela, nem mesmo foi mencionada a existência dessas instituições no município, sendo o caso apenas encaminhado ao IML em Fortaleza para Exame de Corpo de Delito. Os dados oficiais repassados pela instituição constam nas tabelas 60 e 61.

Tabela 60 Total de notificações recebidas conforme mês, tipologia⁵³ e sexo, registradas na Delegacia Municipal de São Gonçalo do Amarante em 2004.

TIPOLOGIA/SEXO MÊS	TENTATIVA DE ESTUPRO	
	MASC	FEM
Outubro	---	01
TOTAL	01	

Fonte: Pesquisa direta na Delegacia Municipal de São Gonçalo do Amarante, 2005.

Tabela 61 Total de notificações recebidas conforme mês, tipologia⁵⁴ e sexo, registradas na Delegacia Metropolitana de São Gonçalo do Amarante em 2005.

TIPOLOGIA/SEXO MÊS	ABUSO SEXUAL		ATENTADO VIOLENTO AO PUDOR		TENTATIVA DE ESTUPRO		ESTUPRO COM VIOLÊNCIA PRESUMIDA	
	MASC	FEM	MASC	FEM	MASC	FEM	MASC	FEM
Janeiro	---	01	---	01	---	01	---	01
Maio	---	---	---	---	---	01	---	---
Junho	---	---	---	---	---	---	---	---
TOTAL	05							

Fonte: Pesquisa direta no Conselho Tutelar de São Gonçalo do Amarante, 2005.

⁵³ Tipologia da própria instituição.

⁵⁴ Tipologia da própria instituição.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES CRÍTICAS

A partir de uma leitura comparativa e analítica dos dados coletados junto às entidades, programas e instituições que formam a rede de proteção às crianças e aos adolescentes vitimizados pela violência sexual nos municípios pesquisados (Fortaleza e 12 municípios da RMF), algumas considerações críticas acerca da dinâmica de funcionamento e articulação desses dispositivos para a formação da rede de proteção são imprescindíveis frente às dificuldades, carências e problemáticas comuns vivenciadas por estes.

No **município de Fortaleza**, a rede de proteção funciona um pouco melhor do que nos demais municípios da RMF, os destaques ficam por conta das atividades desenvolvidas, principalmente, pelos programas Sentinela (estadual e municipal) e SOS Criança/Família (estadual), apesar de suas muitas limitações. Contudo, não se pode negar, a partir de uma leitura mais apurada dos dados colhidos através dos questionários aplicados (subsidiada pelas anotações dos diários de campo dos pesquisadores) durante a pesquisa de campo, que os Projetos Sentinela e SOS Criança existentes na capital, como também em alguns municípios da RMF, apesar das dificuldades e dos limites de suas ações, têm sido um grande diferenciador na rede de enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes. Esse diferencial pode ser observado no desempenho mais efetivo de suas ações junto ao seu público alvo, nos atendimentos e encaminhamentos realizados, subsidiado por uma compreensão mais ampla do fenômeno por grande parte dos seus técnicos, ao mesmo tempo em que buscam dar certa organicidade às rotinas de trabalho através da sistematização dos dados trabalhados como se constata através da leitura dos relatórios e tabelas estatísticas. O que não quer dizer que não existam falhas em todo esse procedimento. Elas existem, porque de certa forma, elas estão sendo elaboradas. No caso específico do **Projeto Sentinela (estadual)**, com relação aos servidores, foi observada uma evidente desmotivação no que se refere aos trabalhos realizados, o que pode ser constatado

pelos vários relatos dos entrevistados. Os entrevistados chegaram a mencionar que se tratava de “*muito trabalho para pouco reconhecimento*”.

A esse quadro de desmotivação somam-se a baixa qualificação de seus quadros profissionais, a contratação de pessoal temporário, causadores de um problema antigo de alta rotatividade de parcela significativa desses quadros profissionais, aliado aos constantes atrasos nos repasses de recursos para pagamento de salários e para manter em funcionamento atividades essenciais do programa. Outro motivo do desapontamento com o trabalho seria a inexistência de programas e projetos de retaguarda que atendam ao grande número de crianças e adolescentes usuários dos serviços da instituição. Foi relatado ainda, que, muitas vezes não é possível realizar encaminhamentos aos projetos de geração de emprego e renda e/ou a cursos de capacitação, pois a maioria dos vitimizados não possui o perfil exigido pelos mesmos. Outro fato relevante observado em campo foi a constatação de sobrecarga na capacidade de atendimento e acompanhamento por parte do Programa Sentinela/Estado, que deveria atender a uma demanda mensal de 80 (oitenta) crianças e/ou adolescentes e chega a ultrapassar mais que o triplo dos atendimentos/acompanhamentos previstos.

Ainda com relação às parcerias, foi ressaltada pelos entrevistados a falta de articulação mais consistente com os Conselhos Tutelares. Os casos que deveriam ser encaminhados para os Conselhos para que fossem aplicadas medidas de proteção, são enviados apenas através de relatórios contendo as informações referentes às denúncias, devido ao descrédito por parte dos profissionais em relação ao trabalho realizado pelos Conselhos. Dessa forma as medidas de proteção acabam sendo muitas vezes, realizadas pelos próprios profissionais do Programa Sentinela.

Ao ser observado o Livro de Registro de Notificações verificou-se que não há uma prática sistemática de preenchimento do mesmo, evidenciando falha na dinâmica de notificação, principalmente, quanto aos dados referentes aos encaminhamentos da denúncia, apesar de existirem no Livro espaços destinados a esse tipo de informações.

Quanto ao funcionamento do **Projeto Sentinela (municipal)**, percebe-se que este dispõe de uma boa infra-estrutura. As instalações da instituição, semelhantes às de uma

casa, tornam o espaço mais acolhedor e apropriado ao atendimento de crianças e adolescentes vitimizados pela violência sexual e de suas respectivas famílias. Entretanto, faz-se necessário uma ampliação da capacidade de atendimento do Programa e, conseqüentemente, da sua estrutura física. Implantado para acompanhar 80 crianças e adolescentes, o Sentinela tem o desafio de atender, com as mesmas condições de trabalho do início, 352 casos (dado das estatísticas do Programa referente ao número de atendimentos de maio de 2005). Além disso, no momento, o quadro profissional da organização está com carência de pessoal (educadores sociais e pessoal de apoio).

Mensalmente a instituição elabora um relatório estatístico informando as notificações recebidas, as notificações arquivadas, o perfil dos vitimizados, a procedência das notificações, o número de acompanhamentos e atendimentos, o número dos abrigados na Casa de Passagem, as atividades realizadas e o número de encaminhamentos realizados. Além deste existe outro relatório que é elaborado semestralmente e que contém dados sobre as notificações e sobre o perfil dos vitimizados e dos vitimizadores.

A instituição também realiza o registro estatístico do total de casos atendidos, classificando-os por sexo e faixa etária, contudo, algumas informações imprescindíveis como sexo e idade dos vitimizadores, locais das ocorrências, tipo de abuso, situação familiar, entre outras, não constam nos registros.

Assim como no Projeto Sentinela estadual, as estatísticas não são elaboradas com base na distribuição etária segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, quais sejam infância (até 12 anos) e adolescência (12-18 anos), mas pelas faixas de idade compreendidas entre 00 – 06 anos, 07 – 14 anos e 15 – 18 anos. Acerca dos encaminhamentos/procedimentos realizados após a notificação, semelhante ao que acontece também no Programa Sentinela estadual, foi informado que os casos notificados são encaminhados aos Conselhos Tutelares, através de relatórios, e, quando necessário se solicita acompanhamento. Pode-se dizer que nessa dinâmica a pouca articulação se deve ao descrédito no trabalho dos Conselhos.

É importante destacar que o projeto realiza sistematicamente a divulgação dos serviços oferecidos, através do Fórum Cearense de Enfrentamento da Violência Sexual, palestras nas escolas e campanhas.

No caso do SOS Criança (estadual), constatou-se, no período da pesquisa, que este é um serviço emergencial que se utiliza dos diversos equipamentos sociais para atender às necessidades de crianças e adolescentes em situação de violência física, psicológica ou sexual. Nesta perspectiva, o Programa ainda reproduz o sistema tradicional do encaminhamento, não intervindo de uma forma mais complexa e estratégica na dinâmica do enfrentamento da violência sexual. Seu funcionamento é sub-dividido em três áreas distintas: setor de denúncia, de recepção e de desaparecidos. É possível que a criação do Núcleo de Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes, que passou a congrega as atividades dos Programas SOS Criança e do Sentinela (estaduais) redefina e modifique essa sistemática de atendimento.

Aspectos relacionados à conceituação utilizada pelos profissionais que fazem parte da rede de atendimento também merecem destaque. Entre os 102 casos catalogados no ano de 2004 até sete de junho de 2005, onze deles haviam sido notificados como casos de “prostituição infantil”, termo que não é mais utilizado desde o Congresso de Estocolmo/Suécia, em 1996, ocasião em que foram discutidos, além dos diferentes conceitos referentes à temática também as ações estratégicas para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. No caso dos Conselhos Tutelares observa-se que esse equívoco é ainda mais comum em relação às tipologias classificatórias das denúncias recebidas.

Outro equívoco conceitual foi observado quanto ao entendimento acerca das causas da violência sexual. A afirmação proferida por um dos profissionais: “*a característica física das vítimas é uma das causas que levam à prática desse tipo de violência*”, e a observação que faz sobre a aparência das adolescentes “*as garotas hoje estão mais bonitas e atraentes*” reflete uma postura que acaba reforçando a idéia perversa presente no senso comum de que as crianças e adolescentes são também culpados pela situação de violência pela qual são vitimizados sexualmente.

Constatou-se, ainda, que o programa não possui estatísticas que possibilitem, de uma forma mais complexa, traçar o perfil sócio-econômico e familiar das crianças vitimizadas pela violência sexual, mesmo que ainda se constitua como uma “porta de entrada” das denúncias que são encaminhadas ao Programa Sentinela. Ainda, com relação aos encaminhamentos, constatou-se que não existe articulação com os Conselhos Tutelares uma vez que não existe uma rotina de encaminhamento dos casos que chegam ao SOS Criança para aquelas entidades.

Em relação à criação do **Núcleo de Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes**, percebe-se certo descrédito por parte de alguns profissionais, que chegam a mencionar tratar-se apenas de “*chefe novo que quer mudar o birô de lugar e dizer que fez grandes modificações estruturais*”. Outro motivo de descontentamento diz respeito ao regime de trabalho diferenciado dos educadores sociais. Os efetivos que trabalham em regime de plantão de 12 h x 13 dias acabam cumprindo um número menor (156h mensais) de horas do que seus colegas terceirizados, que, trabalhando em turnos de 12h x 15dias têm seu número de horas trabalhadas mensalmente (180h) bem superior aos primeiros, e também superior aos trabalhadores do setor administrativo da instituição que trabalham 8 horas diárias (160h mensais). O descrédito quanto à melhoria no atendimento pode ser percebido nesta declaração de um dos educadores sociais, “*o SOS Criança precisa de recursos humanos, materiais e informatização, a reestruturação do citado Programa não vai garantir a ampliação do serviço à população, apenas dará uma maior agilidade aos procedimentos*”.

Outro trabalho na rede que merece destaque, principalmente pelo compromisso de seus profissionais, apesar da precariedade e das muitas dificuldades que enfrenta, é o trabalho realizado pela **Delegacia de Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes - DCECA**. Apenas o município de Fortaleza dispõe de uma delegacia especializada no combate a violência sexual contra crianças e adolescentes. Esta delegacia não consegue atender à demanda da capital de maneira adequada, uma vez que não funciona aos finais de semana, além de não estar preparada para atender todo o Estado. Primeiro, há que se considerar, ainda, que o ambiente físico-estrutural da atual delegacia não favorece o atendimento às crianças e aos adolescentes vitimizados sexualmente uma

vez que a recepção tem poucas acomodações e as salas são pequenas. A delegacia funciona numa casa alugada pela Superintendência da Polícia Civil que foi “adaptada” para funcionar como delegacia, portanto, as instalações não são as mais apropriadas.

Outro fator que também compromete o atendimento e a investigação dos casos notificados é o reduzido número de profissionais. A DCECA teve seu quadro de policiais reduzido, ou seja, há cinco anos a delegacia tinha cinco delegadas, hoje conta com duas, de seis escritãs passou para quatro e para o trabalho de investigação e de rua dispõe de nove inspetores. Para a entrega de notificação tem um PM e para trabalhos burocráticos (que podem ser executados por outros profissionais que não sejam policiais) conta com duas policiais militares femininas. Há uma proposta de transferência da DCECA para o complexo onde funcionam atualmente a Delegacia da Criança e do Adolescente - DCA, o Programa Justiça Já, o Projeto Sentinela e o SOS Criança (Estaduais). Além disso, existe a promessa do Governo de instalação de um setor avançado do IML no local.

Quanto à tipificação dos casos notificados, vale ressaltar que a DCECA faz uso dos termos utilizados pelo Código Penal Brasileiro e o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA. O instrumental de notificação são os Boletins de Ocorrência e as estatísticas da instituição são geradas a partir desses boletins que contém informações sobre o perfil dos vitimizados e dos vitimizadores, sobre o local de ocorrência das denúncias, sobre a origem das mesmas, sobre os tipos de violência praticada contra crianças e adolescentes, os tipos de violência sexual e os inquéritos.

A pesquisa não teve acesso à quantidade de inquéritos instaurados em casos de violência sexual contra crianças e adolescentes e quantos foram remetidos à Justiça porque as estatísticas disponibilizadas (do ano de 2004 até março de 2005) não continham essas informações sobre os inquéritos. Outro dado que seria importante descobrir: em quantos desses inquéritos os resultados levaram efetivamente à punição dos vitimizadores? Enfim, de posse do conjunto desses dados seria possível a elaboração de um diagnóstico mais preciso da dinâmica de enfrentamento do fenômeno na área policial, considerando-se, sobretudo, as denúncias feitas, os inquéritos instaurados e remetidos à Justiça.

Na DCECA, uma das Agências da Cidadania da Prefeitura Municipal de Fortaleza viabiliza um suporte de apoio técnico através da assistência prestada por profissionais de Direito, Psicologia e Serviço Social. Além dos encaminhamentos formais aos Abrigos, Projetos, Conselhos Tutelares e outras instituições que sejam necessárias, os assistentes sociais da Agência mantêm contato com as famílias, com as instituições que recebem os encaminhamentos e que encaminham casos à DCECA, e com prefeituras e órgãos do interior do Estado, objetivando aprimorar a qualidade do atendimento às crianças e aos adolescentes. Contudo, há que se dizer que os procedimentos de encaminhamento das notificações efetuados pela Agência da Cidadania não são quantificados ou sistematizados, segundo afirmações dos técnicos, devido à demanda e à precariedade de funcionamento da Agência. Na realidade, essa parceria busca suprir deficiências de pessoal de apoio à atividade fim da polícia, uma vez que, a Superintendência da Polícia Civil não tem pessoal de apoio técnico para as atividades de enfrentamento da exploração sexual de criança e adolescentes que desenvolve a DCECA na cidade de Fortaleza.

No caso dos **Conselhos Tutelares**, tanto em Fortaleza como na RMF, a problemática é mais séria ao se constatar que toda a estrutura primária de funcionamento dessas entidades deixa muito a desejar e compromete a rede de proteção na sua porta de entrada. A estrutura física dos Conselhos Tutelares, com algumas raras exceções, é precária. Geralmente não dispõem de local adequado para um atendimento qualificado, não possuem recursos materiais e instrumentais de trabalho, como o computador, cuja existência no local é uma raridade, ou carro – essencial para a realização de visitas, encaminhamentos e providências necessárias – e que ali é um luxo. Aliado à escassez de material de expediente, todos estes fatores evidenciam, de certa maneira, o descaso por parte do poder executivo dos municípios, e, em alguns casos, a “acomodação” dos conselheiros que não lutam para implementar plenamente o funcionamento dos conselhos. Outro motivo que também tem emperrado o funcionamento dos Conselhos são as disputas políticas nas eleições dos conselheiros e a utilização política dos cargos como moeda de troca de favores entre políticos e candidatos (dificilmente um candidato a conselheiro se elege sem o apoio de políticos e grupos de interesse). O problema é tão sério que quando um grupo perde as eleições para um grupo opositor, os trabalhos realizados pela gestão anterior, não são sequer repassados para a nova diretoria do Conselho eleito, e, em muitos

casos, a documentação dos conselhos desaparece. Diante desse quadro, o funcionamento dos Conselhos Tutelares reflete uma face frágil e dependente dos humores dos grupos políticos de plantão, marcada por ações pouco articuladas a uma política vigorosa de enfrentamento da violência praticada contra crianças e adolescentes. Em muitos municípios, esse contexto é agravado pelo fato de a administração municipal não oferecer medidas de proteção aos vitimizados e seus familiares, haja vista que os casos que necessitam de abrigos são encaminhados ao Município de Fortaleza, além de que também não existe retaguarda de atendimento psicossocial para as crianças e adolescentes vitimizados e suas famílias, como S.O.S Criança e Programa Sentinela.

Outro grande complicador é a inexistência de uma padronização no processo de notificação e armazenamento dos casos denunciados (livros, prontuários, arquivos), cada Conselho e conselheiro segue um modelo próprio. O mais grave é que se constatou que todos os Conselhos não estão alimentando o SIPIA em tempo real, não existe nem mesmo uma documentação que possibilite uma sistematização estatística confiável dos casos de violência sexual notificados, além de terem sido constatadas sub-notificações. Os dados coletados na pesquisa e usados no presente relatório não estavam sistematizados e organizados numa estatística cronológica em nenhum Conselho, sendo essa tarefa feita pelos pesquisadores. Os que informaram ter essa sistematização no SIPIA não souberam como gerar as estatísticas, ou, alegando sigilo, negaram acesso aos dados (outro fato grave verificado durante a pesquisa foi a recusa de conselheiros, por meio de desculpas insustentáveis, em participar da pesquisa, negando-se a fornecer dados sobre o funcionamento desses conselhos). A causa principal, constatada *in lócus*, é que a maioria dos conselheiros não sabe usar os recursos da informática, têm dificuldades primárias de operar e alimentar o SIPIA e, o mais grave, há Conselhos que não possuem telefone e/ou computador e, quando têm computador não está conectado em rede ou está sem manutenção. Os cursos de capacitação ministrados aos conselheiros para operar o SIPIA pouco têm contribuído para solucionar essa problemática, devendo ser repensado o mais rápido possível.

Em alguns municípios, inclusive em Fortaleza, muitos Conselhos Tutelares não funcionam nos dois expedientes e existe uma prática de regime de plantão nos Conselhos,

segundo a qual cada conselheiro se responsabiliza somente por um determinado número de casos denunciados no seu plantão, acompanhando-os e arquivando-os de acordo com seu entendimento, não sendo os mesmos apresentados, discutidos e sistematizados de forma coletiva. Fato que, possivelmente, pode estar contribuindo diretamente para a não organização e falta de sistematização dos casos denunciados, além de demonstrar a fragmentação do atendimento à população. Em Fortaleza, no Conselho Tutelar II, os pesquisadores não puderam levantar dados sobre as denúncias e notificações, porque os conselheiros estavam de posse dos casos notificados e nenhum conselheiro foi entrevistado, sob a alegação de que a entrevista só seria concedida se todos estivessem juntos para responder. Com a impossibilidade da reunião conjunta, a pesquisa não se realizou.

Outro exemplo de impossibilidade de acesso às informações ocorreu no Conselho Tutelar do município de Itaitinga, em que os conselheiros informaram aos pesquisadores que o SIPIA estava implantado e alimentado, mas foi negado o acesso às informações contidas no SIPIA. Da mesma forma, não foi permitido acesso aos dados contidos nos Registros de Ocorrência, com a alegação de que se tratava de informações sigilosas. A única informação repassada foi a de que no ano de 2005 estariam em acompanhamento sete casos de violência sexual, mas que não seria possível repassar as demais informações como idade, sexo, escolaridade etc., devido ao sigilo exigido pelo trabalho. O acesso aos dados foi negado mesmo diante da informação dos pesquisadores de que a pesquisa era para Secretaria Nacional de Segurança Pública, órgão do Ministério da Justiça.

De modo geral foram evidenciados muitos problemas em relação aos cuidados no armazenamento e sistematização dos dados, como, por exemplo, incoerência na dinâmica de registro de notificação, tanto com relação à terminologia usada como com relação à organização na tabulação dos dados sobre o fenômeno. É evidente a imprecisão conceitual acerca do fenômeno pesquisado, exemplo disso são os Conselhos que tanto usam a denominação *prostituição infantil* como *exploração sexual*. Além disso, os instrumentais utilizados para registrar os casos denunciados muitas vezes não são preenchidos e, quando são, omitem dados que impedem ou inviabilizam traçar o perfil tanto dos (as) vitimizados (as) como dos vitimizadores. No caso específico dos vitimizadores não existem dados e

essa não é uma realidade apenas dos Conselhos Tutelares como se pode constatar no presente relatório.

Os procedimentos e encaminhamentos realizados pelas instituições geralmente são desconhecidos por falta de anotações que os descrevam. Desta maneira, não se têm estatísticas confiáveis que possam medir comparativamente o crescimento ou a diminuição do fenômeno num determinado período de tempo, porque não há séries históricas que possam medir as ações das políticas públicas operadas no enfrentamento da problemática. Até mesmo uma pesquisa como a que foi realizada tem muitos limites ao fazer uso de dados tão irregulares e pouco confiáveis como os que foram obtidos.

Foi significativa e pertinente a observação dos pesquisadores de campo com relação à falta de conhecimento e à insegurança da maioria dos conselheiros acerca do fenômeno da violência sexual. Observou-se, por outro lado, o compromisso de muitos conselheiros diante da defesa dos direitos da criança e do adolescente e a indignação frente às dificuldades encontradas no cotidiano de suas atividades de trabalho. Não se pode deixar de reconhecer o compromisso e a boa vontade de muitos conselheiros, mas também não é possível acreditar que só isso possa fazer a diferença no enfrentamento de uma questão tão séria e urgente como fenômeno em tela.

Durante o levantamento de informações e dados mais precisos nas **delegacias de polícia da Região Metropolitana de Fortaleza**, sobre os casos notificados de violência sexual contra crianças e adolescentes, os pesquisadores se depararam com certas dificuldades para ter acesso às estatísticas policiais (o que não ocorreu na DCECA que está acostumada a lidar com os movimentos sociais, a imprensa, a universidade e os institutos de pesquisa). Muitas vezes os dados não foram disponibilizados sob a alegação de falta de sistematização das estatísticas, de não haver nenhuma notificação acerca do fenômeno na delegacia e outras vezes pelo impedimento simples do acesso aos Boletins de Ocorrência - BOs, ao SIP ou ao Livro de Tombo da delegacia que possuem toda a memória dos atendimentos policiais. A desculpa mais comum era que na delegacia não havia estatísticas específicas sobre o fenômeno. Considerando a tipologia das ocorrências policiais, segundo o Código Penal Brasileiro, constata-se que as ocorrências relacionadas ao fenômeno da violência sexual não têm visibilidade, porque estão diluídas nas nomenclaturas oficiais que

acabam mascarando o fenômeno. Porém, o exame atento aos BOs, ao Livro de Tombo e até mesmo ao Sistema de Informação Policial – SIP – em que a exigência para consulta era saber o nome do vitimizado ou da mãe deste – é revelador da existência do referido fenômeno como também da falta de informações/dados mais consistentes sobre o mesmo.

Nas delegacias onde houve autorização para os pesquisadores procederem à catalogação dos dados através dos BOs ou dos Livros de Tombo, percebeu-se que estes não contemplam as informações acerca do perfil dos vitimizados e vitimizadores, além de muitas vezes, não estarem devidamente preenchidos. A solução, de acordo com a declaração de um policial entrevistado, pode estar na constituição de um sistema único de notificação para que houvesse um controle central e estatístico, o que poderia ser feito também, com a inclusão mais clara de itens que especificassem esses casos, aperfeiçoando o SIP.

Com relação às **delegacias da Região Metropolitana**, outro fator observado foi a não compreensão do fenômeno da violência sexual por parte dos profissionais da Segurança Pública. Dentre as 17 delegacias e uma unidade policial pesquisadas em Fortaleza e RMF, em apenas oito o acesso aos registros estatísticos foi disponibilizado. Duas informaram verbalmente as ocorrências relacionadas ao fenômeno e as sete restantes negaram o acesso aos dados estatísticos com as mais variadas desculpas como se pôde constatar anteriormente. O mais preocupante, com relação às delegacias da Polícia Civil é que nas 18 delegacias pesquisadas (DCECA, em Fortaleza, 16 delegacias e uma unidade policial na RMF) apenas cinco delegados responderam às perguntas dos pesquisadores, nas demais, os delegados repassaram a tarefa para policiais subalternos tratando o fenômeno pesquisado como questão menor que não deveria tomar seu tempo. Era como se eles estivessem alheios à problemática, e, como justificativa, alguns sugeriam aos pesquisadores que procurassem a DCECA para investigar sobre esse assunto, alegando que esses casos eram da competência daquela delegacia especializada, como se a problemática da violência sexual não batesse às portas das demais delegacias no Estado. Se não é má vontade, na melhor das hipóteses, é desconhecimento da problemática, o que não se pode tolerar numa autoridade policial. É hora de mudar a formação e qualificação dos profissionais da área da segurança pública, afinal, tanto as delegacias de polícia como os Conselhos Tutelares,

principalmente, na maioria dos municípios, são portas de entrada do fenômeno e não podem fazer de conta que o problema não existe ou ainda tratar a questão como crime menor que se dilui nas nomenclaturas oficiais que classificam a violência sexual praticada contra crianças e adolescentes como delito menor. Talvez, esse pouco caso e até mesmo o preconceito e a ignorância que muitos policiais têm com relação ao fenômeno, como ficou evidenciado em muitos dos depoimentos registrados na pesquisa, seja um dos motivos do crescimento da problemática nos médios e pequenos municípios. Afinal, o que existe, não vai deixar de existir porque a sua existência foi negada ou é ignorada, no caso do fenômeno da violência sexual, este só tem se alastrado no País. Há que se dizer, ainda, que há uma tentativa deliberada, de alguns delegados e de outras autoridades, em negar o fenômeno como exemplifica o depoimento de um dos delegados entrevistados:

Bom o que eu posso fazer ou dizer... fica ruim para mim... eu sei que existe... sei que muitas adolescentes aqui estão fazendo prostituição mesmo! E aí depois eu respondo um negócio desses aqui... aí vão dizer; porque que você não combate? Eu não combato em primeiro lugar porque não chega até mim. Elas mesmas querem, são vítimas... são, mas muitas delas são profissionais. Eu posso responder, mas minhas respostas vão ser evasivas.

A fala acima é a justificativa de uma autoridade policial para não ter que explicar à sociedade a existência desse tipo de crime em sua jurisdição, afinal, há todo um discurso político e social de condenação do referido fenômeno. De acordo com outro policial, para que seja desenvolvido um trabalho efetivo e positivo para esses casos de violência sexual que vitimizam crianças e adolescentes é preciso, antes de tudo, ter a vontade política e dar meios materiais e outros como capacitação, preparação de pessoal nas Delegacias, Conselhos Tutelares e Ministério Público e tentar viabilizar o Estatuto da Criança e Adolescente. Ou seja, as políticas como os profissionais que executam essas políticas precisam não só ter compromisso com o enfrentamento da problemática como qualificação para fazê-lo, chega de improvisações e boa vontade. Há, sobretudo, falta de sensibilidade desses profissionais como demonstra o depoimento de um dos pesquisadores:

Um dos policiais da unidade policial, encarregado pelo atendimento aos usuários, ao ser indagado pelo escrivão sobre a próxima pessoa a ser atendida, apontou para uma criança do sexo feminino com apenas onze anos de idade e respondeu em voz alta, que seria “aquela menina que foi estuprada”.

A postura profissional do policial revela uma total insensibilidade e incapacidade existente nas delegacias não especializadas diante da situação e do significado

da violência vivenciada pela criança, implicando assim, num universo insensível, impessoal e distante da realidade de crianças e adolescentes vitimizados pela violência sexual, bem como um potencial revitimizador desses sujeitos.

Ainda, com relação ao atendimento do fenômeno nas delegacias de polícia, a pesquisa constatou que existem casos de violência sexual em que as denúncias chegam à instituição e, apesar dos fatos e relatos dos vitimizados evidenciarem a prática da violência sexual, só há possibilidade de ocorrer uma responsabilização por parte do suposto agressor quando ocorre comprovação via Exame de Corpo de Delito. Em função, por exemplo, do resultado negativo do exame para estupro, nada pode ser feito contra o suposto abusador, o que leva, muitas vezes, à permanência e progressão da violência a um grau de complexidade ainda maior.

É um procedimento que só agrava a impunidade, uma vez que a violência sexual não se revela apenas pelo referido exame, há outros instrumentais de investigação que deveriam ser discutidos pela rede de proteção com a devida participação do aparelho policial. Essa realidade é reveladora de outro fato observado na pesquisa que é a grande dificuldade de articulação que muitas entidades têm com a polícia, uma vez que esta só realiza algum procedimento, no que diz respeito aos casos de violência sexual, quando o Exame de Corpo de Delito é positivo, caso contrário, os casos são simplesmente arquivados.

De um modo geral, com relação às instituições que compõem a rede de atendimento, defesa de direitos da criança e do adolescente, retaguarda e responsabilização, constataram-se, ainda, indefinições no atendimento de algumas instituições com relação às portas de entrada da denúncia sobre a prática do fenômeno pesquisado. Colado a este dado, verifica-se a existência de certas desinformações e até mesmo o desconhecimento dos profissionais que trabalham com a problemática acerca da composição dessa rede nos municípios. Quando indagados acerca da compreensão que tinham sobre a referida rede, alguns não sabiam nem mesmo o que significava essa terminologia. Isso foi notório nas entrevistas com representantes de Conselhos Tutelares e profissionais da área da segurança pública nas Delegacias Policiais. Foi observado que tanto entre os profissionais em geral que participaram da pesquisa como entre os conselheiros a falta de conhecimento sobre

conceitos como “porta de entrada”, “retaguarda de atendimento”, “defesa de direitos” e “responsabilização” mesmo quando esclarecidos acerca dos mesmos, responderam de forma confusa e imprecisa. É crítica a compreensão destes profissionais em relação à dinâmica do conceito *violência sexual*, considerando que o abuso sexual e a exploração sexual comercial são formas diferentes desse mesmo fenômeno que viola direitos fundamentais da pessoa humana, mas que, entretanto, requerem abordagens distintas.

No que se refere aos casos específicos da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes (ESCCA), constatou-se na pesquisa a existência de denúncias e notificações registradas na DCECA, no Projeto Sentinela (estadual e municipal) e pouco ou nenhum registro desse tipo de ocorrência nos Conselhos Tutelares e nas delegacias de polícia da RMF (considerando o fato de que em muitas delegacias não foi permitido acesso aos registros de ocorrências policiais com a justificativa de que não havia notificações com denúncias específicas de exploração sexual de crianças e adolescentes).

Esse dado chega a ser contraditório e preocupante numa política de enfrentamento do fenômeno, uma vez que os dados que subsidiaram a elaboração do documento *Matriz Inter-setorial de Enfrentamento da Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes* (UnB/VIOLES, 2004), revelam que o Brasil tem 937 municípios com ESCCA (298 no Nordeste, 241 no Sudeste, 162 no Sul, 127 no Centro Oeste, 109 no Norte) e que o Ceará tem 41 municípios. Dos 13 municípios pesquisados, nove foram relacionadas no referido documento (Aquiraz, Caucaia, Euzébio, Horizonte, Itaitinga, Maracanaú, Pacajus, São Gonçalo do Amarante e Fortaleza).

Diante dessa constatação, nos chama atenção também o fato de as denúncias registradas acerca do fenômeno nos Programas Sentinela (estadual e municipal) de Fortaleza serem bastante expressivas enquanto que as estatísticas policiais sobre o mesmo fenômeno na DCECA não têm a mesma expressividade. É como se houvesse um abismo entre a realidade do fenômeno existente e as denúncias deste que são transformadas em “caso de polícia e de justiça” (aqui não se está levando em consideração as denúncias que não chegam ao conhecimento das autoridades). Outro fato que merece destaque na pesquisa diz respeito à realidade da rede de enfrentamento no município de São Gonçalo do Amarante, ou seja, o Programa SOS Criança/Família, através de sua coordenação, ter

impedido o acesso dos pesquisadores aos registros das suas ocorrências. Na ocasião da entrevista para preenchimento do questionário foi mencionado pelos representantes da instituição que esta possuía apenas dados que subsidiavam uma estatística mais geral, não especificando se era abuso ou exploração sexual comercial. No entanto, nem essa estatística foi disponibilizada sob a alegação de que uma sistematização levaria muito tempo para ser efetivada e que os responsáveis pelo Programa não teriam tempo disponível para tal atividade naquele período. Não sendo possível o repasse de uma estatística oficial, foi solicitada informação não oficial sobre possíveis casos de violência sexual contra crianças e adolescentes no município. Mencionou-se a questão da implantação do complexo Industrial e Portuário do Pecém como um dos aspectos que poderia contribuir com o aumento da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes no município além de outro que foi também citado, de forma unânime, pelas três instituições visitadas no município, relacionado ao Distrito de Croatá, que é cortado pela BR-222, local de tráfego de caminhões e que também viria a favorecer o aumento dos casos de exploração sexual comercial por parte de caminhoneiros.

Apesar de as informações serem informais e repassadas através de relatos orais, verificou-se a sub-notificações das denúncias de casos de exploração sexual comercial no município, uma vez que os casos registrados, tanto no Conselho Tutelar, como no Programa Sentinela durante o período de janeiro de 2004 a maio de 2005, eram apenas de abuso sexual segundo as informações dos conselheiros. Ou seja, não se teve, durante esse período, nenhum registro de casos de exploração sexual comercial. Vale destacar que, apesar da disponibilidade em conceder entrevista para pesquisa, não foi autorizado aos pesquisadores o acesso aos registros de ocorrências do programa, alegando-se como motivo o sigilo das informações. A suspeita de sub-notificação é uma realidade que se repete nas estatísticas da delegacia municipal, onde não se encontra nenhuma notificação sobre exploração sexual. O grave nesse contexto é que São Gonçalo do Amarante é um dos 41 municípios do Ceará em que a existência da ESCCA foi detectada pela pesquisa da UnB. A gravidade também reside no fato de a existência do fenômeno ser “ignorada” pelos programas e instituições que formam a rede de enfrentamento no município. Ou será que sabem e fazem de conta que ele não existe?

Na pesquisa há outros exemplos de sonegação de informações, assim como da negação da existência do fenômeno nos municípios da RMF como se pode constatar ao longo do relatório em tela. Um dos casos mais emblemáticos envolvendo delegacias de polícia aconteceu no município de Maracanaú, no denominado distrito industrial do Ceará, que conta com uma Delegacia Metropolitana e cinco Delegacias Distritais. Destas apenas uma delegacia distrital forneceu informações sobre ocorrências policiais tipificadas como violência sexual, as demais negaram a existência do fenômeno no município e não permitiram que os pesquisadores tivessem acesso aos BOs, ao Livro de Tombo ou ao SIP das delegacias alegando a não existência de estatísticas específicas sobre violência sexual. O gritante nessa situação é que Maracanaú é também um dos 41 municípios do Ceará que tem ESCCA.

Diante desse contexto de realidade revelado pela pesquisa, existem questões que merecem atenção na rede de enfrentamento. Como se explica que em Fortaleza, os seis Conselhos Tutelares (um se negou a fornecer qualquer informação) no ano de 2004 e em 2005 (até o período de realização da pesquisa) só tenham o registro de 12 notificações de ESCCA (quando se sabe que Fortaleza é conhecida internacionalmente pela existência da ESCCA)? Como compreender o fato de os Conselhos Tutelares e as delegacias de municípios da RMF cearenses que tem ESCCA apresentarem notificação de um ou dois casos e até mesmo nem apresentarem qualquer notificação no período aproximado de um ano e meio, chegando mesmo a negar a existência do fenômeno? Se os dados que revelam ou negam não merecem credibilidade, por que a Assembléia Legislativa do Estado do Ceará instalou a Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a Exploração Sexual Comercial de Criança e Adolescentes no Ceará (em funcionamento até a conclusão da pesquisa)? Estamos sem dúvida diante de uma realidade reveladora de contradições e, sobretudo, de interesses inconfessáveis. O que fazer?

Primeiro, envolver a sociedade civil organizada nessa política de enfrentamento de modo mais ativo para que os programas, as entidades e as instituições (os gestores dos programas e das políticas dos governos federal, estadual e municipal) que formam a rede de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes possam ser fiscalizados e cobrados de modo mais efetivo. **Segundo**, a partir das competências e

dinâmicas pensadas para a operacionalização e efetivação da rede de enfrentamento como política pública, qualificar a atuação e articulação dos conselheiros tutelares, dos profissionais da área da segurança pública, da justiça e dos Programas SOS e Sentinela. **Terceiro**, tornar o SIPIA uma ferramenta de fácil acesso e manuseio por parte daqueles que operam a rede de enfrentamento, uma vez que os treinamentos ministrados com essa finalidade não têm cumprido de maneira efetiva seu objetivo. O exemplo concreto é que a maioria absoluta dos Conselhos Tutelares tem dificuldades em operar e alimentar o sistema em tempo real, isso quando este se encontra implantado e ativo. **Quarto**, a necessidade urgente da discussão sobre a dinâmica do sistema de registro de ocorrências das denúncias/notificações de violência sexual, diante da realidade da rede de enfrentamento em Fortaleza e RMF. Essa discussão não pode perder de vista a especificidade dos programas, entidades e instituições que compõem a rede, contudo, terá que ser pactuado entre esses dispositivos a adoção de linguagens e tipologias comuns em suas dinâmicas de funcionamento. Assim, é possível que sejam superadas a fragmentação e a repetição dos dados existentes sobre o fenômeno, possibilitando, sobretudo, a partir de dados confiáveis o monitoramento e a avaliação das políticas de enfrentamento da violência praticada contra crianças e adolescentes. Claro que essas são apenas questões iniciais para se discutir a violência sexual como temática das políticas públicas de enfrentamento e, mais especificamente, da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ABRAPIA – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA MULTIPROFISSIONAL DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA. Sistema Nacional de Combate à Exploração Sexual infanto-juvenil: **guia de denúncia**. Rio de Janeiro, 2000.

ANUÁRIO DO CEARÁ. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2005.

Aldeota cresce, enriquece e sofre com o trânsito e prédios. Jornal O Povo (Política), 29/08/2004, p.24.

AZEVEDO, M. A. & GUERRA, V. N. A. **Crianças Vitimizadas: A Síndrome do Pequeno Poder**. São Paulo: Editora Roca, 2000.

_____. **Infância e violência doméstica – Fronteiras do conhecimento**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **Pele de Asno não é só história... um estudo sobre vitimização sexual de crianças e adolescentes em família**. São Paulo: Rocca, 1988.

BARBOSA, H. Subsídios para uma matriz conceitual e metodológica no enfrentamento e intervenção da exploração sexual: reflexão do ontem, do hoje e do amanhã. In: **Construindo uma história: tecnologia social de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes**. Bahia: CEDECA – BA, 2003.

BRASIL, M. G. M. et al. **Pesquisa Perfil das Crianças e Adolescentes Vitimizadas por Abuso Sexual Doméstico em Fortaleza nos anos 2000 e 2001**. Relatório Final. Fortaleza: FUNCAP/UECE, 2002.

BRUSCHINI, C. **Teoria crítica da família**. In: Azevedo, M. A e Guerra, V. N. (orgs). **Infância e violência doméstica – Fronteiras do conhecimento**. São Paulo: Cortez, 1993.

COHEN, C. **O incesto**. In: AZEVEDO, M. A & GUERRA, V.N. A. (orgs.) **Infância e violência doméstica - Fronteiras do conhecimento**. São Paulo: Cortez, 1993.

CHAUÍ, M. **Participando do debate sobre mulher e violência**. Perspectivas Antropológicas da mulher. Zahar. Rio de Janeiro, 1985, p. 25- 62.

DIÓGENES, G. **Criança Infeliz**: relatório de pesquisa sobre a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes na cidade de Fortaleza. Pacto de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Fortaleza: maio de 1998.

ELLERY, C. M. **Pesquisa sobre Exploração Sexual Comercial no Estado do Ceará**. Relatório Final. Fortaleza: UNICEF/POMMAR-USAID-PARTNERS/UECE, 2003.

EVA FALEIROS, T. S. **Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e de adolescentes.** Brasília: Cecria, 2000.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** Petrópolis: Vozes, 1991.

_____. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GABEL, M. (org.). **Crianças vítimas de abuso sexual.** São Paulo: Summus, 1997.

LEAL, M. L. P. **Violência intrafamiliar: um estudo preliminar.** In: Indicadores de Violência Intrafamiliar e Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes. Relatório Final da Oficina. Brasília: CESE, MJ/SNDH/DCA, CECRIA, 1998.

_____. **Fundamentação Teórico- Metodológica.** In: Rede de Informações sobre Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes - RECRIA. Manual de operacionalização. Brasília: MJ/SEDH/DCA/CECRIA, 2001.

LÉVI-STRAUS. **As estruturas elementares do parentesco.** Petrópolis: Vozes, 1982.

MATRIZ INTERSETORIAL DE ENFRENTAMENTO DA EXPLORAÇÃO SEXUAL COMERCIAL DE CRIANÇAS ADOLESCENTES. Brasília: SEDH/UNICEF/Comissão Intersetorial de Enfrentamento ao Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes da UnB, 2004.

PIMENTEL, S. et al. **Estupro: crime ou “cortesia”?** Abordagem sócio-jurídica de gênero. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 1998.

SAFFIOTI, H. I. B. **No fio da navalha: violência contra crianças e adolescentes no Brasil atual.** In: MADEIRA, Felícia Reicher. Quem mandou nascer mulher? Estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil. RJ: Record/Rosa dos Tempos, 1997.

SCALIOTTI, O. **Criminalidade e problemas urbanos.** Jornal O Povo (Política), 05/09/2004, p. 21

Uma cidade presa no engarrafamento. Jornal O Povo (Política), 29/08/2004, p.25.

VICENTE FALEIROS, de P. (coord.) **Fundamentos e Políticas Contra a Exploração e Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes.** Relatório de Estudo. Brasília: Ministério da Justiça/CECRIA, 1997.

ANEXO I

RELAÇÃO DOS INSTRUMENTAIS USADOS PELAS INSTITUIÇÕES PARA NOTIFICAÇÃO DE VIOLÊNCIA SEXUAL

1. Conselho Tutelar - Ofício ao Ministério Público



CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA

LEI FEDERAL 8.069/90 - LEI MUNICIPAL 7.526/94

Ofício Nº _____ Fortaleza, _____ de _____

SENHOR (A) PROMOTOR(A),

O Conselho Tutelar de Fortaleza, no uso de suas atribuições legais previstas no Artigo 136, Inciso IV da Lei Federal Nº 8.069/90, vem encaminhar junto ao Ministério Público notícia que constitui infração administrativa e não atendimento de determinação desse Órgão Municipal, praticado pelo(a) _____

ao reter a transferência Escolar de _____ devido inadimplência.

Essa denúncia foi recebida no Conselho Tutelar de Fortaleza no dia _____ de _____ de _____ através do (a) Sr. (a): _____

O referido Estabelecimento de Ensino foi chamado á responsabilidade através de Notificação CT Nº _____, sendo requisitada a imediata liberação da transferência em pauta.

Contudo, até a presente data esse estabelecimento de Ensino Privado recusa-se atender aos procedimentos do Conselho Tutelar.

Diante do exposto encaminhamos junto ao Ministério Público cópia do Processo Nº _____ de atendimento da citada criança/adolescente, sugerindo a instauração de Ação Civil Pública para garantir o ressarcimento do Direito.

Sendo o que se apresenta, nessa oportunidade manifesta-se protesto de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente

Excelentíssimo (a) Senhor(a)

Doutor (a) _____

Promotor(a) _____

Coordenador _____

NESTA

3. Conselho Tutelar - Formulário para Medida de Proteção



CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA

LEI FEDERAL 8.069/90 - LEI MUNICIPAL 7.526/94

MEDIDA DE PROTEÇÃO

Art. 101, Incisos I,II,III,IV,V,VI e VII

Lei Federal nº 8.069/90

Estatuto da Criança e do Adolescente

O Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente do Município de Fortaleza, criado através da Lei Municipal nº 7.526/94 de 12 de Maio de 1994, no uso de suas atribuições legais previstas no Art. 136 da Lei Federal nº 8.069/90 de 13 de julho de 1990, neste ato representado pelo Conselheiro. _____

Resolve aplicar à Criança/Adolescente _____

Endereço _____ Bairro _____

Responsável _____ Identidade _____

A seguinte Medida de Proteção: _____

Fica o Pai ou Responsável, na obrigação de acompanhar o cumprimento desta medida, comunicando de imediato ao Conselho Tutelar, todas as dificuldades que surgirem para a aplicação da referida medida.

Cumpra-se informar também, que o não cumprimento injustificado desta medida, poderá ensejar representação à Autoridade Judiciária ou ao Ministério Público, conforme prevê o Art. 136, inciso III, "b" e inciso IV da Lei Federal supra citada.

Nº REG: _____

Fortaleza, ____ de ____ de ____

CIENTE

Responsável _____

6. Conselho Tutelar - Notificação – Violação de direitos



CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA

LEI FEDERAL 8.069/90 - LEI MUNICIPAL 7.526/94

NOTIFICAÇÃO Nº: _____

O CONSELHO TUTELAR DE FORTALEZA-I, no uso de suas atribuições legais estabelecidas no Artigo 136 (Inciso VII), da Lei Federal 8069, de 13 de julho de 1990 - ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, resolve notificar:

Dando ciência de ter recebido denúncia do (a) Senhor(a):

Que comunica a seguinte **Violação de Direitos**:

Diante do exposto, resolve requisitar o seguinte:

Cumpre informar a Vossa Senhoria, que o não atendimento injustificado do que se apresenta, caracteriza violação dos Artigos 236 e 249 da supracitada Lei Federal.
Nº REG: _____

Fortaleza, _____ de _____ de _____

Ilustríssimo(a) Senhor(a)

MD. Diretor (a) do(a) _____

ENDEREÇO _____ Nº _____

BAIRRO _____

PONTO DE REFERÊNCIA _____

CONSELHEIRO _____ Data do Recebimento _____ / _____ / _____

Assinatura do Responsável: _____

7. Conselho Tutelar - Notificação para comparecimento - prestar esclarecimentos



CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA

LEI FEDERAL 8.069/90 - LEI MUNICIPAL 7.526/94

NOTIFICAÇÃO Nº: ____/____/____

O Conselho Tutelar de Fortaleza, no uso de suas atribuições legais estabelecidas no Artigo 136, Inciso VII da Lei Federal 8.069 de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, resolve notificar o (a) Sr. (a) _____ a comparecer neste órgão no dia ____ de _____ de 2002 às ____ horas e ____ minutos, afim de prestar esclarecimentos referente a _____

Cumpre informar a Vossa Senhoria que o não atendimento injustificado da presente notificação, poderá ensejar representação à **Autoridade Judiciária ou ao Ministério Público**, conforme supracitada Lei Federal.

Nº REG: _____

Fortaleza, ____/____/____

Ilustríssimo(a) Senhor(a):

Endereço: _____

Bairro: _____ Fone: _____

Ponto de Referência: _____

Notificação recebida no: ____/____/____

Por: _____

Assinatura: _____

Identidade: _____

8. SOS Criança - Registro de ocorrência



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA AÇÃO SOCIAL
SOS CRIANÇA
Rua Tabelaio Fabião, 114 - Presidente Kennedy

REGISTRO DE OCORRÊNCIA

MOTIVO DA OCORRÊNCIA: _____ Nº Registro: _____

Ocorrência confirmada: Sim() Não() _____

Tipo de Serviço: Informação Orientação Denúncia

Nome do Usuário: _____

Endereço: _____ Bairro: _____

Fone de Contato: _____ Ponto de Referência: _____

Assunto: _____

Local da Ocorrência: _____

Bairro: _____ Ponto de Referência: _____

DADOS REFERÊNCIA

Nome da Criança/Adolescente: _____

Idade: _____ Sexo: _____ Escolaridade: _____ Com quem mora: _____

Filiação: Pai: _____

Mãe: _____

Observações Complementares: _____

Resultado Final: _____

Data: ____ / ____ / ____ Horário: ____: ____ Educador (a): _____

10. SOS Criança/Sentinela – Ficha de abrigo provisório



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA AÇÃO SOCIAL
SOS CRIANÇA/SENTINELA
Rua Tabeleão Fabião, 114 - Presidente Kennedy
CEP: 60320.010

FICHA DE ABRIGO PROVISÓRIO

Denúncia Recepção Data: ___/___/___ Hora: _____

I – IDENTIFICAÇÃO:

NOME: _____ APELIDO: _____
DATA DE NASCIMENTO: ___/___/___ IDADE: _____ SEXO: M F
PAI: _____
MÃE: _____
RESPONSÁVEL: _____

II – CARACTERÍSTICAS:

DEFORMAÇÕES: SIM NÃO ONDE: _____
DEFICIÊNCIAS: SIM NÃO ONDE: _____
TATUAGENS: SIM NÃO ONDE: _____

III – DADOS GERAIS:

MOTIVO DA OCORRÊNCIA:

PROVIDÊNCIAS A SEREM TOMADAS:

OBSEVAÇÕES COMPLEMENTARES:

Educador – SOS Criança	Educador – Abrigo	Data ___/___/___
_____	_____	_____

11. SOS Criança – Termo de entrega

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA AÇÃO SOCIAL
SOS CRIANÇA
Rua Tabacão Fabião, 114 – Presidente Kennedy

TERMO DE ENTREGA

Entregamos ao Sr. (a)
.....
Grau de Parentesco
Carteira de Identidade Nº Residente à Rua
..... Nº Bairro:
..... Telefone: A Criança/Adolescente
.....
.....
.....

Fortaleza, de de 20.....

.....
RESPONSÁVEL

.....
Educador Social - SOS CRIANÇA

12. SOS Criança – Encaminhamento de Criança/Adolescente



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
Secretaria da Ação Social - SAS
SOS CRIANÇA - 1407
Rua Tabelião Fabião, 114 - Presidente Kennedy
CEP. 60320.010

De:
Para:

Estamos encaminhando a CRIANÇA/ADOLESCENTE: _____

de: _____ anos, para que sejam tomadas as providências cabíveis.

Agradecemos a atenção

Fortaleza, ____ de _____ de _____

Educador(a) Social

13. SOS Criança – Solicitação de comparecimento



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL
SOS CRIANÇA - 1407
Rua Tabeão Fabião, 114 - Presidente Kennedy
Fone: 287.29.85
Cep. 60320010

SOLICITAÇÃO DE COMPARECIMENTO

DENÚNCIA nº _____

Ilmo. Sr.(a) _____

Solicito o comparecimento de Vossa Senhoria, ao SOS CRIANÇA/PROJETO SENTINELA na Rua Tabeão Fabião, 114 – Bairro Presidente Kennedy, no dia _____ / _____ / _____ as _____ horas a fim de tratar assuntos relacionados a

Data: _____ / _____ / _____

ASSINATURA EDUCADOR(A) SOCIAL

(Destaque e Anexe a Denúncia)

Nome: _____

Endereço: _____

Data do atendimento: _____ / _____ / _____ Hora: _____

Denúncia nº _____ Educador _____

Ciente: _____ Data: _____ / _____ / _____

(Assinatura do Recebedor)

14. SOS Criança – Solicitação de Cesta Básica

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA AÇÃO SOCIAL
SOS CRIANÇA - 1407

SOLICITAÇÃO DE CESTA BÁSICA

Criança/Adolescente atendido:

Endereço:

SITUAÇÃO SÓCIO - FAMILIAR

Fortaleza, ____ de ____ de ____.

16. SOS Criança – Termo de ocorrência - Desaparecimento

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA AÇÃO SOCIAL – SAS
SOS CRIANÇA
Rua Tabelião Fabião, 114 – Presidente Kennedy

DESAPARECIMENTO

Nome da Criança/Adolescente: _____

Idade: _____ Sexo: _____ Escolaridade: _____

Data do Desaparecimento: ____/____/____ Local: _____

Roupas que trajava: _____

Pai: _____

Mãe: _____

Responsável: _____

Endereço: _____

Bairro: _____ Ponto de Referência: _____

Obs.: _____

Nome do denunciante: _____

Endereço: _____

Bairro: _____ Fone: _____

CARACTERÍSTICAS FÍSICAS

COR PELE	CABELOS	TIPO CABELO	OLHOS	LÁBIOS	NARIZ
Branca ()	Louro ()	Carapinha ()	Azuis ()	Grossos ()	Achatado ()
Morena ()	Preto ()	Encaracolado ()	Verdes ()	Finos ()	Afilado ()
Negra ()	Cast. claro ()	Liso ()	Pretos ()	Leporinos ()	Comprido ()
Parda ()	Cast. escuro ()	Ondulado ()	Cast. Escuros ()	Deformados ()	Pequeno ()
Amarela ()	Ruivo ()		Cast. claros ()		Adunco ()

Cicatrizes: _____ Deformações: _____

Pêlos atípicos: _____

Tatuagens: _____

Outros: _____

Com quem mora: _____

Data: ____/____/____ Horário: _____ Educador: _____

17. SOS Criança – Ficha de Recepção

FICHA DE RECEPCÃO

Recepção: _____ Data: ____/____/____ Horas: ____:____

Nome: _____ Apellido: _____

Nacionalidade: _____ Naturalidade: _____

Data do Nascimento: ____/____/____ Idade: _____ Sexo: _____

Estuda () Sim () Não Onde: _____ Escolaridade: _____

Endereço: _____

Bairro: _____ Cidade: _____ Estado: _____ Telefone: _____

Ponto de referência: _____

Pai: _____ Mãe: _____

Estado Civil: () casado () amasiado () separado () outros

Atividade dos pais: pai trabalha () sim () não onde: _____

mãe trabalha () sim () não onde: _____

Grau de Instrução Pai: _____

Mãe: _____

Responsável: _____ Com quem mora: _____

CARACTERÍSTICAS

COR DA PELE	CABELOS	TIPO CABELO	OLHOS	LÁBIOS	NARIZ
() Branca	() Louro	() Encarapinado	() Azuis	() Grossos	() Achatado
() Morena	() Preto	() Encaracolado	() Verdes	() Finos	() Afilado
() Negra	() Castanho	() Liso	() Pretos	() Leporinos	() Pequeno
() Parda	() Ruivo	() Ondulado	() Castanhos	() Deformados	() Adunco

DADOS COMPLEMENTARES

Cicatrizes: () Sim () Não onde: _____

Deformações: () Sim () Não onde: _____

Tatuagens: () Sim () Não onde: _____ Outros: _____

Usa droga: () Sim () Não Quais: () cola () maconha () comprimidos () outros

Perambula na rua: () Sim () Não Há quanto tempo: () dias () meses () anos

Quais os motivos: () desajuste familiar () situação econômica familiar () porque quis

Nº de membros da família: () um a cinco () cinco a dez () mais de dez

Moradia: () casa própria () alugada () barraco () favela () interior

PROCEDÊNCIA

Nome do condutor: _____ R.G.: _____

Procedência: _____ Assinatura: _____

Motivo da ocorrência: _____ Local: _____

Educador Responsável Recepção: _____

TERMO DE ENTREGA A FAMÍLIA E/OU RESPONSÁVEL

Encaminhamento Provisório: _____ Ass. Resp.: _____

Encaminhamento definitivo: _____

Criança/Adolescente: foi entregue à responsabilidade de: _____

Parentesco: _____ R.G. _____

Residente: _____ Bairro: _____

Assinatura do Responsável: _____

Assinatura do Educador: _____ Data ____/____/____

ANEXO II

QUESTIONÁRIO 1

Projeto Sentinela / SOS Criança / Delegacias

Estudo e análise comparativa das dinâmicas, padrões estatísticos espaciais, fatores explicativos da incidência de crimes relacionados à violência sexual contra crianças e adolescentes entre a cidade de Fortaleza e sua Região Metropolitana

Nº. _____

I – IDENTIFICAÇÃO	
Nome:	
Sigla:	
Endereço:	
CEP:	
Cidade:	UF/Região:
Caixa Postal:	Telefone :
E-mail:	Fax:
Home Page:	Responsáveis pela organização:
Pessoa para contato:	

II – PERFIL DA ORGANIZAÇÃO

1. Perfil

1.1 () Organização Governamental

Esferas de Poder e Administrativa:

1.1.1 Executivo: () Federal () Estadual () Municipal

1.1.2 Legislativo: () Federal () Estadual () Municipal

1.1.3 Judiciário: () Federal () Estadual () Municipal

Órgão ao qual está vinculado _____

2. De que forma é constituída a equipe técnica da instituição?

3. Quais as atividades desenvolvidas pela instituição e como se apresenta a rotina de trabalho? (Ex: Regime de plantão)

III – ANÁLISE DA SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

4. De que forma a instituição compreende o fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes?

5. Que fatores podem ser considerados como antecedentes históricos do fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes?

6. Quais os fatos e acontecimentos que, ao longo do tempo, evidenciam a ampliação e a consolidação desse fenômeno?

7. Atualmente, quais as formas de violência sexual contra crianças e adolescentes, existentes no município?

() Compra de serviços sexuais

() Tráfico

() Pornografia

() Turismo sexual

() Abuso Sexual Intrafamiliar

() Abuso Sexual Extrafamiliar

() Outros _____

8. Comente as causas que condicionam a existência dessa(s) forma(s) de violência.

9. Nos últimos cinco anos⁵⁵, o fenômeno tem variado? Por quê?

10. No município, em que áreas ou localidades a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes é mais visível?

10.1 () Casa da própria família

10.2 () Rua

10.3 () Bares/restaurantes/casas de show

10.4 () Centros comerciais

10.5 () Área turística

⁵⁵ Definimos como marco temporal os últimos cinco anos devido a forte mobilização da sociedade civil e do Estado para enfrentar e combater a violência sexual contra crianças e adolescentes. Neste período várias campanhas foram realizadas, instituições foram criadas para atender a população infanto-juvenil vitimizada, foram elaborados o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes e Planos Estaduais, além de outras iniciativas.

10.6 () Casas de prostituição

10.7 () Internet

10.8 () Outros _____

11. No município, em que áreas ou localidades o abuso sexual contra crianças e adolescentes é mais visível?

11.1 () Casa da própria família

11.2 () Casa de vizinhos

11.3 () Casa de desconhecidos

11.4 () Rua

11.5 () Centros comerciais

11.6 () Outros _____

12. A organização possui registros de desaparecimento e/ou seqüestro de crianças, adolescentes ou jovens?

12.1 () Sim

12.2 () Não

Qual a origem dos registros?

Se existe como ocorreu o fato registrado?

Quais os envolvidos?

Dos registros existentes, tem algum que possa ter propiciado o tráfico para fins de exploração sexual? Quantos? Descrição dos fatos?

13. Quais os fatores facilitadores da vulnerabilidade de crianças e adolescentes à violência sexual?

13.1 () Migração interna e externa;

13.2 () Desemprego;

13.3 () Trabalho infanto-juvenil;

13.4 () Pornografia;

13.5 () Violência intra-familiar;

13.6 () Turismo sexual;

13.7 () Desigualdade de gênero;

13.8 () Prostituição adulta;

13.9 () Consumo/ Uso de Drogas

13.10 () Outros _____

14. A organização possui algum tipo de estatística (quantificação) sobre crianças e adolescentes em situação de violência sexual? (anexar quadro estatístico da fonte dos dados)

14.1 Não _____ Por quê? _____

14.2 Sim _____

Qual período?

14.2.1 () Últimos 02 anos

14.2.2 () Últimos 05 anos

14.2.3 () Últimos 10 anos

14.2.4 () Mais de 10 anos

Que tipo? _____

14.2.5 () Contrato de serviços sexuais

14.2.6 () Turismo Sexual

14.2.7 () Tráfico

14.2.8 () Pornografia

14.2.9 () Abuso Sexual Doméstico

14.2.10 () Abuso Sexual Extra-familiar

14.2.11 () Outros

15. De acordo com essas estatísticas, especifique o perfil dos (as) vitimizados (as).

15.1 Sexo

() Sim / () Não

15.1.1 Total Masculino _____

15.1.2 Total Feminino _____

15.2 Faixa etária predominante. Quantos?

() Sim / () Não

15.2.1 00 – 04 anos _____

15.2.2 05 – 09 anos _____

15.2.3 10 – 12 anos _____

15.2.4 13 – 15 anos _____

15.2.5 16 – 18 anos _____

15.3 Raça/Etnia predominante

() Sim / () Não

15.3.1 Branca _____

15.3.2 Parda _____

15.3.3 Negra _____

15.3.4 () Outra _____

15.4 Escolaridade

() Sim / () Não

15.4.1 Não Estuda _____

15.4.2 Ensino Fundamental I (Incompleto) _____

15.4.3 Ensino Fundamental I (Completo) _____

15.4.4 Ensino Fundamental II (Incompleto) _____

15.4.5 Ensino Fundamental II (Completo) _____

15.4.6 Ensino Médio (Incompleto) _____

15.4.7 Ensino Médio (Completo) _____

15.5 Renda Familiar

() Sim / () Não

15.5.1 Sem Renda _____

15.5.2 Até 1 SM _____

15.5.3 De 1 a 2 SM _____

15.5.4 Acima de 2 SM _____

16. A organização possui algum tipo de estatística (quantificação) sobre os abusadores/exploradores sexuais de crianças e adolescentes? (anexar quadro estatístico da fonte dos dados)

16.1 () Não. Por quê? _____

16.2 () Sim

17. De acordo com essas estatísticas, especifique o perfil destes abusadores/exploradores.

18. De acordo com essas estatísticas e/ou com outras informações complementares, qual o perfil sócio econômico e familiar das crianças e adolescentes vitimizadas sexualmente?

19. Que instrumentos a organização utiliza para levantar informações sobre os casos de violência sexual contra crianças e adolescentes?

19.1 () Questionários

19.2 () Censos

19.3 () Registros de denúncias

19.4 () Disque-denúncia

19.5 () Outros _____

20. O instrumento de notificação utilizado pela instituição possibilita um conhecimento ampliado acerca do fenômeno?

21. Existe outro serviço de notificação de violência sexual contra crianças e adolescentes no município?

21.1 () Não.

21.2 () Sim.

Quais?

22. Quais as providências/encaminhamentos tomados após a notificação? (Para traçar o percurso da denúncia).

23. Qual a compreensão que a instituição tem da retaguarda de Atendimento, Defesa de Direitos e Responsabilização?

24. Que medidas de proteção e defesa são oferecidos às vítimas e seus familiares no município? (Ex: Programa de Família Substituta, Abrigos e Outros).

25. Os casos de suspeita ou confirmação de violência sexual contra crianças e adolescentes são encaminhados ao Conselho Tutelar? Como é realizado esse encaminhamento?

26. Como se realiza a divulgação do serviço de notificação no Município?

27 – Para a instituição qual seria a principal “porta de entrada” das denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes? Como esse serviço deveria ser estruturado?

28 – Você acha que deveria ser instituído um sistema único de notificação?

28.1 () Não. Por quê? _____

28.2 () Sim. Por quê? _____

29. Em caso de sim, que recomendações e sugestões você daria para implementação e/ ou efetivação deste sistema único?

IV - ASPECTOS RELATIVOS AO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

30. Com relação ao enfrentamento do fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes, quais as iniciativas que foram e vêm sendo desenvolvidas no município?

31. Em sua opinião, quais os pontos positivos e negativos para a realização de um trabalho efetivo de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes?

32. Quais os recursos destinados pelo município para as políticas voltadas à criança e ao adolescente? (Solicitar uma cópia do orçamento).

33. Que informações adicionais ou sugestões você julga importantes para enriquecer os resultados da pesquisa?

34. Observações do pesquisador.

Entrevistador: _____

Data da entrevista: __/__/_____.

QUESTIONÁRIO 2

Conselhos Tutelares

Estudo e análise comparativa das dinâmicas, padrões estatísticos espaciais, fatores explicativos da incidência de crimes relacionados à violência sexual contra crianças e adolescentes entre a cidade de Fortaleza e sua Região Metropolitana
Nº. _____

I – IDENTIFICAÇÃO	
Nome:	
Sigla:	
Endereço:	
CEP:	
Cidade:	UF/Região
Caixa Postal:	Telefone:
E-mail:	Fax:
Home Page:	Responsáveis pela organização:
Pessoa para contato:	

II – PERFIL DA ORGANIZAÇÃO

1. Quantos Conselhos Tutelares estão implantados e funcionando no município?

2. Quais os critérios utilizados no processo de eleição dos Conselheiros? Quando se iniciou a atual gestão?

3. Quais as atividades desenvolvidas no cotidiano de trabalho do Conselho?

4. Existe alguma forma de capacitação dos Conselheiros para lidar com os problemas referentes à criança e ao adolescente? Como é desenvolvida e por quem?

III – ANÁLISE DA SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

5. De que forma o Conselho compreende a questão da violência sexual contra crianças e adolescentes?

6. Que fatores podem ser considerados como antecedentes históricos da violência sexual contra crianças e adolescentes?

7. Quais os fatos e acontecimentos que, ao longo do tempo, evidenciam a ampliação dos casos de violência sexual no Município?

8. Atualmente, quais as formas de violência sexual contra crianças e adolescentes, existentes no município?

8.1() Compra de serviços sexuais

8.2() Tráfico

8.3() Pornografia

8.4() Turismo Sexual

8.5() Abuso Sexual Intrafamiliar

8.6() Abuso Sexual Extrafamiliar

8.7() Outros _____

9. Comente as causas da existência dessa(s) forma(s) de violência.

10. Nos últimos cinco anos⁵⁶, o fenômeno tem variado? Por quê?

11. No município, em que áreas ou localidades a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes é mais visível?

11.1 () Casa da própria família

⁵⁶ Definimos como marco temporal os últimos cinco anos devido a forte mobilização da sociedade civil e do Estado para enfrentar e combater a violência sexual contra crianças e adolescentes. Neste período várias campanhas foram realizadas, instituições foram criadas para atender a população infanto-juvenil vitimizada, foram elaborados o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes e Planos Estaduais, além de outras iniciativas.

- 11.2 () Rua
11.3 () Bares/restaurantes/casas de show
11.4 () Centros comerciais
11.5 () Área turística
11.6 () Casas de prostituição
11.7 () Internet
11.8 () Outros _____
12. No município, em que áreas ou localidades o abuso sexual contra crianças e adolescentes é mais visível?
- 12.1 () Casa da própria família
12.2 () Casa de vizinhos
12.3 () Casa de desconhecidos
12.4 () Rua
12.5 () Centros comerciais
12.6 () Outros _____
13. A organização possui registros de desaparecimento e/ou seqüestro de crianças, adolescentes ou jovens?
- 13.1 () Sim
13.2 () Não
- Qual a origem dos registros?

Se existe como ocorreu o fato registrado?

Quais os envolvidos?

Dos registros existentes, tem algum que possa ter propiciado o tráfico para fins de exploração sexual? Quantos? Descrição dos fatos?

14. Quais os fatores facilitadores da vulnerabilidade de crianças e adolescentes à violência sexual?

- 14.1 () Migração interna e externa;
14.2 () Desemprego;
14.3 () Trabalho infanto-juvenil;
14.4 () Pornografia;
14.5 () Violência intra-familiar;
14.6 () Turismo sexual;
14.7 () Desigualdade de gênero;
14.8 () Prostituição adulta;
14.9 () Consumo / Uso de Drogas

14.10() Outros _____

15. Que instrumentos a organização utiliza para levantar informações sobre os casos de violência sexual contra crianças e adolescentes?

15.1 () Questionários

15.2 () Censos

15.3 () Registros de Denúncias

15.4 () Disque-Denúncia

15.5 () Outros _____

16. O instrumento de notificação utilizado pelo Conselho possibilita um conhecimento ampliado acerca do fenômeno?

17. Existe outro serviço de notificação de violência sexual contra crianças e adolescentes no município?

17.1 () Não.

17.2 () Sim.

Quais? _____

18. Quais as providências/ encaminhamentos tomados após a notificação? (Para traçar o percurso da denúncia).

19. Qual a compreensão que a instituição tem da retaguarda de Atendimento, Defesa de Direitos e Responsabilização?

20. Que medidas de proteção e defesa são oferecidos às vítimas e seus familiares no município? (Ex: Programa de Família Substituta, Abrigos e Outros).

21. O SIPIA já foi implantado?

21.1 () Sim

21.2 () Não. Por quê? _____

22. Caso não tenha implantado, quais são os planos de ação dos Conselhos Estadual e Municipal da Criança e do Adolescente para a implantação do SIPIA no município?

23. O SIPIA está sendo alimentado?

23.1 () Sim

23.2 () Não. Por quê? _____

24. Existe uma capacitação para operacionalização do SIPIA? Como esta capacitação foi e/ou é desenvolvida?

25. Há dificuldades no uso do sistema (SIPIA)? Quais?

26. Qual a importância das informações contidas no SIPIA?

27. De que forma o SIPIA possibilita demonstrar a demanda de necessidades infanto-juvenis no município?

28. O SIPIA está sendo utilizado como instrumento indicador de políticas públicas na área da violência sexual contra crianças e adolescentes?

28.1 () Não. Por quê? _____

28.2 () Sim. Como isso vem sendo desenvolvido?

29. O Conselho possui algum tipo de estatística (quantificação) sobre crianças e adolescentes em situação de violência sexual? (anexar quadro estatístico da fonte dos dados)

29.1 () Não. Por quê? _____

29.2 () Sim.

29.3 Esta estatística é gerada pelo SIPIA?

29.3.1 () Sim

29.3.2 () Não. Por quê? _____

30. De acordo com essas estatísticas, especifique:

Qual período?

30.2.1 () Últimos 02 anos

30.2.2 () Últimos 05 anos

30.2.3 () Últimos 10 anos

30.2.4 () Mais de 10 anos

Que tipo?

30.3.1 () Contrato de serviços sexuais

30.3.2 () Turismo Sexual

30.3.3 () Tráfico

30.3.4 () Pornografia

30.3.5 () Abuso Sexual Doméstico

30.3.6 () Abuso Sexual Extrafamiliar

30.3.7 () Outros _____

31. De acordo com essas estatísticas, especifique qual o perfil dos (as) vitimizados (as).

31. 1 Sexo

 Sim / Não

31.1.1 Total Masculino _____

31.1.2 Total Feminino _____

31.2 Faixa etária predominante. Quantos?

 Sim / Não

31.2.1 00 – 04 anos _____

31.2.2 05 – 09 anos _____

31.2.3 10 – 12 anos _____

31.2.4 13 – 15 anos _____

31.2.5 16 – 18 anos _____

31.3 Raça /Etnia predominante

 Sim / Não

31.3.1 Branca _____

31.3.2 Parda _____

31.3.3 Negra _____

31.3.4 Outra _____

31.4 Escolaridade

 Sim / Não

31.4.1 Não Estuda _____

31.4.2 Ensino Fundamental I (Incompleto) _____

31.4.3 Ensino Fundamental I (Completo) _____

31.4.4 Ensino Fundamental II (Incompleto) _____

31.4.5 Ensino Fundamental II (Completo) _____

31.4.6 Ensino Médio (Incompleto) _____

31.4.7 Ensino Médio (Completo) _____

31.5 Renda Familiar

 Sim / Não

31.5.1 Sem Renda

31.5.2 Até 1 s/m _____

31.5.3 De 1 a 2 s/m _____

31.5.4 Acima de 2 s/m _____

32. A organização possui algum tipo de estatística (quantificação) sobre os abusadores/exploradores sexuais de crianças e adolescentes? (anexar quadro estatístico da fonte dos dados)

32.1 Não. Por quê? _____32.2 Sim.

33. De acordo com essas estatísticas, especifique o perfil destes Abusadores / Exploradores.

34. De acordo com essas estatísticas e/ou com outras informações complementares, qual o perfil sócio econômico e familiar das crianças e adolescentes vitimizadas sexualmente?

35. Quais os mecanismos utilizados para divulgação do serviço de notificação?

36. Para o Conselho qual seria a principal “porta de entrada” das denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes? Como esse serviço deveria ser estruturado?

37. Você acha que deveria ser instituído um sistema único de notificação?

37.1 () Não. Por quê? _____

37.2 () Sim. Qual e por quê? _____

38. Em caso de sim, que recomendações e sugestões você daria para implementação e/ ou efetivação deste sistema único?

IV – ASPECTOS RELATIVOS AO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

39. Com relação ao enfrentamento do fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes, quais as iniciativas que foram e vêm sendo desenvolvidas no município?

40. Em sua opinião quais os pontos positivos e negativos para a realização de um trabalho efetivo de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes?

41. Quais os recursos destinados pelo município para as políticas voltadas à criança e ao adolescente?

42. Que informações adicionais ou sugestões você julga importantes para enriquecer os resultados da pesquisa?

43. Observações do pesquisador.

Entrevistador: _____

Data da entrevista: ___/___/____.